

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

**A RELAÇÃO COM O FORA: OUTRA PERSPECTIVA PARA PENSAR A  
DESCONTINUIDADE E O ABANDONO AO TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL**

Étore Gomes Mazini

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Passos

Niterói – RJ

2014

**A RELAÇÃO COM O FORA: OUTRA PERSPECTIVA PARA PENSAR A  
DESCONTINUIDADE E O ABANDONO AO TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira – Orientador  
UFF

---

Prof. Dra. Heliana Conde Rodrigues  
UERJ

---

Prof. Dra. Silvia Helena Tedesco  
UFF

---

Prof. Dra. Analice de Lima Palombini  
UFRGS

Niterói – RJ

2014

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

M476 Mazini, Étore.

A relação com o Fora: outra perspectiva para pensar a  
descontinuidade e o abandono ao tratamento em saúde mental / Étore  
Mazini. – 2014.

95 f.

Orientador: Eduardo Henrique Passos Pereira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia,  
2014.

Bibliografia: f. 93-95.

1. Saúde mental. 2. Terapia. 3. Prática. I. Pereira, Eduardo Henrique  
Passos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências  
Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 616.89

Dedico este trabalho aos que resistem à  
continuidade do tempo. A todos aqueles que  
criam modos intempestivos de existir.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pela confiança, pelo amor, pela entrega, por se doarem ao ponto de não esperar nada em troca. Amor ágape.

A Eduardo Passos, professor e mestre, pelo acolhimento generoso de sempre, por acreditar em mim desde o início desta trajetória quando dei os primeiros passos em direção ao mestrado, agradeço muito pelas rodas, pelas leituras, com você eu aprendi que vale a pena lutar pela clínica e por modos singulares de existência.

A roda de orientação coletiva, Vitor, Tarso, Flávia, Sandro, Iacã, Jorge, Vânia, Ruth, Márcia, Letícia, Guilherme, Lorena, Rafael, aos que iniciam este ano, Pablo e Williana, todos vocês fizeram parte desta escrita coletiva da dissertação. Obrigado pela generosidade nas leituras, nos apontamentos, nas idéias, sugestões, enfim, agradeço a potência desta roda.

A Jefte, pela amizade em todos esses anos desde a graduação em Psicologia, obrigado pelo apoio na caminhada irmão, passamos juntos no mestrado, deixamos Minas Gerais para nos aventurar no Rio de Janeiro. Espero que estejamos juntos novamente em outros projetos de vida, de trabalho. Valeu pela força!

A Cris, pela companhia e pelos cafezinhos a tarde durante os intervalos dos estudos, pelos dias de pôr do sol, pelas risadas juntos, pela amizade sincera e pela gentileza!

A Luis Cláudio, professor e mestre, por me inspirar à vida acadêmica, a partir das suas aulas aprendi que existe um jeito diferente de ensinar e uma singularidade no exercício de aprender! Você é parte deste momento, obrigado!

A Vitor Gripp, pela amizade e confiança construída nestes últimos meses.

Aos professores do Mestrado na UFF, aos funcionários do Programa, pela parceria, as trocas, a convivência.

A todos os alunos da turma de Mestrado em Psicologia, especialmente, Roberta, Diogo, Camila, Julia, Filipe, Mauro, Vanessa.

Aos funcionários da Biblioteca Central do Gragoatá, especialmente a Wilson, pela simplicidade e gentileza.

Aos que atravessaram o fazer desta dissertação, companheiros da Saúde Mental, funcionários, usuários, vocês também fazer parte deste trabalho.

À CAPES pela bolsa de fomento concedida e que possibilitou a produção do trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação de mestrado é inspirada nas práticas em saúde mental. O objetivo do trabalho é a colocação do problema da descontinuidade e do abandono ao tratamento, a partir de três sentidos, o institucional, o existencial e o político. Para colocar o problema partimos de duas linhas de força históricas, por um lado, a tradição alienista e o princípio dialético de contradição, movimentos que marcam o processo de institucionalização da loucura. Por outro lado, os movimentos de reforma psiquiátrica aparecem como uma segunda linha de força que questiona a racionalidade da psiquiatria. O desdobramento entre as duas linhas produz uma terceira linha de força em relação de intensidades com a experiência do Fora. Trata-se de um sentido existencial que se caracteriza pela ruptura com a interioridade e o princípio de contradição, o plano de intensidades do Fora provoca a emergência das descontinuidades. A passagem para o sentido político coloca em cena a noção de intempestivo, a experiência de “não adesão” que caracteriza a contemporaneidade. No cenário político contemporâneo, surgem processos de singularização e pontos de resistência que confrontam o modelo da continuidade e da adesão. Propomos uma nova perspectiva para pensar a descontinuidade e o abandono ao tratamento que questiona a lógica de continuidade do controle.

Palavras-chave: Descontinuidade; Abandono; Experiência do Fora; Saúde Mental.

## **ABSTRACT**

This dissertation is inspired by the practices in mental health. The objective is the placement of the problem of discontinuity and abandon of the treatment, from three directions, the institutional, the political and the existential. To put the problem we set two lines of historical forces, on one hand, the alienist tradition and the dialectical principle of contradiction, movements that mark the process of institutionalization of madness. On the other hand, the movements of psychiatric reform appear as a second line of force that challenges the rationale of psychiatry. The split between the two lines produces a third power line in intensive relation with the experience of Outside. It is an existential sense that is characterized by disruption with interiority and the principle of contradiction, the intensive plan of Outside causes the emergence of discontinuities. The shift to the political meaning puts on the scene the notion of untimely, the experience of "noncompliance" that characterizes contemporary. In the contemporary political scene, singularization processes and resistance points that confront the model of continuity and adhesion arise. We propose a new perspective to thinking the discontinuity and treatment abandonment that questions the logic of continuity of control.

**Keywords:** Discontinuity; abandonment; Outside Experience; Mental Health.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA.....</b>	<b>8</b>
<b>2 CAPÍTULO PRIMEIRO.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 O Alienismo e Ordem Psiquiátrica: um percurso de institucionalização da Loucura.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 As experiências de reforma psiquiátrica no pós-guerra.....</b>	<b>26</b>
<b>2.3 A dinâmica institucional: entre instituído e instituinte.....</b>	<b>33</b>
<b>2.4 O Abandono como “não adesão” ao tratamento: uma incursão nas pesquisas em saúde mental.....</b>	<b>41</b>
<b>3 CAPÍTULO SEGUNDO.....</b>	<b>45</b>
<b>3.1 A emergência da terceira linha de forças.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 Do princípio de contradição.....</b>	<b>51</b>
<b>3.3 O desdobramento da contradição: o pensamento do Fora.....</b>	<b>54</b>
<b>3.4 A linha do Fora e o processo de Subjetivação.....</b>	<b>61</b>
<b>3.5 O desdobramento do plano das forças.....</b>	<b>71</b>
<b>3.6 O Fora Interior.....</b>	<b>77</b>
<b>4 CAPÍTULO TERCEIRO.....</b>	<b>81</b>
<b>4.1 As modulações no contemporâneo.....</b>	<b>81</b>
<b>4.2 A descontinuidade e o abandono ao tratamento: uma breve interlocução com o campo da saúde mental.....</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA

A presente dissertação de mestrado se inspira a partir da minha relação profissional com a prática em um Centro de Atenção Psicossocial, no município de Carangola, zona da mata, interior de Minas Gerais. O objetivo principal é a colocação do problema da descontinuidade e do abandono ao tratamento em interlocução com os dispositivos de saúde mental. Tendo em vista a construção do campo problemático, tornou-se necessário pensá-lo a partir de três sentidos: o institucional, o existencial e o político. Cada um destes sentidos será abordado em um capítulo específico, de modo que a correlação entre eles funcione como uma estratégia na montagem do problema, ou seja, os sentidos se articulam de tal maneira que há uma inseparabilidade, uma coexistência que os constitui como elementos chave na dinâmica da dissertação.

O trabalho como psicólogo em saúde mental na função de técnico de referência tornou possível a problematização sobre os sentidos que esta experiência, que denominamos de descontinuidade e abandono, pode produzir no cotidiano do serviço, seja através da relação terapêutica com os usuários, a equipe técnica, os familiares e, também, na relação que o próprio profissional estabelece consigo mesmo ao fazer parte deste dispositivo de cuidado. Tentarei no decorrer desta introdução apresentar algumas questões que emergiram na prática, inquietações cotidianas que alimentaram o desejo de pensar e criar outras formas de cuidado e manejo com a experiência da descontinuidade e do abandono.

Nosso objetivo é o de colocar um problema em discussão, ou melhor, fabricar o próprio “problema”, no sentido de pensar como a experiência da descontinuidade e do abandono ao tratamento interpela, no contemporâneo, os equipamentos de cuidado, o movimento de reforma psiquiátrica, e, sobretudo, problematizar os modos como nos relacionamos com uma experiência que é imanente ao pensamento e à produção da subjetividade em suas dimensões social, política, institucional, ética e estética. A tarefa a que se propõe esta dissertação de mestrado é, nesse sentido, criar um campo problemático em sintonia com as forças em jogo no contexto dos equipamentos de cuidado em saúde mental. Entendemos, desse modo, que há uma experiência com a descontinuidade que atravessa não somente a relação com a loucura, mas, ao mesmo tempo, os processos institucionais, clínicos e políticos.

No contexto dos equipamentos de saúde mental, a questão do abandono e da descontinuidade é normalmente designada como um fenômeno de não adesão ao tratamento.

Compreende-se, segundo esta perspectiva, que a evasão decorre da experiência do usuário em não aderir ao serviço ou ao projeto terapêutico proposto devido, principalmente, a fatores psicossociais que acabam determinando a descontinuidade, a ruptura, e, em último caso, o abandono ao tratamento. Dentro de uma lógica linear de causa e efeito, em uma perspectiva que pressupõe a continuidade do tratamento, é como se alguns elementos individuais, sociais ou institucionais, fossem determinantes para o que se chama de “risco do abandono”. Neste modo de funcionamento, cabe aos serviços e a equipe de referência técnica a responsabilidade de analisar os fatores intervindo de modo a evitar o “risco”, evitar as descontinuidades e a ameaça do abandono.

Este modo de funcionamento instaura um processo sustentado por uma lógica de caráter preventivo, ao tomar a noção de risco em um sentido negativo, como algo que pode ameaçar, isto é, ao correr o risco de que algo aconteça desestabilizando os modelos instituídos, uma das alternativas é estabelecer critérios e estratégias que tornem o “risco do abandono” menos provável, desse modo, apenas contingente e aceitável em situações mais específicas. Esta lógica preventiva ao risco é, na verdade, uma forma de gestão previsível dos riscos, um paradoxo, pois diz respeito a um trabalho de gestão, uma lógica de controle sobre as incertezas próprias ao lugar de “estar em risco”, gestão do imprevisível. É o que Castel (1987, p. 125) analisa com muita perspicácia, sobre a redefinição na psiquiatria moderna no quadro das novas estratégias de gestão das populações, segundo o autor, as novas estratégias se atualizam e se pretendem, sobretudo, preventivas, “a prevenção moderna se quer, antes de tudo, rastreadora dos riscos”.

Esta perspectiva pode ser verificada nos equipamentos de saúde mental, pois é constante a “ameaça” do abandono, da descontinuidade e de outras formas de ruptura que instauram um clima de incerteza, de instabilidade terapêutica e institucional. Entre experiências “bem sucedidas” de tratamento e outras fugidias que muitas vezes escapam ao controle da equipe de referência técnica, surgem as ameaças das forças que fogem, desterritorializam, abandonam. Entre o processo de continuidade do acompanhamento e as experiências de descontinuidade, nota-se uma aparente distância, no entanto, há uma linha muito tênue entre os dois modos e torna-se difícil determinar os contrastes entre um processo e outro no contexto de tratamento.

Podemos afirmar que uma experiência “bem sucedida” de cuidado é, a rigor, aquela que obedece uma lógica de continuidade e adesão? A adesão é o elemento fundamental que caracteriza a eficácia do tratamento? E, por outro lado, uma experiência de descontinuidade

que pode produzir efeitos de abandono representa, necessariamente, um “fracasso” terapêutico?

A relação com as discontinuidades e as incertezas atravessam qualquer forma de organização política e institucional. Os processos de subjetivação se produzem em meio a instabilidades e desvios, nesse sentido, a experiência com o descontínuo pode constituir pontos de singularização e de resistência que transformam as formas estáveis. Dentro deste cenário, no que se refere às modalidades de tratamento no contexto da saúde mental, é importante ressaltar que a discontinuidade é uma experiência intrínseca às relações entre a vida e as subjetividades, pois o próprio movimento da vida é relação com a discontinuidade e com o devir.

A prática em saúde mental se constitui em relação com uma experiência heterogênea, a loucura estabelece formas muito singulares de existência que desestabilizam, sobretudo, a forma habitual como experimentamos o tempo. Nesse sentido, como podemos pensar a discontinuidade e o abandono se a própria loucura se constitui enquanto uma experiência que embaralha a lógica de continuidade?

O movimento heterogêneo que atravessa as relações entre o campo da saúde mental e a experiência da loucura, não pode ser tomado a partir de modelos antagonistas, no que tange ao problema da discontinuidade e do abandono, tais modelos estabelecem uma lógica de oposição, isto é, interno ou externo, adesão ou evasão, contínuo ou descontínuo. Não há garantias prévias que assegurem estabilidade no tratamento, portanto, é mais apropriado se referir não a sistemas de oposição, mas a modulações de intensidade, por exemplo, estável e instável, contínuo e descontínuo, intensivo e não intensivo, tais modulações não são apenas categorias abstratas do pensamento, mas operações concretas, modos de funcionamento singulares que tornam mais flexíveis as relações entre as subjetividades e os planos político e institucional.

Desta forma, as relações estabelecidas no cenário institucional não podem ser determinadas a partir de modelos que fixam uma “polaridade positiva”, a adesão e a continuidade, em contraposição a outra “polaridade negativa”, a discontinuidade e o abandono ao tratamento. Um dos desafios que enfrentamos é justamente construir um caminho, montar um campo problemático, que se desvie desta polarização, portanto, fazer uma montagem cuidadosa que se distancie dos antagonismos que atravessam o pensamento, a subjetividade e a prática.

Como podemos falar em termos de estabilidade e continuidade se na realidade da

prática são as instabilidade e descontinuidades o solo de base que sustenta os serviços de saúde mental?

Há certamente uma dificuldade dos equipamentos em lidar com certos modos de funcionamento descontínuos e, ao mesmo tempo, com situações de instabilidade que atravessam o seu cotidiano. A relação com as instabilidades coloca a necessidade de se pensar com maior rigor ético, clínico e político, a emergência dos processos de descontinuidade e de abandono ao tratamento. De maneira geral, os serviços substitutivos enfrentam diariamente condições de trabalho precárias, fragilidade de vínculos profissionais e institucionais, em alguns contextos a escassez de recursos e materiais de uso nas oficinas terapêuticas, enfim, uma variedade de situações de instabilidade que podem desestabilizar as relações entre equipes e usuários, interferindo na dinâmica do tratamento. É evidente que estas condições em si mesmas não determinam a descontinuidade e o abandono, porém, devem ser consideradas como elementos significativos que constituem o “solo de base” instável/descontínuo dos equipamentos de cuidado.

A constituição do campo problemático que propomos coloca os equipamentos de saúde mental em contato com sua própria descontinuidade, isto é, abre a possibilidade do dispositivo entrar em relação com sua heterogeneidade imanente, o seu solo de base instável e descontínuo. No lugar de estabelecer duas polaridades opostas - adesão ou evasão, contínuo ou descontínuo - a colocação do problema instaura uma zona de *tensão entre forças* que produz uma terceira linha ou uma linha das intensidades que rompe com a lógica de oposição para criar um plano que afirme os processos de singularização.

A ruptura com a lógica de oposição abre novas possibilidades e outras perspectivas para pensar a descontinuidade e o abandono como modos singulares da experiência imanentes aos campos institucional, existencial e político. Trata-se de produzir outras formas de olhar o problema e, assim, tornar possível a problematização que visa interpelar o presente, transpor os modelos que se sustentam no pressuposto de continuidade.

Para além de procurar os elementos individuais e os fatores psicossociais sobre o problema, sustentamos a necessidade de se colocar o problema, com o cuidado de não tomar partido e não emitir juízos de valor. Não estamos em busca da verdade ou da solução, acreditamos que, se for bem colocado, o problema pode criar seu próprio campo problemático e, sendo assim, será a partir desta montagem que desejamos pensar a descontinuidade e o abandono.

A relação com o cuidado e o acompanhamento aos usuários, a partir de uma

perspectiva hegemônica no campo da saúde mental, pressupõe a continuidade no tratamento<sup>1</sup>, isto é, a equipe de referência técnica estabelece com os usuários o compromisso com a relação terapêutica e institucional, com o objetivo de estabelecer com o outro um modo singular e contínuo de assistência. Todavia, como apontamos, o cenário da prática nos equipamentos substitutivos não se dá sobre um solo que assegure a estabilidade no tratamento. Mesmo que seja possível manter continuamente o trabalho de cuidado, a continuidade não se sustenta em si mesma, ela é efeito de uma pluralidade de relações e composições de forças que são, ao mesmo tempo, anteriores e coexistentes ao próprio tratamento.

O solo de base do campo da saúde mental é, necessariamente, descontínuo, heterogêneo e instável, está aberto para as contingências e os acasos, não há formas que sejam pré-determinadas, de modo que as relações se encontram em estado de mutação permanente, nada está dado de antemão, pois são as relações que se constituem sobre este solo descontínuo que poderão lhe configurar formas e lugares específicos com níveis de intensidade em variação constante.

Sobre este solo instável que atravessa o campo social e a própria subjetividade que é produzida em meio a processos de descontinuidade, há uma tensão importante principalmente no que diz respeito às relações de forças que se confrontam no contexto institucional. Nesse sentido, há no trabalho em centros de atenção psicossocial uma tendência à conservação de lugares institucionalizados de poder e saber. Há, portanto, um modo de funcionamento que mantém as relações e os movimentos descontínuos em estado de permanência e homogeneidade. A partir destas considerações, vale ressaltar que só pode haver efetivamente outra relação com a descontinuidade e com o abandono, se esta tendência à conservação e à homogeneização institucional for colocada em questão e reinventada no interior do campo em que são produzidas.

A experiência do abandono ao tratamento nos equipamentos de saúde mental, atrelada aos processos de descontinuidade que atravessam o campo nos leva a colocar em discussão os desafios que surgem no horizonte da desinstitucionalização da loucura. Os equipamentos de saúde mental devem ser incluídos na discussão enquanto dispositivos estratégicos na reforma psiquiátrica, por sua inserção na cidade e na composição do território<sup>2</sup>. Ressaltamos,

---

<sup>1</sup> Para Castel (1987, p. 101), na psiquiatria moderna a noção de continuidade de tratamento é fundamental pois significa que “a equipe médico-social, a despeito da diversidade de locais onde é exercida e da descontinuidade no tempo do se encarregar, deve assegurar a totalidade de intervenções sobre uma pessoa (...)”. Nesse sentido, Castel está argumentando que o princípio regulador da prática psiquiátrica, seja antiga ou moderna, é o paradigma da assistência completa e contínua.

<sup>2</sup> No contexto da reforma psiquiátrica, a noção de território cumpre uma função estratégica, pois não se refere

entretanto, que a inclusão dos equipamentos aqui proposta não se refere a uma avaliação do serviço e de seu modo de funcionamento técnico, clínico e terapêutico. Da perspectiva de montagem do nosso campo problemático, o equipamento opera como um dispositivo estratégico para pensar o problema da descontinuidade e do abandono, pois acreditamos que é a partir da experiência em relação com a prática que se pode problematizar.

Ao tomarmos a descontinuidade e o abandono como linhas de força emergentes no campo da saúde mental, é importante destacar que estamos nos referindo à montagem de um campo problemático e não ao equipamento substitutivo em si mesmo enquanto lugar determinante para a descontinuidade. Apontamos para uma dimensão da experiência que diz respeito às intensidades que estão em jogo dentro e fora do campo institucional, portanto, trata-se muito mais de uma tensão entre forças que atravessam os limites dos equipamentos. A experiência do abandono pode apontar para os limites dos dispositivos de tratamento, mas, ao mesmo tempo, podemos pensar a experiência como um dos efeitos da descontinuidade intrínseca ao próprio campo da saúde mental.

A mudança de perspectiva do fenômeno da “não adesão”, tal como é formulado institucionalmente, para o que estamos chamando de experiência de descontinuidade e abandono aponta para uma modulação importante na colocação do problema, na medida em que pode se criar um posicionamento crítico diante da questão e outras formas de se relacionar com os processos de descontinuidade e com a loucura. Ao problematizar esta experiência, confrontamos um modo institucionalizado de se abordar a questão que emerge no cotidiano dos centros de atenção psicossocial, lançamos nosso olhar por outra perspectiva, uma tentativa de forçar o pensamento a se haver com uma dimensão existencial que pode produzir sentidos muito diversos. Assumimos uma nova atitude de pensamento, um ethos, que nos leva a pensar a complexidade de forças em jogo na relação com a loucura, em suas composições existenciais múltiplas e singulares. Tomar a descontinuidade como uma composição de forças que pode desestabilizar, irromper e produzir outros modos existenciais que escapam às formas estabelecidas.

A complexidade da experiência da loucura nos força a repensar a condição humana e a racionalidade hegemônica, sobretudo em sua relação contínua com o tempo. Assim, podemos indagar: a loucura não se constituiria enquanto modo de subjetivação que se produz na experiência com a descontinuidade? É possível considerar que os processos de subjetivação na experiência da loucura se dão na própria experiência de ruptura e descontinuidade? A partir

---

apenas ao espaço geográfico onde o serviço de saúde mental está inserido, mas ao conjunto de relações afetivas, simbólicas, políticas, que o atravessam.

de tais questões, nos cabe pensar em que paisagem existencial a experiência da loucura pode se constituir.

Estas questões que nos inquietam serão disparadoras do nosso percurso e a partir delas construímos nosso itinerário de pesquisa. Inicialmente havia o desejo de levar a formulação do campo problemático, em seus sentidos institucional, existencial e político, para ser trabalhado junto a uma equipe de saúde mental, havia o desejo de fazer uma interlocução e um compartilhamento da experiência do mestrado com os colegas trabalhadores de um centro de atenção psicossocial. O objetivo principal da ida a campo era dialogar com a equipe de referência técnica através de uma oficina com os trabalhadores, para produzir, a partir do encontro, uma experiência dentro de um plano comum, levantando questões que nos ajudassem na composição do campo problemático. No entanto, esta pesquisa-intervenção pretendida tornou-se inviável, pois não tínhamos em mãos os três sentidos do problema delimitados e articulados, desse modo, a impossibilidade do campo nos forçou a mudar as rotas e escolher outro percurso para a montagem do problema.

### **Inquietações de um percurso pela saúde mental**

O que são inquietações senão movimentos e desassossegos que atravessam o pensar, o existir, o sentir? As inquietações que apresento introdutoriamente são apenas fragmentos de experiência que tento remontar com o objetivo de narrar um percurso profissional povoado por muitas intensidades. Para dizer desta trajetória não tenho à disposição nenhum diário de campo que me auxilie nesta tarefa de “narrar um percurso”, a escrita acontece no meu corpo em períodos de tempo muito descontínuos, varia de tempos em tempos, depende muito do que me força a pensar e, nesse sentido, estou aqui diante do texto a encontrar palavras que deem sentido a uma experiência que se inicia entre os anos de 2010 e 2011.

Graduado em psicologia no final do ano de 2010 retorno para minha cidade natal, e, nesse período de tempo entre a formatura e os primeiros dias como psicólogo, surge a oportunidade de trabalhar no centro de atenção psicossocial do município. A cidade de Carangola, situada na zona da mata mineira, possui uma população de aproximadamente 34 mil habitantes. Apesar de sua modesta população, a cidade conta com uma rede de saúde mental articulada: são dois centros de atenção psicossocial, um CAPS I e um CAPS Ad, uma policlínica, um hospital geral com leitos psiquiátricos. O município ainda vive a expectativa de inaugurar, no segundo semestre de 2014, um CAPS infantil que irá atender cerca de onze

municípios da microrregião.

Nos primeiros dias como único psicólogo do serviço, sou apresentado à função de referência técnica. A partir daquele momento compreendo “burocraticamente” a função que devo exercer, conheço os usuários, a equipe técnica, familiares, enfim, paulatinamente vou me habituando com o cenário, muito atento às relações que ali se constituíam, aos modos de funcionamento cotidianos.

A experiência profissional em um CAPS me aproximou principalmente do fazer clínico nesse campo. Antes disso havia apenas estagiado durante a graduação, mas a clínica da saúde mental possui algumas singularidades que a diferenciam do consultório e de muitas outras práticas *psi*. Foi a partir destas singularidades que foram se desdobrando em mim problematizações e inquietações. Como lidar com a experiência de cuidar e acompanhar em relação de abertura para o território e a cidade? Que efeitos o processo de desinstitucionalização produz efetivamente na vida dos usuários e na dinâmica do serviço? Quais são as possibilidades desta clínica aberta aos espaços da comunidade e quais são os limites das intervenções que propomos aos usuários?

Estas foram algumas questões que me atravessavam, desejava saber “como cuidar” respeitando a singularidade de cada sujeito, não os designava como “pacientes”, pois sempre acreditei que todos eles ali estavam como usuários da rede pública, como sujeitos de desejos e direitos, utilizando um serviço público, comunitário, aberto a todos que dele precisarem. A atitude de cuidar e ao mesmo tempo de acompanhar as singularidades da experiência me despertaram para os processos que se distanciavam dos modelos hegemônicos institucionalizados, pois havia no cotidiano linhas sendo traçadas, movimentos descontínuos se constituindo, reclamando por passagem, autonomia, direito a resistir, existir diferentemente.

Pouco mais de seis meses no serviço, tomado por muitas questões, inquietado mas um pouco acomodado àquele lugar institucionalizado de “referência técnica” que eu havia assumido, sentia-me como se estivesse sem saídas, sem muitas alternativas para pensar todas as questões que o trabalho com a clínica em saúde mental apresentava. Era como se o desejo de cuidado com a experiência da loucura estivesse se esvaindo em meio ao cumprimento burocrático de tarefas.

Ao olhar estas experiências à luz do momento atual, percebo que a força do meu desejo estava mesmo dando sinais de fraqueza, estava pouco mobilizado a encontrar as saídas que eram necessárias. No entanto, em meio a esse turbilhão de emoções, acontece a primeira

experiência de “saída” daquele território que me desconcertava. Foi uma saída crucial na minha vida, em todos os sentidos; estava iniciando uma especialização em saúde mental no Instituto de Psiquiatria, IPUB, da UFRJ. A especialização reunia trabalhadores de saúde mental dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. A coordenação de Pedro Gabriel Delgado conferia um grau de importância ainda maior, por sua representatividade no cenário nacional da reforma psiquiátrica. Eu era um dos alunos mais novos da turma e procurava estar sempre atento a todas as discussões que aconteciam sobre reforma psiquiátrica, a clínica da saúde mental, etc. Desejava muito aprender, escutava cuidadosamente, anotava tudo que minha percepção era capaz apreender. Os deslocamentos quinzenais do interior de Minas Gerais para a metrópole do Rio de Janeiro me reaproximaram do meu próprio desejo, pois todas aquelas viagens, a permanência nos hostels de Botafogo, o cansaço das aulas que duravam toda a manhã e a tarde de quintas aos sábados, o transitar pelas ruas desta cidade que me era tão vasta e tão distante da minha mineira realidade no interior, todas estas coisas e outras ainda, foram disparadoras para o desejo de estabelecer outros vínculos, de encontrar espaço para lidar com as inquietações que me atravessavam, encontrar saídas para as inquietações colocadas pela prática.

Foi a partir desta primeira experiência de saída que houve o desdobramento para uma segunda ainda mais importante, a entrada no mestrado no programa de pós graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense, no segundo semestre de 2012. Neste momento eu estava entre a prática em saúde mental, as viagens quinzenais para o Rio de Janeiro e os estudos da especialização. O mestrado se configurou como uma segunda experiência de “saída”, desta vez muito mais radical que a anterior, pois esta nova oportunidade implicaria em deixar a minha cidade para viver em outra. Tal era o desafio: sair do interior familiar e mergulhar na experiência de estar fora, em meio a novas composições existenciais, outra relação com o tempo e o espaço.

Penso que esta pequena narrativa da minha trajetória na saúde mental não está concluída, outras experiências ainda serão possíveis, não abandonei absolutamente a prática, pois acredito na pesquisa acadêmica também como um modo de se relacionar com a prática, e, neste sentido, o problema desta dissertação está diretamente ligado às inquietações provenientes destes últimos anos, desde a graduação em psicologia, o trabalho em saúde mental, a especialização e o mestrado. A questão da descontinuidade e do abandono ao tratamento, problema desta dissertação, está atrelada a minha trajetória de “saídas”, ou melhor, ao caminhar inconcluso na busca de outras formas de pensar e de resistir.

## **De capítulo a capítulo**

No primeiro capítulo apresentamos uma dimensão institucional em torno da experiência da loucura, montamos um percurso histórico partindo do processo de apropriação da loucura como objeto de saber da psiquiatria. Em nossa montagem do campo problemático, sustentamos que a emergência do Alienismo aliada ao princípio dialético de contradição surge como uma primeira grande linha de força, ou seja, afirmamos que esta aliança produziu um movimento de institucionalização da loucura. Apontamos ainda os desdobramentos deste percurso, principalmente, a partir dos movimentos de reforma psiquiátrica no pós-guerra na Europa, que questionaram os fundamentos da psiquiatria, as relações com a loucura, além das propostas de desinstitucionalização. Esta segunda linha de força, em descontinuidade com a primeira, constitui o plano institucional que em seguida, no segundo cenário, será desdobrado em uma terceira linha de forças, o sentido existencial.

A passagem para o segundo capítulo, o cenário existencial, se dá a partir do desdobramento das linhas de forças históricas que apresentamos no capítulo primeiro. Portanto, para afirmar uma terceira linha de força irreduzível à dimensão institucional, foi necessário produzir um desvio, uma ruptura com a “interioridade” para a dimensão do Fora. Havia uma instigante suspeita de que a dimensão institucional, o plano das relações de poder, não esgotava em si mesmo a composição de outras relações de forças. Neste sentido, encontramos, na experiência do Fora, a saída para o impasse que o plano institucional nos colocava. Através da noção de Fora, construímos uma zona de ressonância com o plano das intensidades. Dessa maneira, transpomos o princípio dialético da contradição e a lógica da continuidade e da interioridade.

A aposta do terceiro capítulo, o cenário político, é produzir uma interlocução com o campo da saúde mental. A formulação do problema deve produzir sentidos na prática, interpelar os centros de atenção psicossocial e o movimento da reforma psiquiátrica. A questão da descontinuidade e do abandono só pode ser colocada tendo em vista as condições de possibilidade no contemporâneo, pois é somente com a reinvenção das práticas, com a criação de serviços substitutivos ao manicômio que há, efetivamente, a abertura para outros modos existenciais, a possibilidade da resistência.

Para pensar as condições de possibilidade da experiência da loucura, na contemporaneidade, a partir da consolidação da reforma psiquiátrica, os centros de atenção psicossocial devem criar estratégias clínico-políticas capazes de sustentar as

descontinuidades. É necessário, portanto, considerar a descontinuidade e o abandono ao tratamento como possibilidades existenciais concretas, em ressonância com a cidade, com o território, com a vida, através dos diversos modos como a loucura interfere nos campos político, clínico e social. Se, no período de chumbo da psiquiatria institucionalizada, o manicômio era o lugar por excelência dos personagens insanos, indesejáveis e todos os demais indivíduos que perturbavam a ordem social e a moral hegemônica, atualmente, podemos dizer que vivemos um processo de transformação institucional, de tal maneira que a experiência da loucura passa a ocupar o espaço da cidade.

As práticas substitutivas ao enclausuramento manicomial marcam a possibilidade de estabelecer outras relações de encontro com a loucura, diferentes formas de olhar e de ouvir que implicam formas diferentes de atuar e intervir (YASUI, 2010). Relações que buscam romper efetivamente com a racionalidade psiquiátrica dominante, que incidia apenas sobre o elemento abstrato da “doença mental”. O paradigma da atenção psicossocial incorpora o desafio de inventar práticas que se afirmem na experiência cotidiana do encontro com a diferença, em um movimento de ruptura permanente com as formas hegemônicas da psiquiatria.

Se historicamente as representações da loucura revelaram ora a “verdade trágica do mundo”, ora a “verdade do homem”<sup>3</sup> oculta em seus desejos e paixões, na atualidade há o impasse entre a verdade estabelecida pela psiquiatria em sua vertente clássica, sustentada na classificação e no tratamento dos transtornos mentais, e, por outro lado, a emergência de práticas desinstitucionalizantes e substitutivas que procuram desnaturalizar a loucura como objeto de intervenção exclusivamente psiquiátrica. Partimos do contexto das práticas substitutivas ao modelo manicomial para colocar em questão a descontinuidade e o abandono, entendendo que a colocação do problema implica, necessariamente, na interlocução com os equipamentos de saúde mental.

A experiência da loucura cristalizada no quadro dos “transtornos mentais graves” parece sugerir um *a priori* que sustenta a necessidade do tratamento contínuo e regular. A loucura (des) caracterizada enquanto um transtorno ou uma doença mental entre outras patologias do organismo impõe o dispositivo do tratamento para todos aqueles indivíduos psiquiatrizados, tornados sujeitos a intervenções clínicas e medicalizantes. Há, entretanto, uma linha muito tênue entre o trabalho de cuidado ao sofrimento mental das pessoas e, por outro lado, uma abordagem puramente sintomatológica que reduz ao quadro psicopatológico

---

3 Para melhor compreender essas percepções sócio-históricas da loucura ver a Primeira Parte de *História da Loucura na Idade Clássica* de Michel Foucault (2010).

as intensidades do sofrimento.

Os serviços substitutivos lidam com uma experiência complexa que convoca diariamente ao questionamento das práticas, a reinvenção do cuidado, um desafio cotidiano de criar novas relações que devem se pautar na problematização do que está dado, é nesse sentido que a colocação do problema pode servir de intercessora aos centros de atenção psicossocial<sup>4</sup>. No que tange às relações com a loucura na contemporaneidade, colocamos em questão o nosso fazer e saber, os efeitos clínicos e políticos que as práticas produzem. Nesse sentido, a descontinuidade e o abandono podem ser tomadas como experiências que irrompem no cotidiano dos equipamentos de saúde mental, interferindo nos processos institucionais e nas relações que se estabelecem nos serviços. A nossa proposta é construir um campo problemático em torno da questão sem qualquer pretensão resolutiva. Trata-se de produzir interferências no processo da reforma psiquiátrica, fazer da descontinuidade e do abandono um problema a ser pensado e compartilhado, como uma experiência subjetiva, institucional e política que desestabiliza as formas instituídas.

Como os equipamentos lidam com o abandono? Como se relacionam com a descontinuidade que os atravessa? Que efeitos o abandono ao tratamento pode produzir e como o equipamento lida com sua própria descontinuidade?

É desafiante pensar a loucura na contemporaneidade na esteira de seus fluxos desterritorializantes e errantes, problematizar tal experiência em suas diversas facetas e sentidos sejam eles existenciais, políticos ou institucionais. E nesse cenário nos tornamos, enquanto pesquisadores, também desterritorializados no percurso de pesquisa, errantes em busca de construir um campo problemático. O problema aos poucos nos toma na medida em que nele vamos mergulhando, a força do problema vibra e interfere no processo e no sujeito que pesquisa. Ora enlouquecemos de um lado, ora de outro, tratamos desse sujeito nômade que por vezes nos escapa em seus fluxos desejanter. Concordamos com Pelbart (1993) quando ele diz que para pensar a loucura, tanto da perspectiva clínica como filosófica, é necessário um espírito aventureiro que forje asas, tanto no interior de uma instituição como fora dela.

A experiência da loucura nos joga em uma relação de intensidades e vibrações com o

---

4 Os Centros de Atenção Psicossocial são dispositivos estratégicos de produção de cuidados, constituem conforme Amarante (2003) a dimensão técnico-assistencial da reforma psiquiátrica como uma rede de novos serviços de base territorial, espaços de trocas, de sociabilidade e de subjetivação. A portaria 224 de 29 de janeiro de 1992, do Ministério da Saúde, define os CAPS como unidades locais/regionalizadas que contam com uma população adscrita definida pela localidade e que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, por equipe multiprofissional (BRASIL, 2004).

plano existencial do Fora<sup>5</sup>, nos impele ao universo informe das forças. O *Lenz*<sup>6</sup> de Buchner ilustra esse passeio errante pela natureza, sempre em busca do ar livre, sem pai nem mãe. Lenz nos convida a pensar o homem em sua perda gradativa de contato com sua consciência e identidade. É a figura des-localizada, personagem errante a encontrar-se sempre na busca de outra estética existencial fora da interioridade. Lenz busca o Fora nas montanhas, em uma relação de intensidades que nos coloca a problemática do homem distanciado de si mesmo e de seu mundo. A relação com o Fora marca uma outra composição de forças que constituem esse campo múltiplo e irreduzível de singularidades de resistência.

A partir desta perspectiva, o Fora não representa o espaço exterior ao dispositivo institucional mas se refere a uma modalidade da experiência existencial cuja intensidade atravessa o movimento da descontinuidade e do abandono. Pensamos a linha do Fora como o germe de outra experiência onde se projetam as forças em suas múltiplas modulações e composições subjetivas, sociais, políticas.

A colocação do problema da descontinuidade e do abandono impôs um importante desdobramento teórico e metodológico na medida em que procuramos afirmar a dimensão paradoxal que caracteriza tal experiência. Diante da questão, tomamos a atitude de *colocar o problema* sem a pretensão de respondê-lo. Construímos um campo problemático a partir da descontinuidade e do abandono com a prudência de não apelar a transcendências ou a determinações que se pretendam objetivas e resolutivas.

Há sempre uma força de liberação em jogo nos planos institucional, existencial ou político. São pontos singulares de resistência que atravessam o plano estável das formas e que produzem variações de sentido. Linhas de intensidades fugidias transitam entre os planos, relações diferenciais que apontam para uma descontinuidade imanente. Podemos dizer que a experiência da loucura, na contemporaneidade, encontra-se liberada das forças que a enclausuravam? A descontinuidade e o abandono são efeitos de um processo de liberação em curso no contemporâneo?

A respeito desta “prática de liberação” em curso, melhor tratarmos o problema com maior precaução, sobretudo porque as forças da clausura ainda manifestam sinais de vitalidade no presente. Os “manicômios mentais” persistem na sombra do contemporâneo,

---

5 A noção de experiência do Fora será trabalhada no segundo capítulo, na dimensão existencial.

6 *Lenz* é uma obra da literatura alemã de 1839, publicada dois anos após a morte do autor, Georg Buchner, durante seu exílio em Zurique, antes de completar 24 anos de idade. Lenz é um personagem real, uma “*personalidade problemática*” que se tornou o porta-voz das idéias de Buchner a respeito de literatura e de suas críticas ao idealismo alemão. Lenz, este “poeta infeliz” falecido em uma rua de Moscou no ano de 1792, completamente só e abandonado, foi autor de duas obras primas da literatura alemã, *O Preceptor* e *Os Soldados*.

ainda não superamos as forças da clausura, de modo que a desconstrução manicomial por si mesma não é suficiente para desfazer os muros invisíveis da segregação social imposta à experiência da loucura. Nesse sentido, a efetiva desconstrução manicomial implica na composição e na invenção de práticas cotidianas de liberdade.

Foucault (1984) nos aponta que, se não for tratado dentro de certos limites o tema da “liberação” pode remeter à ideia de que existe uma natureza humana a ser liberada, esta perspectiva sugere que há uma essência que foi alienada ou mascarada por mecanismos de repressão históricos, políticos e sociais. Ainda que existam atualmente processos e movimentos de liberação das subjetividades e grupos minoritários, será preciso que se produzam novas formas de existência. Somente assim, será possível afirmar práticas de liberdade para além das forças de liberação.

No caso da loucura, podemos afirmar que o processo de “liberação” em curso na contemporaneidade produz efetivas práticas de liberdade?

## 2 CAPÍTULO PRIMEIRO

### 2.1 Alienismo e Ordem Psiquiátrica: um percurso de institucionalização da Loucura

O desafio de pensar o abandono ao tratamento nos coloca um impasse entre os processos de descontinuidade e a lógica da continuidade e de adesão que atravessa os equipamentos de cuidado. O abandono interroga os dispositivos, o modelo de continuidade e, nesse sentido, pode produzir efeitos no campo da clínica e da política em saúde mental. Esta dissertação tem por objetivo abrir o pensamento para a complexidade da experiência da loucura a partir dos processos de descontinuidade e abandono. Para tal, entendemos ser importante pensar a experiência do abandono, os processos de subjetivação e as estratégias forjadas pelos dispositivos de tratamento. Desde a hegemonia da tradição psiquiátrica em espaço asilar até as experiências de reforma psiquiátrica contemporâneas, o lugar social e institucional da loucura é colocado em questão; ora se enclausurou dentro do aparato institucional do manicômio, ora se propôs a liberação do enclausuramento e o questionamento da exclusiva autoridade psiquiátrica sobre os loucos.

A partir de Hegel e da tradição alienista sustentada por Pinel na França, a loucura perde gradualmente sua condição de experiência exterior<sup>7</sup> ao homem. Entre os séculos XVIII e XIX, a loucura passa a ser constituída como uma contradição no interior da razão. Daí em diante a loucura seria conflito do sujeito consigo mesmo e não uma total ausência de razão, mas uma relação de *contradição* interior à razão. Nesse sentido, a loucura sobrevém quando a ordem e a hierarquia da sanidade são subvertidas, quando a consciência perde o controle sobre essa totalidade, quando há contradição entre o particular e o universal (PELBART, 2009, p. 45).

Como subversão da ordem e conflito no interior da totalidade da razão, a loucura permanece capturada por determinações internas ao sujeito. A partir de Hegel, portanto, a loucura será pensada como um “Outro da Razão” que lhe é interior, uma espécie de subjetividade dilacerada, passível de cura, foi somente a partir dessa brecha que o Alienismo pôde então intervir institucionalmente sobre o postulado da curabilidade da loucura. Com Hegel e a tradição alienista, a loucura como figura da alteridade radical e absoluta se transformou em um fora interior à razão. Assim, a experiência da loucura já não podia mais manifestar qualquer caráter sagrado ou trágico do mundo, mas tão somente uma contradição

---

7 Entendemos o exterior como a experiência de desrazão descrita por Peter Pelbart no livro *Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura* (2009).

do homem consigo mesmo.

A partir do século XVIII emerge uma forma de gestão, tratamento e disciplina muito mais refinados nos espaços de confinamento sobre o personagem do louco. A *síntese alienista*, tal como Castel (1978) a define, constituía-se em três eixos que tornaram possíveis a apreensão da loucura pela psiquiatria nascente da época, são eles: a classificação do *espaço institucional* como o recurso por excelência da terapêutica e do tratamento; o *arranjo nosográfico* das doenças mentais e a imposição da *relação de poder* entre o médico e o alienado através da consolidação do alienista como o agente principal no tratamento moral. Ao liberar os loucos das correntes, Pinel instaura, ao mesmo tempo, a tecnologia do tratamento asilar sob um regime de total isolamento terapêutico entre o alienado e o meio social. O princípio terapêutico do tratamento moral inaugurado por Pinel e a tradição alienista pressupunha que as causas da alienação estavam presentes no meio social, tal pressuposição impôs o mecanismo do isolamento, isto é, a reclusão no espaço asilar, estratégia para afastar o sujeito das causas de sua alienação mental, “transportando o indivíduo enfermo para um meio onde as mesmas não podem mais prejudicá-lo” (AMARANTE, 2007, p. 29).

No cenário da institucionalização no espaço manicomial a loucura é apreendida como verdade médica. A importância de Pinel encontra-se, sobretudo, na operação do deslocamento da loucura de um objeto da filosofia que tratava das questões da alma, das paixões e da moral, para se tornar, principalmente, um objeto de saber da medicina. Com Pinel ocorrem transformações práticas e institucionais na relação com a loucura, ele inaugura o estatuto teórico e clínico da alienação mental e configura, ao mesmo tempo, um campo de possibilidades terapêuticas ao levantar a possibilidade de cura, “ao entender que a alienação é produto de um distúrbio da paixão, no interior da própria razão, e não a sua alteridade” (AMARANTE, 2007, p. 42).

No período entre os séculos XVIII e XIX, coloca-se em questão a possibilidade política e social de um equilíbrio de poderes que aponta cada vez mais para uma sociedade de regime contratual. Nesse contexto, a questão das relações de poder e dos regimes de tratamento da loucura situa-se “no centro de uma contradição insolúvel para a nova ordem jurídica que se instaurava” (CASTEL, 1978, p. 34). A sociedade burguesa emergente irá caminhar na direção da reestruturação do poder de Estado. Por intermédio da medicalização da loucura inventou-se um novo estatuto de tutela que será essencial para o funcionamento de uma sociedade contratual nascente nesse período histórico. O dispositivo do contrato se inscreverá socialmente como a ficção jurídico-administrativa que pressupõe que cada cidadão

é livre, sujeito e soberano sobre as condições de sua própria existência.

Ainda segundo Castel (1978, p. 36), a especificidade da condição do louco na ordem social, no entanto, resistirá a essa redução ao quadro contratual em vigor a tal ponto que “para inscrevê-lo na nova ordem social, será preciso impor-lhe um estatuto diferente e complementar” em relação ao dispositivo contratual que rege a totalidade dos cidadãos livres e no pleno uso da razão. Esse outro estatuto regulador para legitimar uma relação mais específica com a loucura será construído, sobretudo, nas bases de uma ordem médica. O médico/alienista torna-se o tutor legal e institucional, o agente da razão hegemônica que poderá confrontar o alienado no cerne de sua loucura. “O alienista foi antes de tudo o encarregado de um perigo; ele se postou como a sentinela de uma ordem que é a da sociedade em seu conjunto” (FOUCAULT, 2006a, p. 325).

A racionalidade alienista irá preparar o terreno para a consolidação da psiquiatria como especialidade médica. A alienação mental definida como desordem ou distúrbio no âmbito das paixões, espécie de outro e estrangeiro no interior da razão, irá associar-se à ideia de periculosidade ou de “indivíduo perigoso”<sup>8</sup>. O conceito de alienação mental, segundo Amarante (2007, p. 31) “contribuiu para produzir, como consequência inerente à própria noção, uma atitude social de medo e discriminação” em relação aos indivíduos identificados como potencialmente perigosos para a sociedade.

Para Castel (1978, p. 44), no período entre os séculos XVIII e XIX,

O louco reativa a imagem do nômade que vagueia numa espécie de *no man's land* social (...). A necessidade absoluta de reprimir a loucura é inscrita nessa natureza que rompeu todos os controles e empurra o louco para o lado da animalidade (...).

As relações entre periculosidade e loucura serão possíveis em função de um conjunto de ações políticas, administrativas e sociais que desqualificavam o louco como um improdutivo social, na medida em que ele não poderia participar ativamente do processo de produção e aquisição necessários nas relações sociais. A inaptidão para o trabalho se caracterizou como o primeiro critério para determinar a loucura em um indivíduo (FOUCAULT, 2006). Restará para o louco o isolamento social e, conseqüentemente, a redução da experiência da loucura ao mecanismo institucional. Ao desestabilizar a ordem, a

---

8 Para Foucault (2006, p. 9-10), na virada entre os séculos XVIII e XIX, a Psiquiatria passa a se revestir de prestígio por ter se inscrito “no âmbito de uma medicina concebida como reação aos perigos inerentes ao corpo social”. Na esteira do campo de intervenção médica que funcionava como higiene pública do corpo social, os alienistas da época tinham consciência de tratar um perigo social - a loucura - que estava ligada a condições insalubres de vida, promiscuidade, alcoolismo, libertinagem, etc. Além disso, a loucura era percebida como fonte de perigos para o próprio sujeito, para os outros, para o meio e para a descendência.

moral e a norma social hegemônicas, a loucura confronta a sociedade e a racionalidade humana em seus próprios limites. Nesse sentido, torna-se necessário um enquadre institucional, uma organização assistencial, um dispositivo de poder que torne a loucura uma categoria, o objeto “doença mental”.

No mundo sereno da doença mental, segundo Foucault (2006b, p. 153)

O homem moderno não se comunica mais com o louco; há, de um lado, o homem de razão que delega para a loucura o médico, não autorizando, assim, relacionamento senão através da universalidade abstrata da doença; há, do outro lado, o homem de loucura que não se comunica com o outro senão pelo intermediário de uma razão igualmente abstrata, que é ordem, coação física e moral, pressão anônima do grupo, exigência de conformidade.

A psiquiatria no início do século XIX, segundo Foucault (2006), teve como tarefa definir sua especificidade no domínio da medicina para fazer reconhecer sua cientificidade entre as outras práticas médicas. O reconhecimento da psiquiatria como especialidade médica das *desordens mentais*<sup>9</sup> ou dos desvios da conduta individual se deu, ao mesmo tempo, em que a sua prática funcionava como uma forma de higiene pública. Com o desenvolvimento da demografia, das estruturas urbanas e da necessidade de mão de obra para a indústria, a partir do século XVIII, emerge a questão biológica e médica das populações humanas. Nesse período, diz Foucault, “(...) o corpo social surge como uma realidade biológica e um campo de intervenção médica” (2006, p. 9).

No cenário de afirmação da psiquiatria como especialidade e prática médica das desordens mentais a loucura será apropriada pela categoria nosográfica de doença mental. O auge do Alienismo no espaço asilar será marcado pela imposição da relação de poder entre o alienista/médico e o alienado/doente; a experiência da loucura nos limites de uma classificação nosográfica será confiscada pela racionalidade psiquiátrica, o hospital será o lugar apropriado para “se deixar ver a doença tal como é” e, ao mesmo tempo, produzi-la na sua verdade. O hospital se constituía como lugar de observação, de purificação e de prova. A partir do século XIX, com a instauração sistemática da prática do internamento, a loucura se figura como desordem na maneira de agir, de querer e de sentir, de tomar decisões e de ser livre (FOUCAULT, 1979, p. 121).

No curso *O Poder Psiquiátrico*, Foucault (2006c) afirma que, entre o fim do século XVIII e início do XIX, uma grande reviravolta ocorre no discurso e na prática psiquiátricas, e,

---

9 Na Renascença o louco entre outros personagens da *desordem* social começa a aparecer como figura de maior importância pois ele objetivava a universal preocupação social com a ordem. Nesse contexto, para Dreyfus e Rabinow (1995) o tema da desordem se colocava em termos de excesso e irregularidade, e não ainda em termos de disfunção médica ou corporal, como veremos mais adiante na história da loucura.

consequentemente, em todo sistema de poder asilar, surge outro critério de reconhecimento da loucura não mais entendida como “erro”, mas como “insurreição da força”, ou seja, força que se desencadeia, não dominada, talvez não dominável. (FOUCAULT, 2006c, p.10).

O projeto de Foucault ao estudar *O Poder Psiquiátrico*, doze anos após a publicação de *História da Loucura* na Idade Clássica, foi apontar, sobretudo, para as relações de forças nas disposições táticas que perpassam as instituições. Seu interesse não será mais fazer uma arqueologia das percepções e representações sócio-históricas da loucura, mas analisar as táticas postas em ação no confronto das forças que se enfrentam em determinado dispositivo. Ao analisar as estratégias e o jogo das forças em vez de descrever o asilo como instituição total a partir de um discurso de caráter sociológico, Foucault passa a questionar e repudiar o próprio uso da categoria de instituição, na medida em que esta portaria dois perigos principais: dar-se objetos já constituídos (as regularidades funcionais do coletivo e o indivíduo como seu membro); e ainda, o perigo da centralização em um microcosmo fechado (FOUCAULT, 2006c).

Ao deslocarmos o problema de análise da instituição psiquiátrica como uma totalidade em si mesma para as relações entre forças dispersas dentro e fora da estrutura asilar, subvertemos a noção tradicional do poder como aquilo que emana de algo, por exemplo, o saber da psiquiatria, ou aquela concepção que define o poder como pertencente a alguém, no caso o médico como figura representativa do poder psiquiátrico hegemônico. Em contraste com esta perspectiva de poder, para Foucault só há poder quando há dispersão, intermediações, redes, diferenças de potencial, defasagens nos jogos de forças. Partimos, assim, dentro dessa perspectiva da análise de um dispositivo de poder para verificar “em que medida esse mesmo dispositivo pode ser produtor de certo número de enunciados, de discursos, e as representações que podem daí decorrer” (FOUCAULT, 2006c, p. 17).

## **2.2 As experiências de reforma psiquiátrica no pós-guerra**

Eis que estamos às voltas com os dispositivos psiquiátricos em suas relações com a experiência da loucura. Nesse contexto, pretendemos colocar em análise algumas práticas instituídas historicamente em torno da loucura, os movimentos reformistas ao estatuto da psiquiatria asilar e o atual modelo da saúde mental. Apresentamos neste primeiro capítulo, o

período que vai do Alienismo até as experiências de reforma da psiquiatria no período Pós Segunda Guerra Mundial, no sentido de tomar esses movimentos reformistas como uma via de acesso à dimensão existencial da experiência da loucura.

Como desdobramento desta relação entre *sentido institucional* e *sentido existencial*, pensaremos um *sentido político* da experiência da loucura tomando a questão da descontinuidade e do abandono como pontos de resistência, processos de singularização, que escapam das formas instituídas de assistência e tratamento. Vale ressaltar que a diferenciação entre os sentidos institucional, existencial e político não configura a apreensão de três dimensões isoladas e independentes, trata-se apenas de um desenho esquemático para facilitar a compreensão na medida em que tomamos essas três dimensões como distintas, mas inseparáveis.

A proposta de colocar em discussão e análise a dimensão institucional que atravessa a experiência da loucura exigirá um esforço em problematizar alguns movimentos de reforma psiquiátrica e as atuais práticas substitutivas de assistência em saúde mental no cerne do movimento de desinstitucionalização. As práticas em saúde mental serão analisadas à luz das primeiras experiências reformistas que antecederam o atual estágio político, institucional e social do movimento *por uma sociedade sem manicômios*<sup>10</sup>.

O campo da saúde mental pública e o modelo da atenção psicossocial se constituem no contexto de um conjunto de experiências clínicas, políticas e institucionais, especialmente, a partir dos movimentos reformistas e críticos ao tradicional modelo psiquiátrico e hospitalocêntrico desencadeados em meados dos anos 1950 em alguns países europeus. Seria possível remontar, ainda mais longe, ao pós-guerra de 1914 algumas experiências em hospitais psiquiátricos da Vestfália na Alemanha, como a terapêutica ativa de Herman Simon, ou na Inglaterra, com os métodos de *no restraint* e *open door*, traduzidos respectivamente por “sem barreiras” e “porta aberta” (GUATTARI, 2004, p. 59).

O período pós-guerra marca o início de um processo clínico, político e social de reforma humanizadora das instituições psiquiátricas então existentes. A intensificação desses debates dá origem a projetos mais delimitados, no sentido de um conjunto de enunciados e arranjos de natureza técnica e administrativa sobre o campo de intervenção da psiquiatria

---

10 O lema “Por uma Sociedade Sem Manicômios” surgiu a partir do III Encontro da Rede de Alternativas à Psiquiatria realizado em Buenos Aires no ano de 1986. Um ano depois, ocorre a I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Congresso organizado pelo Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental – MTSM – em Bauru, São Paulo, no ano de 1987. O MTSM passa a se tornar um movimento com efetiva participação de usuários e familiares, e não apenas uma associação de profissionais de Saúde Mental (AMARANTE, 2007, p. 78).

(AMARANTE, 2007).

Dentre as diversas abordagens e modelos de reforma desencadeados na Europa podemos considerar que uma das questões norteadoras e que, de certo modo, aproxima todos esses projetos reformistas é o questionamento da instituição psiquiátrica hegemônica enquanto dispositivo de poder constituído no espaço do manicômio. É importante ressaltar, no entanto, que a instituição colocada em questão não é apenas o estabelecimento físico estruturado do manicômio, mas a própria loucura determinada como objeto institucionalizado e reduzido à categoria de doença mental. Para a perspectiva antimanicomial italiana, por exemplo, a instituição a ser negada é o conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, as relações de poder estruturadas em torno de um objeto muito preciso: a “doença mental”, a qual se sobrepõe no manicômio como objeto de periculosidade.

Sempre interessado pela relação entre jogos de verdade e modos de subjetivação, Foucault (1979, p. 124) aponta que desde o fim do século XIX, os grandes abalos que sacudiram a psiquiatria colocaram como questão fundamental o poder do médico e os efeitos que este produzia sobre o doente.

Digamos mais exatamente que de Bernheim a Laing ou a Basaglia, o que foi questionado é a maneira pela qual o poder do médico estava implicado na verdade daquilo que dizia, e inversamente, a maneira pela qual a verdade podia ser fabricada e comprometida pelo seu poder.

Na esteira destes abalos sobre as bases da psiquiatria seria mais adequado falar em experiências antipsiquiátricas ou reformas psiquiátricas em vez de uma única antipsiquiatria ou de um modelo de reforma predominante. Inicialmente houve o movimento de despsiquiatrização que procurava operar a redução da doença à sua realidade estrita, isto é, uma redução aos signos necessários que tornavam possível o diagnóstico da doença mental. Essa prática emergiu no contexto do hospital psiquiátrico, articulava o diagnóstico e a terapêutica e o conhecimento da natureza da doença. “Chamemos esta despsiquiatrização de psiquiatria de produção nula”. (FOUCAULT, 1979, p. 125).

O contexto histórico criou condições de possibilidade para um importante período de reformas psiquiátricas e transformações institucionais. As experiências de reforma foram influenciadas pelo impacto da guerra e o horror dos campos de concentração que dirigiram os olhares para os hospitais psiquiátricos, para a condição de vida dos loucos e para o estatuto da psiquiatria enquanto saber privilegiado no tratamento à loucura. Conforme propõe Paulo Amarante (2007), podemos destacar didaticamente três grupos dentre as principais experiências de reforma psiquiátrica na Europa do pós-guerra: a Comunidade Terapêutica e a

Psicoterapia Institucional; a Psiquiatria de Setor e a Psiquiatria Preventiva, e a Antipsiquiatria e a Psiquiatria Democrática.

O projeto das Comunidades Terapêuticas no Reino Unido se caracterizou por protagonizar e influenciar outras experiências reformistas pela Europa, dando ênfase à noção de comunidade como espaço de uma experiência comunitária que por isso mesmo possuiria efeitos terapêuticos. As comunidades tiveram como fio condutor a experiência de uma *psiquiatria social* mais engajada especialmente com a família e com os fatores sociais em torno da doença mental. Na perspectiva das comunidades, colocava-se em questão o papel do psiquiatra no espaço terapêutico, as bases do modelo médico hegemônico, a relação médico-paciente e a indiscutida autoridade do médico como figura investida de poder e saber sobre a loucura. Para Maxwell Jones (1972, p. 89), um dos precursores desse movimento, a comunidade “implica numa organização social democrática, igualitária e não uma organização social de tipo hierárquico (...)”. Através das comunidades são lançadas as bases para uma reforma nos fundamentos da própria instituição e com isso introduziu-se a ideia de que seria possível reorientar a psiquiatria de tal forma que o próprio hospital psiquiátrico se tornasse uma instituição efetivamente terapêutica.

A Psicoterapia Institucional francesa compartilha com a Comunidade Terapêutica inglesa o projeto de disparar mudanças no próprio hospital psiquiátrico em vista de transformá-lo em instituição com potencial terapêutico. Os dois projetos convocavam os sujeitos a participar ativamente de todas as atividades entendendo que a função terapêutica deveria ser assumida por todos os operadores da instituição, técnicos, familiares e usuários (AMARANTE, 2007). O médico catalão François Tosquelles, protagonizou a experiência da Psicoterapia Institucional no hospital de Saint Alban no Sul da França. A experiência em Saint Alban tornou possível a participação coletiva e a tomada de responsabilidade por parte dos internos para que todos pudessem questionar as formas de violência institucional e a verticalidade nas relações internas. O espírito militante e revolucionário de Saint Alban reunia intelectuais surrealistas, médicos influenciados pelo freudismo, militantes marxistas e outros espíritos resistentes. Nesse espaço se forjaram novos instrumentos de desalienação, nascia “uma nova abordagem militante da doença mental” (GUATTARI, 2004, p. 60).

Ainda na França a Psiquiatria de Setor se constituía como outro movimento político e institucional de reforma da psiquiatria. Foram criados centros de saúde mental externos ao manicômio estabelecidos de acordo com a distribuição populacional de cada região. As limitações da experiência de Psicoterapia Institucional apontavam para a necessidade de um

trabalho externo ao manicômio (AMARANTE, 2007).

Este projeto reformista institucionalizou a regionalização da assistência psiquiátrica e protagonizou a experiência de acompanhamento terapêutico dos pacientes por equipe multiprofissional, no entanto, ao funcionar fora dos muros do asilo, a psiquiatria de setor, segundo Foucault (2006a, p. 327)

Responderia às demandas mais do que às imposições, uma psiquiatria aberta, múltipla, facultativa que, em vez de deslocar e isolar os doentes, os deixaria em seu lugar e em seu ambiente (...). Mas, estaremos nós em ruptura com a psiquiatria do século XIX e com o sonho que ela trazia desde sua origem? O “setor” não seria um outro modo, mais maleável, de fazer funcionar a medicina mental como uma higiene pública, presente por toda a parte e sempre pronta a intervir?

A experiência italiana de reforma iniciada no manicômio de Gorizia, na década de 1960, foi protagonizada pelo psiquiatra Franco Basaglia fortemente influenciado por uma concepção fenomenológico-existencial da relação psicoterapêutica, inspirado no existencialismo de Sartre e na antropofenomenologia de Binswanger e Minkowski (GOULART, 2007). Inspirado no projeto das comunidades terapêuticas do Reino Unido, Basaglia inicia um processo de humanização do hospital a partir de novas formas de organização e comunicação entre os internos (os doentes hospitalizados) e o corpo técnico institucional. A primeira experiência de humanização do manicômio em Gorizia ocorreu ainda na esteira do projeto das comunidades terapêuticas. Em 1964 durante o I Congresso de Psiquiatria Social, em Londres, Basaglia apresenta o texto *A destruição do hospital psiquiátrico como lugar de institucionalização* que seria importante como “(...) o marco de uma nova etapa em sua trajetória, que ele denomina de fase da negação institucional” (AMARANTE, 2010, p.8).

A experiência antimanicomial italiana tomou rumos diferentes em relação a outros projetos reformistas, se distanciando do modelo de reconstrução do potencial terapêutico hospitalar das comunidades terapêuticas e da psicoterapia institucional. Apoiando-se principalmente nos trabalhos de Goffman, Foucault, Fanon e na esquerda marxista italiana, Basaglia (2010) acreditava que “os modelos ingleses, escoceses e franceses não afrontavam o fundamental: era preciso destruir os manicômios e hospitais psiquiátricos” (p. 43). Nesse sentido, para Basaglia, os projetos reformistas ingleses e franceses conservavam a assistência nos mecanismos que se devia combater e desmontar, ou seja, mantinham as bases do hospital psiquiátrico estruturadas sem confrontá-lo como um lugar de isolamento e segregação social. A ruptura com o modelo das comunidades terapêuticas marca o início de um período de

crítica radical à institucionalização do doente mental e os efeitos de alienação produzidos pela instituição.

Ao percorrer os escritos de Basaglia, damos-nos conta de uma escrita viva e intensamente atrelada aos desafios colocados pela condição dos pacientes psiquiátricos. Os textos desse revolucionário psiquiatra italiano, disparador do movimento antimanicomial na Itália e em outros países, expressam a condição dos sujeitos silenciados pelo aparato manicomial. Sua leitura inspira uma crítica revoltosa contra as formas de violência institucional que por tantos anos predominou nos manicômios. Para Basaglia (2010), instituições como família, escola, fábrica e hospital são estruturas baseadas em uma clara divisão dos papéis, das forças de trabalho, são mecanismos institucionais que determinam diferenças entre quem dispõe e quem não dispõe de poder. O internamento retira toda a liberdade individual, condiciona o interno a assumir para si a instituição como seu próprio corpo, sendo ele obrigado a aderir ao corpo institucional objetificando-se nele, o indivíduo “isolado, segregado, tornado inofensivo pelos muros que o encerram, o interno parece converter-se em algo para além do humano” (p. 25).

Na mesma linha de crítica à psiquiatria institucionalizada, o projeto da antipsiquiatria inglesa, ao confrontar os jogos de poder dispostos na tecnologia do manicômio, intervém no sentido de tornar visíveis as relações de dominação na relação institucional. Os antipsiquiatras, segundo Guattari (1987, p. 114), “queriam ultrapassar as experiências da psiquiatria comunitária” que para eles “não passavam de experiências reformistas, não questionando, verdadeiramente, as instituições repressivas e o quadro tradicional da psiquiatria”.

Para Foucault (1979, p. 126), na abordagem da antipsiquiatria está em questão, sobretudo, o processo de “transferir para o próprio doente o poder de produzir a sua loucura e a verdade de sua loucura (...)”. Nesse sentido, podemos considerar, ainda segundo Foucault (1979, p. 124) que de modo geral

Todas as grandes reformas, não só da prática psiquiátrica mas do pensamento psiquiátrico, se situam em torno desta relação de poder; são tentativas de descolar a relação, mascarar-la, eliminá-la e anulá-la. No fundo, o conjunto da psiquiatria moderna é atravessado pela antipsiquiatria, se por isso se entende tudo aquilo que recoloca em questão o papel do psiquiatra, antigamente encarregado de produzir a verdade da doença no espaço hospitalar.

Os questionamentos no sentido de transformar os modelos assistenciais institucionalizados em todo o aparato da psiquiatria tradicional foram, como sabemos,

intensificados a partir dos acontecimentos disparados pela segunda guerra mundial. Para Lourau (1995, p. 181)

A guerra contribuiu muito para criar relações novas entre as categorias sócio-profissionais de pessoal hospitalar (médicos e enfermeiros). O papel desempenhado pelo contexto político é visível (...). Muitos psiquiatras desta geração são marxistas ou estão próximos do marxismo. Os dois sentidos do conceito de alienação<sup>11</sup> – o sentido clínico e o sentido político – são para eles muito próximos.

Na França, além de Tosquelles, um dos fundadores do movimento de Psicoterapia Institucional, Le Guillant, acentuava a tomada de consciência suscitada nos profissionais com relação à opressão dos doentes hospitalizados. As condições desumanas a que eram submetidos foram levadas a um grau de evidência intolerável. Rene Lourau (1995) analisa o movimento da Psicoterapia Institucional em três fases: uma fase empírica através da modificação da relação médico-doente; uma fase ideológica pelo viés da terapia de socialização pelo grupo, e, uma fase teórica que marca a elaboração do conceito de instituição. Na especificidade do aparato hospitalar, há um primeiro estágio que entende a instituição como um “conjunto de socialização”, isto é, uma concepção organizacional do tempo e do espaço institucional determinado pelo pessoal encarregado do tratamento, em outro momento, surge a partir das contribuições da psicanálise a dimensão inconsciente da instituição que opera ao desestabilizar os códigos, os papéis estabelecidos e as formas de organização.

Há um diagrama do Institucionalismo que, segundo Barros (2009) situa a Psicoterapia Institucional em duas linhas, a primeira marcada pela experiência de Tosquelles em Saint Alban, que colocou em questão as relações estabelecidas no hospital psiquiátrico, a principal modificação implantada nesta linha se refere ao processo de “(...) deshierarquização do hospital psiquiátrico, enquanto operador de uma psiquiatria clássica” (p. 251). A primeira linha, no entanto, apontou “para um uso acrítico dos modelos grupais e para uma visão de instituição ainda identificada à de estabelecimento” (p. 253). A segunda linha da Psicoterapia Institucional tem como destaque a experiência de La Borde com Felix Guattari e Jean Oury. Entre 1964 e 1965, em meio às experiências em La Borde, Guattari propõe o uso da expressão análise institucional para introduzir uma dimensão analítica na relação terapêutica com a loucura. A introdução da dimensão analítica na Psicoterapia Institucional estabeleceu uma abertura no campo de análise até então restrito à ação dos “especialistas *psi*” e à consideração

---

11 Uma das críticas da análise institucional sobre a antipsiquiatria é a confusão que esta estabelece entre alienação mental e alienação social, suprimindo assim a especificidade da loucura e a possibilidade revolucionária e terapêutica da instituição.

de “fatores *psi*” (RODRIGUES, 1994 apud BARROS, 2009).

A análise institucional, segundo a perspectiva sócio-analítica de Lourau (1995), surge como análise do sistema de referência implícito ou latente dos sujeitos de determinado equipamento ou organização social. Nesse sentido, se tomarmos a instituição psiquiátrica menos como um sistema estabelecido *a priori* no hospital psiquiátrico e mais como um conjunto de táticas, dispositivos e referências que se integram em uma estratégia da regularidade, da normalização e da assistência, podemos colocar em análise a dimensão institucional para além de um estabelecimento, de um conjunto social estratificado, hierarquizado e totalizante que opera sobre os indivíduos. A psiquiatria é parte integrante de um projeto social complexo, está intimamente ligada aos problemas colocados pela sociedade, constitui uma tecnologia do corpo social (FOUCAULT, 2006a).

Na próxima seção trabalharemos sucintamente o conceito de instituição, a partir da dinâmica entre os movimentos instituído e instituinte, segundo a concepção da análise institucional, em seguida tentaremos articular tais conceitos ao movimento da reforma psiquiátrica utilizando o conceito de desinstitucionalização.

### **2.3 A dinâmica institucional: entre instituído e instituinte**

O cenário dos movimentos de reforma psiquiátrica, principalmente a partir da experiência anti-manicomial italiana, consolidou-se cada vez mais como um pensamento de crítica à hegemonia do poder psiquiátrico sobre a loucura. Podemos dizer que a luta anti-manicomial instaurou um processo intensivo de anti-institucionalização. Além do movimento italiano, a antipsiquiatria inglesa e a psicoterapia institucional francesa colocavam em questão o poder estabelecido da psiquiatria, a complexidade da experiência da loucura e as relações desta com as dimensões política e social. Dentro deste contexto, na esteira dos movimentos contra-culturais e anti-institucionais, nos anos 1960, o tratamento se torna a colocação em análise da psiquiatria institucionalizada e, conseqüentemente, a luta por reforma, isto é, um processo de transformação das formas estabelecidas no hospital, no asilo, em suma, na institucionalização da loucura.

A questão que atravessa tanto a experiência de reforma italiana quanto o movimento da antipsiquiatria inglesa é a luta contra os efeitos produzidos pela psiquiatria, buscando

transformar toda a tecnologia que a sustentava em seu papel de ciência dogmática ou ciência ideológica. É apenas a partir destas experiências que a instituição surge como objeto de análise, intervenção e desconstrução, porém, a instituição colocada em questão se referia não apenas aos estabelecimentos de tratamento, mas a todos os dispositivos da psiquiatria tradicional que, segundo a perspectiva anti-manicomial, precisavam ser demolidos para a reconstrução de outros processos de institucionalização.

A instituição em questão se refere tanto às formas sociais estabelecidas, ou seja, o hospital psiquiátrico, a psiquiatria, a categoria de doença mental, como aos processos pelos quais a sociedade se organiza. Entende-se que em todo processo institucional ocorre uma dinâmica constante entre o que está estabelecido e o que está em movimento ou em variação, isto é, ocorre uma tensão nos processos de institucionalização entre uma dimensão instituída e outra instituinte. No campo da reforma psiquiátrica, essa tensão se refere ao movimento que torna possível as transformações nos processos de institucionalização e a possibilidade de se estabelecer outros modos de organização e funcionamento institucional.

Como apontam Passos et al. (2008, p. 211)

Para o institucionalismo há que se atentar sempre para o que escapa nas e das instituições, como uma dimensão que faz da institucionalização um processo que de direito nunca se conclui completamente em uma forma instituída.

A partir desta perspectiva, a instituição da psiquiatria deixa de ser uma estrutura uniforme, homogênea e fechada em si mesma, para se configurar como um processo institucional, histórico e político, produzido no movimento entre forças instituintes e formas instituídas que se modulam provocando uma tensão constante na dinâmica institucional. Podemos identificar esta dinâmica como um processo de institucionalização, na medida em que este atravessa todos os processos humanos e integra a estrutura simbólica dos grupos e dos indivíduos. O caráter processual e histórico da instituição nos permite pensar que o jogo entre as dimensões instituída e instituinte pode escapar, de algum modo, dos limites dos dispositivos, tendo em vista que a instituição perde sua forma totalitária.

Rene Lourau (2004) nos propõe, no texto “Campo Socioanalítico”, que o método da análise institucional nos impõe a definição do que ele chama de “o paradigma dos três Is”, que são: instituição, institucionalização e implicação. Além destes três conceitos, nos deteremos um pouco na dimensão institucional compreendida como uma dinâmica entre os momentos instituídos e instituintes. Faremos uma breve definição dos termos para não reduzirmos o processo institucional ao espaço-tempo de um estabelecimento.

Para Lourau (1995), no âmbito da sociologia as noções de organização e de estrutura absorveram pouco a pouco o conceito de instituição. O sociólogo positivista concebia *a priori* a significação universal da instituição a partir da síntese entre os dois termos da dialética hegeliana, ou seja, a oposição entre o particular e o universal. O *a priori* da perspectiva sociológica consiste em fazer do Estado o lugar da legitimidade de todas as instituições. Tal perspectiva determinava a valorização da sociedade instituída e legitimada pela regulação do Estado. As instituições seriam entidades superiores e teoricamente universais; em contrapartida, os indivíduos encarnariam o aspecto da negatividade.

Nesse contexto, Lourau (1995) descreve três sistemas sociológicos de referência para o conceito de instituição. O primeiro, durkheimiano, toma a instituição como “coisa” ou como um objeto da realidade social; ela aparece como coação exterior seja através do direito ou do consenso. O segundo sistema, de referência fenomenológica, situa a instituição como instância imaginária<sup>12</sup>, privilegiando assim a particularidade do vivido. Nesse sentido a instituição não seria uma “coisa”, mas a projeção da angústia individual e um sistema de defesa contra essa angústia; “é a encarnação da repressão contra a livre expansão da pessoa” (p. 97). O terceiro sistema de referência deriva do primeiro, mas tenta ultrapassá-lo, “procura a síntese do momento da objetividade e do momento do imaginário” (p. 97). Este sistema, para o qual contribuem a análise funcional e estrutural das instituições, acentua o nível e a significação simbólica da instituição, coloca-se em dúvida as regras estabelecidas no primeiro sistema.

Para resumir toda esta construção teórica, podemos afirmar que o conceito de instituição é polissêmico e muito problemático, na medida em que existem muitas variações de sentido entre os sistemas de referência que não serão integralmente abordados em nosso campo problemático. Vale destacar apenas alguns pontos. A partir de Hegel, acentua-se o momento da universalidade do conceito; a sociologia e a etnologia prendem-se demasiadamente às particularidades das instituições; com o marxismo opera-se uma análise histórica e crítica sobre a noção de universalidade, as instituições serão tomadas a partir das relações de força, de classe e de produção. Contudo, em cada um desses sistemas de pensamento há o equívoco de designar o conceito de instituição ora como o instituído, ora como o instituinte. Para a filosofia do direito, por exemplo, “a instituição é a coisa estabelecida, o instituído” (LOURAU, 1995, p. 141).

A polissemia do conceito de instituição coloca para a análise institucional a

---

12 O ponto central nesse sistema é que a instituição não constitui um objeto real ou um fato social; tal sistema opõe-se, portanto, a todas as formas de relações explicativas sociológicas. (LOURAU, 1995)

necessidade de uma perspectiva conceitual mais dinâmica na medida em que a instituição está, ao mesmo tempo, presente e ausente, isto é, simbolicamente presente nos grupos e organizações e, por outro lado, para as práticas que se pretendem analíticas a presença-ausência das instituições faz surgir o seu caráter problemático. Em oposição à lógica identitária e totalitária característica das demais ciências que definem a instituição como estrutura, a análise institucional trabalha a partir da noção de contradição, pois considera a instituição não como um estabelecimento, mas como dinâmica contraditória em processo e movimento de construção no tempo e no espaço. A sócioanálise, engloba de um lado, uma análise estrutural, funcional, econômica e política, e, de outro, uma análise em situação que a aproxima da clínica psicanalítica. Segundo Lourau (1995, p. 142)

(...) a análise institucional deve apreender a ação social em seu dinamismo e, sem nada prejudicar sobre o sistema institucional existente, procurar extrair onde está a instituição, isto é, as relações entre a racionalidade estabelecida (regras, formas sociais, códigos) e os acontecimentos, desenvolvimentos e movimentos sociais que se apoiam implícita ou explicitamente sobre a racionalidade estabelecida ou a submetem à discussão.

Na especificidade da instituição de saúde mental, esta é tomada normalmente na perspectiva do dispositivo instituído de tratamento, isto é, a instituição é identificada com o próprio equipamento, o centro de atenção psicossocial, enquanto elemento estratégico da reforma psiquiátrica. A partir desta lógica “interna” as relações de forças ficam mais concentradas na dimensão instituída havendo pouco espaço para as questões e experiências que colocam em análise o estado de coisas no estabelecimento. Opera-se tão somente a reprodução desse estado, a manutenção das práticas, a sobreposição do instituído alijando os movimentos instituintes. A ordem do instituído em si mesma não abre possibilidades de criação e reinvenção das práticas, na medida em que o instituído permanece identificado à instituição, os sujeitos identificados a seus papéis institucionais. A instituição é assim reduzida ao nível estrutural e organizacional.

Em contrapartida, com a mudança de perspectiva provocada pela análise institucional cria-se uma relação indissociável entre o instituído e os movimentos instituintes que implica em um processo de produção constante de novas práticas sociais e institucionais. Desse modo, a força instituinte se constitui na prática como um movimento em jogo com as formas estabelecidas, no sentido de produzir rupturas, crises e mudanças na racionalidade institucional. Assim, a instituição deixa de se identificar a uma forma totalitária, para se produzir como o efeito das relações entre as faces instituída e instituinte, ou seja, como efeito desta relação que pode cristalizar-se no instituído ou constituir-se em outros processos de

institucionalização.

A partir do conceito de instituição na análise institucional e das relações entre o instituído e o instituinte, como podemos entender o processo de desinstitucionalização e o fenômeno da descontinuidade e do abandono na perspectiva da saúde mental?

Ao colocar em questão as formas estabelecidas da psiquiatria clássica, do hospital psiquiátrico, dos especialismos e, principalmente, da institucionalização da loucura, a reforma psiquiátrica se manteve nos limites do problema da instituição. As experiências de reforma psiquiátrica se limitaram, de certo modo, a propostas de reformulação de serviços assistenciais, seja através das tentativas de humanização do hospital psiquiátrico, seja com a criação de serviços alternativos e substitutivos ao manicômio. Diante deste cenário, Amarante (2007) propõe que o primeiro desafio é superar a visão que reduz o processo de reforma à mera reestruturação de serviços de assistência. No movimento de reforma psiquiátrica, a estratégia de atenção psicossocial deve ser tomada, não como um modelo fixo e acabado, mas como um dispositivo mais amplo e um processo social complexo, isto é, como um movimento em construção e reconstrução permanente.

O conceito de desinstitucionalização é fundamental para pensarmos a trajetória da reforma psiquiátrica e o dispositivo da atenção psicossocial. A noção de desinstitucionalização surge nos EUA em decorrência do Plano de Saúde Mental do Governo Kennedy, para designar um conjunto de medidas de desospitalização. Na proposta americana, o hospital psiquiátrico não é colocado em questão, a desinstitucionalização como desospitalização torna possível, na verdade, a ampliação do território psiquiátrico, pois “alarga o conceito de doença para o de desvio, mal-estar social, desajustamento, anormalidade.” (AMARANTE, 1996, p. 17).

Ainda segundo Amarante (1996), o processo de desospitalização opera uma crítica ao sistema psiquiátrico centrado na assistência hospitalar, mas ainda assim inspira-se nesse mesmo paradigma psiquiátrico tradicional ao entender que “a reforma implica a correta aplicação do saber e das técnicas psiquiátricas, ou seu simples rearranjo e condução administrativa” (p. 16). Trata-se de um modelo de reforma voltado para objetivos mais administrativos, redução dos custos da assistência, que não coloca em questão o hospital psiquiátrico. O preventivismo que vigora nessa tendência de reforma, além de fomentar a multiplicação de serviços, especialidades e técnicas, é um referencial importante para uma estratégia de patologização e normalização social. A lógica manicomial se metamorfoseia em outras práticas psiquiátricas externas ao hospital sem, contudo, questionar o saber com o qual

a psiquiatria apreende o fenômeno da loucura.

Outra tendência no processo de reforma coloca-se em oposição à desinstitucionalização por entendê-la como simples desassistência institucional. Para Amarante (1996, p. 19), “entende-se, nesse sentido, que a desinstitucionalização significaria abandonar os doentes à própria sorte (...)”. Tal compreensão pressupõe que o objetivo da desinstitucionalização é reduzir ou erradicar a responsabilidade do Estado para com os pacientes psiquiátricos e seus familiares. Entre os principais opositores ao processo de desinstitucionalização estão os segmentos sociais mais conservadores, entre eles, a indústria farmacêutica, uma parcela da corporação psiquiátrica desarticulada com a reforma psiquiátrica e, evidentemente, os empresários de hospitais psiquiátricos que lucram com as internações.

Com o Movimento pela Reforma Psiquiátrica no contexto da tradição prático-teórica de Basaglia, o conceito de desinstitucionalização ganha outra vitalidade e significado, superando a prática de desospitalização. O caráter fortemente político da experiência anti-manicomial italiana marca uma fase de transição do paradigma psiquiátrico moderno, evidencia que não lidamos com uma realidade estática, em equilíbrio, mas um processo constante de invenção e reconstrução prática, política e conceitual sobre a experiência da loucura. Segundo Amarante (1996, p. 29)

A desinstitucionalização na psiquiatria, na tradição basagliana, inscreve-se nesse 'período de transição', no qual inicia-se uma fase de afastamento do paradigma clássico, com sua desmontagem, e a conseqüente abertura de um novo contexto prático-discursivo sobre a loucura e o sofrimento humano. Isso significa que, ao abrir um processo de re-complexificação da loucura, contribui com algumas estratégias cognitivas e práticas para o campo da teoria das ciências e do conhecimento.

A desinstitucionalização se insere no cenário de reinvenção das práticas de assistência à loucura entendida como fenômeno complexo da experiência humana. Nesse sentido, são retomados os movimentos instituintes até então rechaçados pelo modelo centrado no saber da psiquiatria e no espaço do manicômio. O movimento da reforma psiquiátrica, de forma mais abrangente, aspira à transformação nas relações da sociedade com a loucura e não apenas a reestruturação dos serviços de tratamento. A retomada dos movimentos instituintes no cenário da desinstitucionalização também torna possível a problematização das relações dentro e fora do espaço institucional, isto é, abre-se a possibilidade de pensar processos de singularização e resistência aos modelos institucionalizados. Entendemos que a desinstitucionalização pode desencadear outros processos de subjetivação, ao considerar a complexidade da experiência

para além do mandato de tutela. Em suma, a desinstitucionalização é um processo de desconstrução dos especialismos, dos mecanismos de poder e, simultaneamente, um processo de invenção de outra institucionalização para a loucura.

O processo desinstitucionalizante coloca em cena as forças instituintes e as formas instituídas no campo da saúde mental. Dessa forma, desinstitucionalizar passa a ser um movimento contínuo que transcende os limites dos equipamentos de tratamento, na medida em que convoca os próprios equipamentos a se desinstitucionalizarem, isto é, desinstitucionalizar no sentido de inventar novas formas de relação com a loucura que contemplem outros espaços de cuidado. Os equipamentos têm a função clínica e política de colocar em análise as tensões entre as forças instituintes e instituídas, para que a desinstitucionalização não perca seu caráter de movimento pela transformação das formas estabelecidas.

O conceito de instituição é tomado, muitas vezes, na forma restrita de uma organização estabelecida por meio de leis, decretos ou normas, que objetiva atender uma necessidade social e humana específicas. A instituição possui determinada forma de organização, contudo não deve ser reduzida aos limites do estabelecimento destinado a cumprir uma determinada função social. O equipamento é uma entidade jurídica regida por um contrato social, com seus pressupostos de funcionamento que deve receber e trabalhar as demandas que a sociedade lhe apresenta, no entanto, a relativa indiferenciação entre o estabelecimento e a instituição pode dificultar a elaboração de diversos processos instituintes em que estamos atravessados nas práticas de saúde mental.

Ao tomarmos a descontinuidade e o abandono ao tratamento sem problematizar as singularidades que marcam tais experiências, deixamos de colocar em questão outros movimentos desinstitucionalizantes que podem atravessar o processo institucional. Por isso a necessidade de pensar a instituição não como algo determinado, mas como efeito de um processo dinâmico entre formas instituídas e forças instituintes.

A descontinuidade e o abandono são processos desencadeados a partir desta relação de forças institucional que ora tende para uma definição da experiência como um fenômeno negativo, o ponto de vista institucional hegemônico que entende o abandono apenas como “não adesão” ao tratamento, ora por outro lado, a perspectiva das singularidades minoritárias que percebe na descontinuidade e no abandono a possibilidade de afirmar outros modos de existência que provoca uma tensão com a dimensão instituída no equipamento. No entanto, para não reduzir a experiência a uma polaridade “negativa”, a não adesão, nem a outra

“positiva”, a descontinuidade, pensamos na abertura de uma terceira linha de forças que seria uma tentativa de sair do impasse entre positivo ou negativo colocado pela dimensão institucional hegemônica. É uma linha de forças paradoxal, na medida em que se desvia da posição institucional antagonista para sustentar um espaço entre as relações de forças, espaço que transpõe os binarismos. Sair do impasse implica, pois, a constituição de uma terceira linha que subverte o jogo do poder.

Na análise institucional, a instituição não é apenas uma coisa observável, mas um processo e uma dinâmica contraditória construída no tempo e na história. “O instituído, o *status quo*, atua como um jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade” (LOURAU, 1993 p. 11). Em meio a esse jogo de forças, há o confronto permanente entre o instituído e o instituinte, ou seja, a contradição e a tensão entre forças que ora tendem para a imobilidade, ora para o movimento e a mudança.

Segundo Barros (2009, p. 265), na socioanálise

A diferença crucial está no próprio conceito de instituição que, sendo deslocado do aprisionamento jurídico-funcionalista a que esteve submetido, ganhará sua dimensão histórico-política. Ao ser destituído de sua equivalência a estabelecimento ou organização, a instituição recupera sua historicidade, sempre produtora de novos sentidos.

De maneira geral, podemos dizer que o instituído se estabelece na tentativa de reforçar ou manter o estado de coisas institucional de forma estável, ao passo que no processo instituinte coloca-se em questão as formas instituídas ao se desestabilizarem as normas, as regras e as práticas que tendem a se tornar demasiadamente rígidas e cristalizadas nos modos de funcionar do estabelecimento. Nesse sentido, as forças instituintes são os processos e os acontecimentos que tornam possíveis a criação de outras práticas dentro e fora das instituições.

Propomos uma perspectiva para o conceito de instituição muito próxima da forma como este é designado pela análise institucional. A instituição, nesse sentido, pode ser entendida como um movimento sempre em direção a uma experiência coletiva, como um projeto que é produzido com base em relações de heterogeneidade; é somente a partir da tensão entre forças instituídas e instituintes que se constitui um campo institucional. Não há, portanto, a concepção de uma totalidade institucional, mas a relação entre forças em processo de composição de um plano de institucionalidade comum.

Esta nova concepção estabelece um contraste muito significativo entre duas dimensões da instituição que podemos esquematizar da seguinte forma: a primeira seria aquela que marca um plano de identidade entre a instituição, em nosso caso específico a

instituição da saúde mental, e o estabelecimento de tratamento, há um ponto de convergência que instaura a visibilidade da instituição no próprio dispositivo. Por outro lado, há também uma dimensão mais profunda que se diferencia desta superfície de visibilidade, esta outra dimensão diz respeito ao movimento que atravessa o “corpo” institucional e que, ao mesmo tempo, pode transpor os equipamentos, a partir desta perspectiva, o processo institucional não se refere tão somente ao modo de funcionamento e aos procedimentos que se efetuam no interior dos serviços, a instituição não se encontra estagnada ou contida no interior dos equipamentos de tratamento. Os processos institucionais se constituem por relações de forças que se atualizam em determinadas formas, mas, também, podem se diferenciar na medida em que as relações de forças se transformem produzindo novas composições e modos existenciais.

Pensamos a instituição enquanto um processo institucional que não deve ser reduzido ao modo de funcionamento do equipamento de saúde mental, mas como um movimento mais amplo de construção e invenção permanente na medida em que todos os sujeitos e grupos participem em sua construção coletiva.

A partir destas considerações como pensar a questão da descontinuidade e do abandono no cenário da desinstitucionalização em consonância com o movimento da reforma psiquiátrica? Como os equipamentos de saúde mental lidam efetivamente com a experiência de abandono ao tratamento?

#### **2.4 O Abandono como “não adesão” ao tratamento: uma incursão nas pesquisas em saúde mental**

Cavalcanti (et al., 2009, p. 27), em um artigo de pesquisa sobre critérios de admissão e continuidade de cuidados em Centros de Atenção Psicossocial, destaca os estudos de Melo e Guimarães (2005) que relatam uma taxa elevada de abandono de tratamento em um centro de referência em saúde mental de Belo Horizonte.

Em revisão de 295 prontuários médicos em Belo Horizonte (MG), os autores encontraram uma taxa de 39,2 % de abandono de tratamento. Pelisoli e Moreira (2005) encontraram uma taxa de 54% de não retorno ao tratamento entre os pacientes que tiveram uma primeira consulta no CAPS de Osório (RS)

A pesquisa de Melo e Guimarães (2005) apontou como variáveis que podem constituir

fatores de risco para o abandono de tratamento, pessoas que vieram espontaneamente ao serviço sem encaminhamento de hospital psiquiátrico, que residiam fora da região de abrangência do serviço, que não receberam vale transporte, e outras variáveis. Segundo a pesquisa, a maioria dos pacientes que abandonaram o tratamento não tinha nenhuma experiência anterior em instituições psiquiátricas ou em outros serviços substitutivos. Os autores destacam que a literatura sobre o tema do abandono é vasta, evidenciando a importância da questão para os serviços de saúde mental, com repercussão maior entre pacientes com quadros clínicos mais graves. A pesquisa utiliza o termo *drop-out* para designar a *desistência do tratamento*, aponta ainda que não há consenso na literatura científica sobre o conceito de abandono de tratamento psiquiátrico.

Pelisoli e Moreira (2005), em pesquisa quantitativa realizada no CAPS Casa Aberta, Rio Grande do Sul, delimitaram o perfil dos usuários da instituição a partir da análise dos prontuários. Foram observadas variáveis de idade, sexo, hipóteses diagnósticas, ocupação, número de consultas e, situação com relação ao atendimento, ou seja, a vinculação do paciente ao tratamento (evasão, alta, em tratamento, avaliação, etc.). Na variável “vinculação do paciente” ao serviço verifica-se que 54% dos pacientes não retornaram ao tratamento. A pesquisa define a situação através da categoria “não adesão ao tratamento” e, ainda, ressalta na discussão final do artigo que muitas variáveis podem intervir para a não continuidade do tratamento, que eles chamam de *não-aderência* ou *não-retorno* ao estabelecimento. De acordo com a pesquisa (KAPLAN et al., apud PELISOLI & MOREIRA, 2005) o termo aderência ou adesão significa

O grau em que o paciente segue as recomendações médicas, ou do profissional de saúde consultado, retorna e mantém o tratamento indicado. Pode ser também chamada de obediência ao tratamento e inclui o comparecimento às consultas marcadas (...)

Os pesquisadores apontam, no que tange à aderência dos pacientes no serviço, que ela “(...) depende da situação clínica específica, da natureza da doença e do programa de tratamento” (2005, p. 274). A partir destes dados levantam as seguintes hipóteses: os procedimentos terapêuticos oferecidos não estão em consonância com as necessidades dos pacientes; distância física da instituição (equipamento de saúde mental) em relação aos bairros da periferia onde moram a maioria dos pacientes; relação com o profissional, variáveis pessoais, etc. Em resumo, a pesquisa aponta que a maioria dos usuários do CAPS Casa Aberta não permanece em tratamento.

Este breve cenário da literatura científica sobre a avaliação da descontinuidade e do

abandono ao tratamento nos Centros de Atenção Psicossocial aponta para a necessidade de se construir processos avaliativos mais participativos que envolvam os próprios usuários. De maneira geral, os artigos de pesquisa se limitam a caracterizar e delimitar as variáveis e os fatores que podem interferir para o *risco do abandono* ao tratamento, os quadros clínicos mais incidentes e o perfil dos usuários que “não aderem”. Segundo a perspectiva das pesquisas, a questão da descontinuidade e do abandono é tomada pelos equipamentos de saúde mental a partir de um pressuposto de continuidade que é sustentado pela lógica de adesão ao tratamento, assim, os “fatores de risco” ao abandono dizem respeito apenas aos elementos que contribuem para a não adesão. Neste sentido, a palavra risco é fundamental, na medida em que a descontinuidade e o abandono “colocam em risco” o princípio de continuidade, a adesão e a permanência.

As pesquisas utilizam os termos “evasão” e “não adesão” ao tratamento para caracterizar o que estamos chamando de experiências de descontinuidade e abandono. Não se trata de uma simples mudança conceitual em razão de uma abordagem menos “cientificista” para o problema, entendemos que o uso de categorias como a evasão permite uma compreensão muito parcial das variáveis que interferem para o “risco de abandono”, esta forma de enfrentar a questão não coloca em análise os diversos sentidos que a experiência de abandono pode suscitar e produzir nos equipamentos de saúde mental. Em nossa perspectiva, a descontinuidade e o abandono ao tratamento são experiências singulares que interpelam os serviços substitutivos em saúde mental, os processos institucionais da reforma psiquiátrica e as relações com a complexidade da loucura.

As experiências de descontinuidade e de abandono atravessam o contexto institucional, no entanto, não podemos nos apropriar desta experiência através da categoria “não adesão” ao tratamento; esta operação reduziria as possibilidades de estabelecer outros sentidos para o campo problemático.

Para afirmar a singularidade da questão é necessário pensa-la de forma distinta daquela que se sustenta na lógica da continuidade e da adesão. Nesse sentido, tomamos a descontinuidade e o abandono como modalidades da experiência que atravessam às dimensões institucional, existencial e política. A perspectiva da instituição como um movimento de tensão entre suas faces instituída e instituinte aponta, também, para a descontinuidade institucional que desestabiliza os modelos que se pretendiam estáveis, fixos e contínuos.

Podemos afirmar que a descontinuidade é um movimento interno à própria

instituição? O abandono seria um efeito produzido por esta descontinuidade que atravessa o campo da saúde mental?

O que estamos chamando de instituição da saúde mental comporta processos de subjetivação muitos singulares e focos de resistência. Nesse sentido, não é possível se apropriar da “instituição saúde mental” apenas pelo viés da dimensão instituída nos equipamentos substitutivos. Mais importante é pensar o que transborda desta dimensão que está dada, isto é, as descontinuidades, as linhas de força intensivas que escapam e subvertem a lógica de continuidade.

A descontinuidade se produz entre as dimensões instituída e instituinte. Por um lado, não é totalmente instituída pois, se assim fosse, poderia se converter em continuidade e homogeneidade, e, ao mesmo tempo, não é redutível a uma face instituinte no sentido de um combate contra a força instituída. Entendemos que a descontinuidade se constitui como um movimento interno ao processo institucional, diz respeito à experiência no limite entre as forças, está portanto numa linha entre a dimensão instituída e sua contraface instituinte. Há nos processos de descontinuidade uma experiência no limite entre as forças e, ao mesmo tempo, um transbordamento da própria experiência que atravessa e transpõe a dinâmica institucional, de tal maneira que deve haver sempre neste limite da experiência alguma coisa que excede, subverte, a lógica institucionalizada. E não seria esse transbordar e subverter da descontinuidade um signo da própria experiência da loucura? A partir disso, como podemos pensar um sentido existencial na descontinuidade e no abandono?

## 3 CAPÍTULO SEGUNDO

### 3.1 A emergência da terceira linha de forças

No primeiro capítulo da presente dissertação trabalhamos na montagem de um cenário sobre a dimensão institucional da loucura a partir do momento histórico do Alienismo e da ordem médica entre os séculos XVIII e XIX na França. A necessidade deste recorte histórico se deu em vista da grande virada clínica, institucional e política que o movimento alienista inaugurou no regime de tratamento e institucionalização da loucura no Ocidente. Outro personagem teórico importante no cenário institucional é a lógica dialética de contradição, pois foi a partir deste reposicionamento do pensamento associado a Hegel que a loucura deixa de ser o Outro exterior à razão para ser o Outro que lhe é interior. A experiência da loucura passa a ser uma dimensão interna e subordinada à razão.

Podemos dizer que ocorreu nesse período uma convergência clínica e filosófica em torno da objetivação da loucura, ou seja, um procedimento de anexação da loucura pela Razão. Foi a partir desta aliança que se tornou possível engendrar um dispositivo terapêutico e institucional capaz de operar esta passagem fundamental que consistiu em transformar o Outro exterior, a desrazão, como uma modalidade da experiência percebida como atemporal e inumana, em um Outro interior, a própria loucura medicalizada, “humanizada”, tornada enfermidade mental sujeita a tratamento. Esta convergência corresponde a uma ação normatizadora sobre a loucura que implica na “clausura do fora”, na internalização do elemento exterior. No entanto, como veremos ao longo do texto, a perspectiva que visualizamos na formulação do nosso problema é totalmente outra, isto é, trata-se de estabelecer uma nova relação com esta dimensão “exterior” que chamaremos de experiência do Fora.

A grande virada na relação com a loucura produzida a partir do Alienismo e da ordem médica se mostrou fundamental na medida em que resultou no procedimento de interiorização da experiência da desrazão na figura do próprio sujeito alienado, tornando possível a terapêutica no dispositivo asilar. A aliança clínica e filosófica promovida entre os séculos XVIII e XIX pôde constituir a loucura como uma espécie de contradição, subversão ou conflito no interior da razão. Nesse sentido, para que a interiorização deste conflito se concretizasse, o dispositivo institucional, através da relação de poder entre o médico e o alienado, fez da loucura um objeto de saber e intervenção médicas, a loucura foi convertida

em objeto de conhecimento e o tratamento passou a ser uma prerrogativa orientada por este saber dominante. Esta operação de conversão e objetivação da loucura em objeto de intervenção clínica consistirá pois, no fundamento da psiquiatria enquanto um saber especializado no campo da medicina e estabelecerá a necessidade clínica, política e social da reclusão no espaço asilar.

Além deste importante marco histórico que é o momento institucional protagonizado pelo movimento alienista, podemos destacar outra grande virada clínica, política e institucional. Este outro movimento caracterizou-se por um intenso processo de ruptura ao modelo hegemônico. Diferentemente do Alienismo e da ordem médica, colocou em questão todo o jogo de poder da instituição psiquiátrica, que converteu a experiência da loucura em doença mental, abalando o alicerce manicomial responsável por enclausurar/institucionalizar a relação com o Fora. Este movimento pode ser chamado pelo conceito genérico de “reforma psiquiátrica”, pois, através dele, a relação com a loucura foi trazida de volta à superfície do pensamento tendo em vista que esta havia sido por tanto tempo silenciada, enclausurada e oprimida pela forte cultura manicomial.

Estamos nos referindo aos movimentos institucionalistas e reformadores que ocorreram inicialmente a partir dos anos 1940 e 1950 no Pós-Guerra em países como Inglaterra, França e Itália. Estas experiências reformadoras, que destacamos no primeiro capítulo, tiveram como alvo principal a transformação das formas hegemônicas de tratamento nos hospitais psiquiátricos e, em alguns casos, a completa demolição destas estruturas em vista da criação de outros dispositivos abertos à comunidade. A experiência italiana é um exemplo deste novo modelo, pois desenvolveu um trabalho de ruptura radical, a ponto de desativar todos os manicômios e implantar equipamentos substitutivos de assistência em saúde mental no território. De maneira geral, podemos afirmar que as reformas psiquiátricas se caracterizam por romper com determinadas formas institucionalizadas de assistência e tratamento à loucura buscando problematizar as relações de poder e colocar em questão a instituição psiquiátrica como este saber que produz a verdade sobre a loucura.

A radicalidade destes movimentos de reforma psiquiátrica os caracteriza, na perspectiva aqui proposta, como uma linha de força clínica, política e social que procura romper efetivamente com modelos e padrões dominantes. A força de ruptura constitui a base destes movimentos, a luta pela reforma psiquiátrica se produz enquanto *re-forma*, isto é, transformação da forma dominante. Nesse sentido, a ruptura está intimamente ligada ao trabalho de inventividade de novas práticas e relações com a experiência da loucura. Só faz

sentido romper com um modelo, no caso a instituição manicomial, se a ruptura for coextensiva da invenção de outros modos de funcionamento, outras formas institucionais, portanto, se esta invenção for compartilhada e construída para além de um único campo de saber, tendo em vista que um problema é sempre atravessado por forças coletivas, políticas e institucionais.

A partir deste cenário, tomamos os movimentos de reforma psiquiátrica como intercessores e como uma segunda linha de força que nos auxilia na montagem do campo problemático da descontinuidade e do abandono. Ao colocar em questão a institucionalização psiquiátrica e apontar a relação entre as forças que constituem a experiência da loucura para além dos dispositivos manicomiais, as reformas produzem uma zona de vizinhança com a experiência do Fora. Os movimentos de reforma instauram a possibilidade de relação com o Fora, com o plano das forças, de tal maneira que a experiência constitutiva desta relação pode criar focos de resistência frente às faces mais estratificadas do poder institucionalizado. Podemos até mesmo considerar que é apenas através do encontro entre as forças e intensidades do Fora que se reinventam as formas políticas, subjetivas e institucionais. Dessa maneira, a reforma pode se afirmar enquanto processo de transformação permanente, na medida em que reinscreve uma ligação com o Fora e, conseqüentemente, com os potenciais de resistência que emanam deste plano não estratificado. Ao romper com o modelo “medicocêntrico”, a linha de força da reforma psiquiátrica estabelece uma relação singular com o Fora que até então se negligenciava, ou melhor, se ocultava no interior das relações de poder dominantes, seja pela via do assujeitamento, da repressão ou através da categoria de doença mental.

Ao considerar a importância destas duas grandes linhas de força históricas – por um lado o Alienismo aliado à lógica dialética de contradição e, por outro, os movimentos de reforma psiquiátrica – observamos a princípio um movimento bastante heterogêneo e descontínuo entre as linhas, que estabelece processos de ruptura muito singulares nos modos como lidamos com a experiência da loucura. Na medida em que cada uma das linhas delimita uma modalidade específica de pensar, de tratar e de se relacionar com a loucura, as formas vão se diferenciar tendo em vista que a sua atualização varia de acordo com o regime de forças e o contexto histórico, político e social. A descontinuidade entre as linhas está, portanto, ligada às rupturas imanentes ao processo histórico e ao devir mutável das forças, de tal forma que as próprias rupturas disparam e produzem novas modalidades de existência, outras formas de cuidado, além de outra relação espaço-temporal que provoca novas

institucionalidades, isto é, as discontinuidades instauram outras possibilidades de subjetivação que podem se transformar de acordo com o regime de forças em curso em cada momento histórico, político e social. Desse modo, enquanto a primeira linha, alienista-dialética, estabelece a soberania da razão médica/psiquiátrica sobre a não razão da loucura através da lógica de contradição, a segunda linha, crítica-reformadora, questiona exatamente esse lugar soberano da racionalidade psiquiátrica.

Tomamos as duas linhas de força como intercessoras e forjamos a existência de modulações e movimentos descontínuos entre as linhas que atravessam a montagem do nosso campo problemático. Tendo em vista esta modulação, nos interessa desdobrar as linhas para instaurar outros processos, criar uma nova problematização, as linhas intercessoras constituem um plano de base a partir do qual pensamos a relação com uma terceira linha na experiência do Fora. Estamos, desse modo, sustentando a existência de uma terceira dimensão que é um desdobramento das anteriores.

Caminhamos na montagem da linha do Fora inspirados com a proposta de Deleuze (1992), ao afirmar que a filosofia, a ciência e a arte entram em relações de ressonância mútua, como espécies de linhas melódicas estrangeiras que não cessam de interferir entre si. A partir destas relações de ressonância pensamos o nosso campo problemático em meio aos intercessores, desdobrando-os, de modo que a colocação do problema está implicada na interferência entre as linhas, a discontinuidade e o abandono se constituem a partir dos limites entre as linhas de forças, enquanto experiências que tensionam as linhas, fazendo emergir pontos de singularidade.

Como aponta Deleuze, “fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores” (1992, p. 160). Assim, ficcionamos nossos intercessores, entramos em linhas de ressonância com eles, a saber: alienismo, lógica dialética de contradição, movimentos de reforma psiquiátrica, discontinuidade, relação com o Fora, abandono. A montagem do campo problemático está, portanto, diretamente ligada a fabricação de intercessores.

As interferências e contrastes entre as linhas de força importam, sobretudo, pela colocação em cena do elemento da discontinuidade. Percebemos que a questão do abandono ao tratamento se inscreve como uma modalidade existencial, no contemporâneo, em ressonância com os processos de discontinuidade políticos e institucionais. A partir desta perspectiva, o abandono será tomado enquanto efeito da discontinuidade, sendo que ela se constitui na relação com a linha de intensidades do Fora. A linha do Fora é uma “linha

experimental”, não está dada de antemão, envolve uma determinada prática. Em nossa perspectiva, esta linha das intensidades no Fora em ressonância com a descontinuidade é irreduzível aos mecanismos de poder em sua dimensão institucional. Além de sua irreduzibilidade face à forma institucional, é ao mesmo tempo, uma linha que confronta a lógica dialética de contradição, na medida em que aponta para um ponto de singularidade, implica também um distanciamento, um processo de diferenciação, a linha do Fora se refere à diferença entre as forças. A questão que levantamos diz respeito a dimensão existencial intrínseca a esta modalidade da experiência no Fora. O que a caracteriza? Como formular um sentido existencial na relação com esta linha do Fora?

Nossa direção de trabalho é pensar a emergência de uma virada de perspectiva que confronta o postulado dialético que entende a loucura como “contradição no interior da razão”. No entanto, o objetivo principal na montagem deste segundo capítulo, o cenário existencial, não é a desconstrução do princípio de contradição, este seria um trabalho de caráter muito filosófico e até mesmo ontológico que implicaria em uma proposição sobre “o ser da loucura”, esta empreitada filosófica nos desviaria do interesse fundamental que é, sobretudo, forjar um campo problemático em torno da descontinuidade e do abandono em interlocução com equipamentos de saúde mental.

Traçar um sentido existencial como estamos propondo não significa ir em busca da experiência mais original da loucura, também não se trata de resgatar o caráter trágico e místico da desrazão que fascinava a antiguidade. Os desdobramentos éticos e políticos da contemporaneidade são outros. Dentro deste cenário, o pensamento e a subjetividade são atravessados por singularidades que não dizem respeito a um possível retorno à experiência original, como se existisse mesmo um princípio fundamental da loucura. Não acreditamos que a fabricação de um sentido existencial pode designar um conceito mais “puro” da loucura através da relação com o Fora, não estamos tratando da experiência da loucura, o objetivo é afirmar que somente a partir da relação entre as forças que uma nova composição existencial pode ser reinventada, ou seja, a questão que nos interpela é pensar uma outra composição de forças a partir da experiência com o Fora.

A relação com estes desdobramentos do presente atravessa a posição que assumimos no percurso de pesquisa. Tomados pelo desejo de sustentar a singularidade da questão da descontinuidade e do abandono, buscamos afirmar outra perspectiva, uma relação de proximidade com o plano das forças e intensidades em jogo no contemporâneo, isto é, trata-se de acessar uma dimensão da experiência, uma modalidade existencial, fora do primado

dialético de contradição, a criação de um novo sentido que, a princípio, podemos chamar de *relação com o Fora*.

Durante este itinerário, iremos caminhar com a noção de Fora procurando criar uma modalidade de relação com esta experiência que é, sobretudo, uma estratégia de pensamento que coloca em xeque noções clássicas como a identidade, a realidade e o próprio estatuto do sujeito. Desse modo, tomamos a experiência do Fora como possibilidade de resistência aos domínios do poder e do saber, e, ao mesmo tempo, como uma nova relação com o pensamento e a subjetividade, um modo de relação não dialético que busca romper com a noção hegemônica de sujeito, o tradicional “eu penso” cartesiano, colocando em seu lugar a experiência do Fora, relação com o desconhecido, com o Outro na própria subjetividade, o Outro no pensamento. Tal como anuncia Tatiana Levy, em seu livro *A experiência do fora*, “quando se fala da relação com o Fora, não se fala de um mundo que se encontra além ou aquém do nosso. Fala-se precisamente deste mundo, mas desdobrado em sua outra versão.” (2003, p. 26).

Na montagem do campo problemático que propomos, devemos transpor o postulado da contradição para construir um plano de composição da experiência de descontinuidade e do abandono em ressonância com a diferença entre forças, isto é, procuramos estabelecer uma relação com o Fora que aponte para uma experiência fora da interioridade do Eu. Transpor o princípio da interioridade para desdobrá-lo, inventar um movimento de saída do interior para alcançar a realidade do Fora. A simples transposição da lógica de contradição, contudo, não é suficiente para forjar uma experiência no Fora, é necessário criar alguma forma de se relacionar com a diferença entre as forças a partir de um novo quadro de composição subjetivo e político. Ao acessar esse plano das intensidades na experiência do Fora, rompemos com uma concepção de subjetividade sustentada na categoria de identidade. Aparece em seu lugar a experiência de um “não lugar”, espaço onde o sujeito não encontra-se fixo, na medida em que surge o sentido de um Outro que torna o pensamento e a subjetividade irreduzíveis à interioridade.

Para confrontar o princípio da contradição a que estamos nos referindo, é necessário primeiramente, desenvolver em linhas gerais como este se estrutura e entender qual a necessidade de pensar outra perspectiva através da relação com o Fora. Após esta breve passagem sobre a lógica de contradição, trataremos da “experiência do Fora” para compreender quais são as condições de possibilidade em jogo e que forças constituem esta dimensão outra da experiência existencial sem interioridade. Interessa-nos, pois neste

momento, discutir o princípio de contradição e, logo em seguida, desenvolver a perspectiva do Fora em interlocução com a descontinuidade e o abandono.

### **3.2 Do princípio de contradição**

De início podemos dizer que, na lógica da contradição, o elemento diferencial da desrazão ou da loucura está subordinado a uma razão hegemônica. Na dialética da contradição está em jogo um procedimento de conservação das identidades que torna qualquer elemento exterior ou heterogêneo subordinado, internamente, ao princípio da razão dominante. A heterogeneidade está confinada ou internalizada. A operação dialética objetiva a síntese do heterogêneo ou a metabolização da diferença e do Fora no interior do próprio sujeito, da consciência ou da razão.

O princípio de contradição pressupõe a existência de dois termos que são, por um lado, a totalidade da consciência ou da razão e, por outro, uma particularidade interior que vem subverter e confrontar esta totalidade. Em termos dialéticos podemos dizer que “a contradição se dá entre o particular e o universal” (PELBART, 2009, p. 45). Podemos traduzir a operação dialética como um mecanismo que estabelece uma espécie de cisão ou fissura interna. Dessa maneira, a dialética converte em contradição interior todos os elementos e processos que dizem respeito à relação com um elemento exterior.

Ao pensarmos o modo de operação dialética, na experiência da loucura, diríamos que o sujeito encontra-se subordinado a uma determinação particular, absorvido de tal maneira nesta particularidade que lhe é impossível conseguir ultrapassá-la. A loucura não será mais concebida “sob o signo de uma exterioridade efetiva em relação à razão” (PELBART, 2009, p. 44). Pelo contrário, a irrupção de um Outro irreduzível na loucura ocorrerá no interior da consciência, isto é, a loucura se instaura no momento em que uma particularidade ou uma representação entra em contradição com a razão em sua totalidade. Ela não é mais pura exterioridade, perde a sua força de desrazão. Submerso na loucura, o sujeito está preso a uma particularidade, sucumbe na contradição interior a si mesmo, está subordinado ao elemento particular que nega ou contradiz a totalidade subjetiva da consciência. Nesse sentido, dialeticamente, coexistem, na loucura, um sujeito que crê absolutamente em suas próprias representações e outro que tem a consciência da verdade.

A tese dominante no postulado de contradição estabelece que o sujeito está subordinado à sua própria interioridade, a alguma particularidade que pode significar uma paixão, uma ideia fixa, um desejo, um delírio. Nesta perspectiva, a loucura não designa mais experiência de desrazão, mas tão somente uma relação contraditória do ser consigo mesmo. Uma espécie de fissura no interior da consciência. A racionalidade dialética contribuiu expressivamente para pensar a loucura como um conflito do homem com sua própria desordem, mostrou como na loucura o homem não coincide consigo mesmo. A loucura tornou-se assim uma experiência possível do homem em geral, passa a ser um Outro interior. A partir da concepção de Hegel aliada à linha de força do Alienismo, o que antes estava para além da razão na antiguidade grega, converteu-se em um Fora interior.

É necessário destacar que, a partir do princípio de contradição, que é, sobretudo, princípio absoluto da razão, ocorre uma transformação radical, não somente no plano do pensamento, mas em todo o conjunto da obra política e institucional em torno da loucura, principalmente no que se refere à organização dos saberes e práticas sobre a loucura na cultura ocidental, a saber, a instauração de um regime específico de tratamento de caráter asilar, a concepção de uma natureza ou essência da loucura e o esboço de um sistema de classificação das doenças mentais<sup>13</sup>.

Um das questões mais importantes para a psiquiatria nascente no século XIX era exatamente o problema da etiologia da loucura. Qual seria a origem ou a natureza desta enigmática experiência subjetiva? Doença do corpo ou das paixões da alma? Para o pensamento alienista da época, saber a natureza da alienação mental era determinante não tanto para definir o tipo específico de tratamento, mas tratava-se, sobretudo, de legitimar um saber que até aquele momento não tinha fundamentos científicos bem demarcados. A razão é muito simples, “para que a psiquiatria fosse reconhecida como ciência médica, tinha que transformar a loucura em enfermidade segundo os moldes do discurso médico vigente (...)” (PELBART, 2009, p. 192).

Seguimos a linha argumentativa proposta pelo filósofo e clínico Peter Pelbart (2009), na obra *Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura*, quando este aponta que entre as

---

13 A noção de doença mental é bastante controversa e problemática e não será trabalhada na presente dissertação. De forma geral tem-se o hábito de tomar esta noção como uma realidade dada, a-histórica e descontextualizada. Contudo, a categoria “doença mental” possui uma realidade histórica e foi inicialmente a desrazão, convertida em loucura, que em seguida, transformou-se na categoria médico-psiquiátrica de doença mental. Interessa-nos destacar que esta categoria tomada apenas em sua dimensão psiquiátrica reduz o sujeito da experiência à condição de mero objeto passivo de saber e intervenção. Em suma, a noção de doença mental seria constituída historicamente com o nascimento da psiquiatria, ou seja, a partir do momento em que a loucura se oferece para uma análise médica no espaço asilar. A loucura “torna-se objeto de conhecimento e, num mesmo movimento, de alienação” (PELBART, 2009, p. 56).

observações filosóficas de Hegel sobre a loucura e a tradição clínica do Alienismo opera-se uma modificação decisiva no olhar que até então se reservava ao louco. A experiência da loucura passou a ser tomada como uma subjetividade dilacerada, ruptura interior, contradição do homem consigo mesmo. Como sugere Pelbart (2009, p. 50)

E apenas quando essa fissura constitutiva foi detectada como o âmago do louco é que sua interioridade pôde abrir-se para o comércio terapêutico. A ciência psiquiátrica, através dessa brecha exposta no interior do insano (brecha que Pinel abriu e que Hegel pensou), pôde então, a partir da intimidade mais recôndita do homem, agir e intervir sobre a totalidade de seu ser. (...) As figuras da alteridade, dessemelhantes, ocupando na trama das trocas simbólicas uma função de dessimetria original, foram perdendo sua estranheza ao integrarem a nova e homogênea paisagem dos seres. Assistiu-se, assim, a um processo maciço de metabolização da alteridade, que significou o fim de um fora simbólico e sua transformação em um fora concreto e enclausurado – por exemplo, o confinamento efetivo dos loucos.

O processo que culminou na instauração desta individualidade alienada, subjetividade dilacerada, fica mais claro quando descobrimos o que realmente está em jogo no procedimento. Para o Alienismo, tratava-se de abrir uma brecha no interior da subjetividade com a pretensão de curá-la. Nesta perspectiva, a loucura será entendida como ruptura da sociabilidade e da contratualidade social. Loucura em vias de se transformar em objeto delimitado de conhecimento médico, fissura no interior do próprio homem em contradição consigo mesmo, finalmente, espécie de doença que é fruto de um fracasso moral, afetivo e temporal.

A constituição desta fissura interior no sujeito absorvido na loucura foi decisiva no processo de conversão das figuras do desatino, do estranho e do desconhecido, em uma figura humana específica, portanto, sujeita a normas e intervenções clínico-institucionais nos limites do espaço-tempo manicomial. O louco passa a incorporar em si mesmo, no cerne de sua subjetividade dilacerada, o desatino que em outras épocas era reservado, por exemplo, às forças exteriores da natureza, ao caos do universo, ao inumano, ao atemporal. A partir do momento em que a subjetividade é determinada como núcleo desse dilaceramento interior, tem-se início a produção de uma homogeneização da alteridade e da loucura que resultou no enclausuramento asilar.

Dentro deste breve percurso que montamos, em interlocução teórico-filosófica com Peter Pelbart, é possível dizer que duas grandes linhas de força transformaram radicalmente a relação do homem ocidental com a experiência da loucura, modificando todo o plano de saberes e práticas, principalmente, a partir dos séculos XVIII e XIX com a ascensão do Alienismo, o nascimento da psiquiatria, até os movimentos de reforma psiquiátrica na

contemporaneidade.

### **3.3 O desdobramento da contradição: o pensamento do Fora**

Eis que chegamos ao momento de anunciar uma nova perspectiva em ruptura com o princípio da interioridade. Traçadas estas duas linhas de força, é necessário pensar na emergência de uma terceira linha que seja um desdobramento e uma diferenciação das duas anteriores. Nesse sentido, elaboramos um plano que se afirme a partir da relação entre forças em contraposição ao princípio dialético da contradição, isto é, tomaremos a linha do Fora enquanto uma experiência das intensidades, uma prática de resistência que questiona a hegemonia da interioridade e da continuidade. Para afirmar o primado das forças é importante entender, antes de tudo, o que está em questão neste pensamento desdobrado, o pensamento do Fora.

A ruptura com a interioridade deve ser contextualizada para entendermos qual a necessidade de confrontar este princípio. Vale dizer que, na perspectiva do “interior”, está em jogo uma operação dialética, um mecanismo que estabelece uma contradição interna que implica sempre na pressuposição do elemento negativo. Dentro de um cenário institucional, por exemplo, a dinâmica de contradição interna funciona como um dispositivo que interfere diretamente nos modos de subjetivação e nas relações de poder. Tomada nesta perspectiva, a loucura, enquanto experiência sujeita a intervenções clínicas institucionais, constitui-se como um modo subjetivo passível de certos procedimentos, ou seja, restrita a uma lógica de contradição/interiorização, a loucura torna-se uma modalidade subjetiva em contradição consigo mesma, sujeita à tecnologia institucional. Não se trata aqui de colocar em questão o aparato tecnológico e os procedimentos clínicos e terapêuticos, estamos somente apontando como o mecanismo de contradição produz o efeito de incorporar ou internalizar o Fora, ao converter o elemento heterogêneo na interioridade do Eu.

Partindo de outra perspectiva, a linha de força que estamos chamando de relação com o Fora é um esforço de ruptura com a lógica de contradição e interiorização desta experiência irreduzível. Para tanto, precisamos experimentar uma outra relação com o pensamento que se constitua em ressonância com as relações entre forças, pois, se o que está em jogo é a questão do desdobramento do interior, é necessário, desdobrar o próprio pensamento em função das

intensidades que o atravessam.

Para traçar esta linha do Fora, fez-se necessário experimentar uma interlocução filosófica com autores que se engajaram no desafio de pensar uma nova relação entre a literatura e a realidade, entre o pensamento e a subjetivação, superando as categorias universais do pensamento. Neste cenário encontram-se Foucault, Deleuze, Nietzsche e Blanchot, pensadores que se cruzam e compartilham muitos questionamentos no que diz respeito à criação de uma nova imagem para o pensamento. Evidentemente, cada um deles aborda de forma singular a experiência do Fora, todavia, o nosso objetivo não é apresentar todo o percurso filosófico de cada um deles, buscamos apenas entender como a linha intensiva do Fora atravessa o pensamento e a subjetividade e, também, como a relação com esta experiência pode constituir a possibilidade de resistência, uma saída para o impasse institucional entre a continuidade e a descontinuidade.

Entendemos que a relação com a experiência do Fora implica na dissolução do impasse e no questionamento da lógica de contradição ao apontar para a perspectiva da diferença entre forças. A diferença é aqui tomada como aquilo que está totalmente fora de qualquer interior, é neste sentido que ela é a própria relação *entre forças* que ultrapassa a racionalidade implícita na lógica da contradição. Podemos afirmar, em certa medida, que a diferença é o espaço do Fora ou que ela emana das singularidades de forças que constituem a linha do Fora. A dissolução do impasse significa, na perspectiva do nosso campo problemático, a ruptura com a lógica de oposição interna que remete a um jogo infinito de contradições, ainda que muitas oposições permaneçam pois é próprio do embate que forças contrárias se choquem. A linha de intensidades do Fora, no entanto, ao manter uma relação intrínseca com a diferença entre forças, caracteriza-se necessariamente por ser uma modalidade da experiência não contraditória, de tal forma que é na própria relação entre que se trava o combate, o Fora não entra em processo de contradição consigo mesmo. Nos arriscamos a dizer que na linha do Fora a contradição interna, princípio de interiorização, se desdobra para além de si mesma.

Estamos nos referimos à dissolução da lógica que estabelece a contradição na interioridade. No pensamento dialético hegeliano, o ser e o pensamento são categorias que possuem uma identidade em comum, ambos constituem uma totalidade, é sobre esta base fundamental que a dialética estabelece o princípio de contradição que diz: “todas as coisas são contraditórias em si mesmas”, isto é, se há uma essência e uma verdade de todas as coisas, esta é a própria contradição. Desse modo, a contradição ligada ao seu elemento negativo

fundamental, seria a raiz e o princípio de todo movimento e de toda identidade. De acordo com Hegel, “somente na medida em que encerra uma contradição, uma coisa é capaz de movimento, de atividade, de manifestar tendências e impulsos” (CORBISIER, 1981, p. 59).

Transpor a interioridade para a relação entre as forças implica na construção de um plano do Fora. Este, que não é simplesmente uma categoria de oposição ao plano da interioridade, na medida em que cria sua própria realidade na diferença, estabelece uma nova forma de sustentar o combate entre as forças, pois é necessário ressaltar que a dissolução do impasse, não representa necessariamente o fim das contradições; significa, de outra forma, uma modulação no combater, ou seja, não está em questão combater o dentro em oposição ao fora ou combater o negativo em oposição ao positivo, mas o que se coloca é o combate entre as forças em seu processo permanente de transformação e diferenciação. Em relação ao campo problemático, no que se refere à descontinuidade e o abandono, a experiência do Fora deve ser tomada na perspectiva de uma prática existencial que subverte o próprio pensamento e, por conseguinte, a noção clássica de subjetividade.

Designamos a subjetividade clássica esta que remete ao domínio de uma suposta natureza humana. É o próprio sujeito, segundo toda uma tradição da filosofia e das ciências humanas. Dentro desta tradição, que identifica sujeito a subjetividade, ou vice versa, permanecemos em um nível da representação que deve partir sempre da interioridade ou do sujeito de enunciação. Tal como sugere Feliz Guattari (2007, p. 40) em *Micropolítica: cartografias do desejo* “Freud foi o primeiro a mostrar até que ponto é precária essa noção da totalidade de um ego. A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo”. Nesta perspectiva, nos interessa pensar somente a relação com o Fora como o próprio espaço da diferença que abole o domínio do sujeito.

Utilizamos a noção de Fora a partir de uma pluralidade de sentidos mais abrangente que não diz respeito apenas ao campo da linguagem literária e filosófica, mas que se refere a dimensões múltiplas da experiência. O Fora, como prática existencial, atravessa tanto o pensamento, como a cultura, a política, as relações sociais, os processos de subjetivação. Nesse sentido, a experiência do Fora remete a tudo aquilo que força o pensamento a pensar. Portanto, não podemos simplesmente sustentar que a definição do conceito do Fora irá nos levar ao esclarecimento do mesmo. Para o que nos interessa na colocação do problema, não se trata de delimitar ou definir, mas de entender as relações, acompanhar os movimentos que o Fora pode suscitar.

Nesta seção nos debruçamos sobre a implicação do Fora no plano do pensamento,

buscando entender de que modo este se relaciona com a subjetividade, em seguida, no terceiro e último capítulo, problematizar a emergência do Fora no plano da política e seus desdobramentos no cenário da saúde mental. Ao tomarmos a relação com a experiência do Fora em uma perspectiva de prática existencial que subverte o domínio da interioridade, somos levados a colocar o problema da descontinuidade e do abandono em ressonância com o plano das forças e intensidades, na medida em que o Fora sugere uma estratégia de resistência aos domínios do poder e do saber, a criação de novos sentidos existenciais, abertura para a diferença.

A relação com o Fora coloca em questão os diversos sentidos que o problema da descontinuidade e do abandono pode apontar no que se refere às suas dimensões institucional, política e existencial. A experiência do Fora abre o pensamento para novas perspectivas, outras relações, pois não se trata mais de atribuir um princípio de causalidade, uma interioridade, ou mesmo de contrapor duas polaridades interior e exterior, positivo ou negativo. Pelo contrário, o modo como estamos nos apropriando do Fora designa uma prática ou uma modalidade existencial de relações intensivas com as descontinuidades que atravessam e extravasam o interior.

Para compor este plano existencial em sintonia com o Fora o próprio pensamento precisa ser forçado, para que a possibilidade de manter a relação com as forças se intensifique ao ponto de aproximar o pensamento de tudo aquilo que lhe escapa, que lhe arranca da interioridade. É necessário, pois, fazer da relação com o Fora uma prática, um exercício que implica na relação entre as forças e a subjetividade.

No sentido de uma prática existencial o Fora confronta a dialética da contradição e sua relação com o elemento negativo, tomando-o a partir de uma interiorização. A lógica da contradição metaboliza o negativo, faz dele uma partícula do interior, dentro de uma dinâmica de oposição interna. A linha do Fora, entretanto, nos coloca em intercessão com a diferença e as relações de forças, de modo que a partir das intensidades, a interioridade e a identidade são desdobradas, arrancadas de seu lugar hegemônico. No espaço do Fora, o pensamento e a subjetividade são jogados para a superfície de tal maneira que se abre um distanciamento, uma diferenciação, fazendo aparecer um espaço vazio, o espaço entre as forças. O aparecimento deste espaço sem sujeito fixo e sem objeto, é o pensamento que se mantém fora de toda subjetividade (LEVY, 2003, p. 55).

O que significa efetivamente dizer que “o pensamento se mantém fora de toda subjetividade”? O que caracteriza este “espaço vazio” sem interior?

Para encontrar uma resposta a esta importante questão recorreremos ao texto, o *Pensamento do Exterior* de Michel Foucault de 1966. Sabemos que, na fase inicial de sua trajetória filosófica, Foucault manteve um diálogo fecundo com a literatura. Esta proximidade suscitou questões pertinentes para as problematizações que ele se colocava, especialmente no que se refere ao lugar do sujeito e ao discurso sobre a subjetividade que predominavam no campo literário e filosófico. O interesse de Foucault pela literatura<sup>14</sup> tinha um propósito bem delimitado, isto é, questionava o sentido superficial que caracterizava a literatura moderna como um trabalho de redobramento, uma espécie de auto referência que lhe permitiria designar-se a si mesma, como se a linguagem literária encontrasse um meio ou um interior do próprio sujeito. Na perspectiva de Foucault, o grande acontecimento da literatura moderna, era muito mais da ordem de um desdobramento da própria narrativa, em outras palavras, a linguagem literária não remete a um interior e menos ainda a um sujeito da enunciação, ela cria sua própria realidade no “exterior”, de tal maneira que faz um movimento e uma passagem para fora dela mesma, assim, “a linguagem escapa ao modo de ser do discurso – ou seja, à dinastia da representação (...)” (FOUCAULT, 2006d, p. 221).

Ao desdobrar-se, ao sair do domínio imposto pela lógica da representação, a linguagem literária vai de encontro ao que está mais longe possível dela mesma, se expõe ao acaso e ao encontro de forças, cria sua própria realidade nas intensidades do Fora, e, nessa passagem “fora de si, desvela seu próprio ser que na verdade é um ser outro, ser que se revela “mais uma dispersão do que um retorno dos signos sobre si mesmos” (2006d, p. 221). É nesse sentido que se pode encontrar o ser da literatura, um ser fora dela mesma, pois não se trata tanto da linguagem em sua positividade, mas da abertura de um espaço neutro, onde o “eu falo” ao contrário do tradicional “eu penso” cartesiano, se dispersa na realidade que a literatura cria em intercessão com o Fora, apaga a certeza do Eu e de sua existência, para deixar aparecer apenas o lugar vazio. É deste lugar neutro ou vazio que a narrativa inventa ou ficciona sua realidade na relação entre as forças.

O pensamento do Fora inaugura uma nova relação com a experiência que podemos chamar de uma prática existencial em ressonância com o plano das forças. Nesse cenário, a

---

<sup>14</sup> Em uma entrevista de junho de 1975, “Desembaraçar-se da Filosofia”, Foucault destaca que autores como Blanchot, Bataille e Klossowski, eram para ele muito mais do que obras literárias, pois se caracterizavam por serem discursos exteriores à filosofia. Desse modo, a intercessão com a literatura funcionou para Foucault como uma estratégia de desembaraçar-se de uma certa discursividade filosófica tradicional que era predominante no cenário universitário naquele período. Para escapar de uma tradição fortemente marcada pelo hegelianismo da época, Foucault recorre às “experiências-limite” que a linguagem literária podia lhe oferecer, logo, torna-se praticamente irrisória a fronteira entre o filosófico e o não filosófico. (POL-DROIT, 2006)

subjetividade se constitui muito mais por um processo de dispersão e descontinuidade do que por um trabalho de interiorização ou reflexão de si. Veremos, mais adiante, com Deleuze, como a subjetividade se constitui enquanto uma “dobra do Fora” e de que maneira esta curvatura de forças interfere na montagem do nosso campo problemático. Neste momento o que nos interessa é pensar esta estranha e difícil relação entre o pensamento e o Fora, que produz o dilaceramento do próprio sujeito, pela descoberta do Outro, que desvela a face transgressiva do ser da linguagem.

A dificuldade em dar uma linguagem específica que caracterize a linha do Fora se encontra, principalmente, pela tradição reflexiva do pensamento, que tende a reconduzir a experiência do Fora à dimensão da interioridade e da consciência, ou seja, temos a tendência de traduzir as intensidades do Fora em um redobramento dialético, por um mecanismo de interiorização das forças. Somos impelidos por essa “vontade reflexiva”, tomados por uma espécie de reconciliação entre as experiências do Fora e a consciência, tratamos de reconduzir o Fora para dentro da própria subjetividade e, assim, como sugere Foucault (2006d, p. 224), desenvolvemos tão somente a descrição do vivido em que o “exterior”, a relação com o Fora, seria esboçado como experiência do corpo, do espaço, dos limites do querer, da presença indelével do outro”.

O discurso reflexivo ou o pensamento dialético tende a fazer uma descrição e delimitação do vivido na experiência do Fora. O trabalho da reflexão se volta para uma confirmação interior deste vivido, um modo de relação com o elemento negativo, pois, como já sabemos, na tradição dialética do pensamento, negar é fazer entrar o que se nega na interioridade do ser, ao passo que na relação com o Fora, trata-se de fazê-lo passar para fora de si, travar uma outra perspectiva da experiência, “nenhuma contradição, mas a contestação que apaga; nenhuma reconciliação, mas o repisamento; (...) a plenitude do vazio, alguma coisa que não se pode fazer calar...” (FOUCAULT, 2006d, p. 225).

Esta interlocução com o pensamento do Fora nos leva a pensar nosso campo problemático da descontinuidade e do abandono enquanto uma prática existencial irreduzível à lógica de contradição. Afirmamos que há uma produção de sentido na experiência do Fora que aponta para uma forma de transgressão e resistência aos padrões estabelecidos. Neste sentido, podemos sustentar a descontinuidade e o abandono como práticas existenciais que apontam para uma determinada relação entre a subjetividade e a linha intensiva do Fora.

A experiência do Fora constitui um exercício de criação da sua própria realidade, levando o pensamento, a linguagem e a subjetividade a saírem de si e desdobrarem-se para o

mundo. Para Tatiana Levy (2003, p. 38)

O Fora põe à prova tudo aquilo que se acredita verdade universal e eterna. Com essa prática, com essa nova forma do pensamento, Blanchot, Foucault e Deleuze terminaram por provocar um derrube de noções filosóficas fundamentais. A dialética, o princípio do terceiro excluído e, principalmente, o sujeito cartesiano – o “eu penso” – já não são as certezas eternas da filosofia.

A relação com o Fora inaugura uma nova perspectiva e uma nova imagem do pensamento que abala os alicerces filosóficos tradicionais. Ao desdobrar-se, ao sair do seu interior, o pensamento destitui a unidade do Eu e promove um trânsito ao ele, ao outro, aos elementos impessoais nas relações de forças. No plano da literatura moderna, esta nova imagem do pensamento diz respeito às formas como este se expõe à sedução do Acaso, da Ruína e da Força. Ao transitar para fora de si, o pensamento entra em relação com outras modalidades da experiência, abre-se à transgressão dos limites colocados pela interioridade. Desse modo, em seu movimento transgressor, seduzido pelo encontro com as forças, o pensamento se avizinha da loucura, a razão se aproxima do Fora que ela mesma tinha encerrado.

A loucura enquanto experiência de dissolução da interioridade, enquanto uma modalidade de existência sujeita e exposta às forças, se reaproxima do pensamento na medida em que este se deixa tocar e ser afetado pelas forças que o excedem.

Nesta perspectiva, a noção de Fora não pode ser tomada apenas no sentido de uma categoria ou conceito. Ao falarmos no Fora estamos sustentando que se trata de uma prática existencial, uma experiência que cria ela mesma sua realidade, como no exemplo da linguagem literária, “Blanchot defendia que a palavra literária é fundadora de sua própria realidade” (LEVY, 2003, p. 19).

Enquanto uma prática que produz uma outra realidade, a experiência do Fora carrega em si uma espécie de errância que a caracteriza como espaço móvel, onde nada se fixa, onde aquele que a experimenta se torna “(...) um exilado que se deixa levar pelo imprevisível de um espaço sem lugar” (LEVY, p. 34). Neste movimento de errância, a subjetividade também é afetada, passando a constituir-se a partir de um jogo com as forças do acaso, da mudança, numa distância que a separa dela mesma.

### 3.4 A linha do Fora e o processo de subjetivação

Como podemos perceber a linha do Fora se refere a uma experiência sem lugar delimitado ou pré-definido, na medida em que se constitui na relação com um espaço de intensidades, relação entre forças. A realidade do Fora se encontra muito distante de uma natureza interior, como aponta Deleuze (2006, p. 93) “um Fora mais longínquo que todo mundo exterior e mesmo que toda forma de exterioridade, portanto infinitamente mais próximo”.

Ao tomarmos este pensamento do Fora em ressonância com o processo de subjetivação, veremos como a própria subjetividade passa a ser produzida no contexto de uma relação entre forças, como ela se constitui como a dobra das forças ou a dobra das intensidades do Fora. É necessário agora entender como a zona de subjetivação se relaciona com o Fora, e, a partir disso, prosseguir na montagem do sentido existencial da descontinuidade e do abandono.

Gilles Deleuze em seu livro *Foucault* (2006), promove uma interpretação muito singular do conjunto da obra foucaultiana, ele cria uma espécie de topologia do seu pensamento dividida em três planos distintos e interligados: O plano do Saber, dividido entre o visível e o enunciável; o plano do Poder, o não-estratificado ou o pensamento do Fora; o plano da Subjetivação, as dobras ou o lado de dentro do pensamento. Segundo Deleuze, a relação entre estes três planos diz respeito aos modos de subjetivação que são sempre compostos por dimensões históricas, políticas, institucionais e sociais. Não podemos conceber a subjetividade apenas como um sujeito ou como a expressão de uma interioridade. Na perspectiva deleuzeana sobre o pensamento de Michel Foucault, o termo subjetivação substitui a noção de subjetividade, uma vez que se trata de um processo produzido pela articulação entre os três planos, o do Saber, o do Poder e o do Fora.

De uma maneira muito geral e sucinta podemos dizer que a zona de subjetivação, se caracteriza por ser a curvatura dos planos do Saber e do Poder, nessa ótica, a subjetividade, é convertida em processo de subjetivação e passa a ser designada como a dobra do plano do Fora, sendo que este, como exercício e estratégia do não estratificado se constitui no interstício do plano do Saber.

É muito importante para a montagem do nosso campo problemático entender as interferências entre os três planos, pois é através da relação entre eles que se constitui a zona de subjetivação e a linha intensiva do Fora. Desse modo, a partir da relação entre os planos do

saber, do poder e da subjetivação a questão da descontinuidade e do abandono pode ganhar o contorno de uma prática existencial. Para tanto, será necessário deixar um pouco mais claro o que caracteriza e o que diferencia os planos do saber, do poder e da subjetivação.

Inspirado na concepção nietzscheana de forças e, também, na noção de Fora no espaço literário do seu contemporâneo Maurice Blanchot, o filósofo Michel Foucault se apropria destes pensamentos e toma a problemática do poder como uma relação entre forças, ou seja, como um exercício e uma estratégia, de tal forma que a força implica sempre em relações de poder. Tal como em Nietzsche há um pluralismo de forças, também para Foucault as forças sempre devem ser pensadas em relação com outras forças, ela não possui uma natureza em si mesma, pois o ser da força é a sua relação com as outras. A afirmação do pluralismo vai transformar radicalmente a forma como o poder era tradicionalmente concebido, se ele não é mais uma forma ou uma estrutura, é porque a força não tem uma essência em si, e também, porque ela não está nunca no singular, de modo que toda força já é relação de poder (DELEUZE, 2006).

O poder se caracteriza por ser uma função não subordinada a formas concretas, isso significa que a sua funcionalidade estratégica atravessa as formas, mas através de uma função não formalizada. O poder encarna e se atualiza em determinadas formas e categorias que variam historicamente de uma sociedade para outra. Nesse sentido, segundo Deleuze (2006, p. 80), “as duas funções puras nas sociedades modernas serão a “anatomopolítica” e a “biopolítica” (...). O nosso objetivo, contudo, não é desenvolver um estudo acerca destas funções, nos interessa apenas entender o caráter estratégico do poder em sua relação com o Fora e a zona de subjetivação.

Há uma diferença de natureza entre o poder e o saber importante de ressaltar, pois enquanto o plano do saber se refere a substâncias formais, ao estratificado, o plano do poder, diferentemente, procede por modulações muito mais flexíveis e mutáveis, diz respeito à ação e reação entre as forças. As relações de poder se organizam por pontos, distribuição de singularidades, ao mesmo tempo locais, instáveis e difusas. Assim, mesmo que as singularidades de forças se atualizem dentro de um plano formal, veremos que há uma heterogeneidade entre o poder (as forças) e os regimes de estratificação. O poder não possui um ponto central que o remeta a uma forma única e soberana, não pertence ou emana da forma-Estado, de tal maneira que os pontos singulares de poder se distribuem “(...) no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências” (DELEUZE, 2006, p. 81).

Nesse sentido, podemos tomar as experiências de descontinuidade e abandono em meio a estas distribuições de singularidades das forças. dado o seu caráter instável, difuso e mutável, elas podem estar ou não estar presentes dentro de um campo, podem se mover, se diferenciar e constituir outras composições que ultrapassam os limites internos, assim, as descontinuidades que atravessam o campo institucional produzem efeitos e sentidos muito diversos que variam segundo as modulações e composições de forças.

Esta composição do poder marcada por uma distribuição de singularidades vai ao encontro da perspectiva do pensamento do Fora, de tal maneira que há uma pressuposição recíproca entre eles através da relação de forças. Os planos do Fora e do Poder se cruzam no nível das intensidades, e da mesma forma que a prática do poder permanece irreduzível a toda prática do saber, pela heterogeneidade entre as duas, o pensamento do Fora é, também, irreduzível pois se refere a outro domínio da experiência.

O pensamento e a subjetividade, entretanto, nunca estão totalmente livres dos diagramas de poder, estes por sua vez, estão ligados ao plano do saber que os atualiza em determinadas formas. Seguindo as pistas deste caminho, interessa-nos ir em busca da relação diferencial, pegar as coisas pelo meio, nas entre forças, no espaço que se abre entre os planos, pois, se há uma irreduzibilidade do poder em relação ao saber, deve haver ao mesmo tempo, uma linha de intensidade das forças que torne possível a produção de uma mínima diferença. Podemos afirmar que esta dimensão irreduzível que caracteriza as relações de poder remete à capacidade de resistência intrínseca ao jogo entre as forças, porque as forças possuem um potencial de diferenciação em relação aos diagramas e aos estratos, tendo em vista que a sua distribuição é por pontos singulares.

Em contraposição à linha que produz uma relação diferencial entre as forças, a que estamos chamando de linha do Fora, há uma outra operação em jogo que não pode ser negligenciada. Esta operação tem por objetivo a atualização ou a integração das singularidades, um mecanismo de homogeneização das relações de poder. Tal mecanismo, segundo Deleuze (2006, p. 83) “consiste em traçar uma linha de força geral, em concatenar as singularidades, alinhá-las, homogeneizá-las (...)”. Estes fatores de integração e estratificação podem ser identificados como, o Estado, a Família, a Religião, a Moral, etc. Cada um destes agentes, de formas muito específicas, trata de regular, colocar em série, todas as relações diferenciais que determinam singularidades.

As linhas gerais de integração possuem a capacidade de aglutinação dos elementos diferenciais que os remete a um mecanismo de redobramento ou de reconversão. Em outras

palavras, podemos dizer que os pontos de singularidades dispersos são reconduzidos para o interior do campo de forças dos agentes; sendo assim, o seu potencial de resistência diminui em função deste retorno que pode produzir o efeito de homogeneização e acomodação às formas estabelecidas pelo próprio campo.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que, na perspectiva foucaultiana das relações de poder, os agentes integradores são na verdade práticas, isto é, são dispositivos que têm uma função muito precisa de organização dos elementos singulares e diferenciais. Enquanto funções, os agentes não possuem uma natureza interior, são operações que não determinam o poder, de modo que a sua força de integração consiste em sua capacidade de atualização das forças que são exteriores a ele mesmo. As forças dispõem de um potencial em relação aos agentes integradores que as situa ao mesmo tempo dentro e fora dos dispositivos. Os mecanismos de integração não esgotam por si mesmos a capacidade das forças de resistir e criar outras composições de existência. Neste sentido, a operação destas práticas funciona com o objetivo de fixar as relações diferenciais de poder e as singularidades que emanam destas relações, de tal forma que estas sejam integradas, geridas ou reguladas dentro de uma segmentaridade, uma organização, um dispositivo. Os mecanismos de integração tratam, portanto, de converter os pontos de singularidade em elementos distribuídos dentro de um certo plano organizado, conferindo às relações de forças um estatuto de legitimidade no interior do plano.

Nesse sentido, no lugar do Estado como categoria universal de poder, seria mais adequado falar em uma forma-Estado, uma função que implica em um processo de estatização contínuo, de regulação da vida, da subjetividade, das populações, isto é, um dispositivo-Estado que captura as forças fazendo-as convergir em um mesmo plano “estatizante” de organização. Este trabalho de integração operado pelos agentes é um processo que objetiva tornar as singularidades e as relações de forças alinhadas, serializadas, incluídas dentro de um determinado regime de poder dominante. No entanto, as relações de forças constituem a matéria bruta sobre a qual as práticas integradoras operam. Assim, o sentido prático da integração é dar forma a esta matéria informe das forças.

Em contraste a este processo de “dar forma” aos elementos informes das forças, buscamos entrar em ressonância com os focos de resistência, com as linhas de força que se atravessam por entre os planos, de modo que seja possível acompanhar os sentidos e as singularidades que emanam e se proliferam.

Tendo em vista o caráter instável e difuso do plano de forças, sua distribuição pelo

espaço será necessariamente dispersa e descontínua, marcada por pontos singulares. O que diferencia as relações de forças do plano estratificado das formas é exatamente a flexibilidade e a mobilidade destes pontos de singularidade que se constituem pela ação ou reação de uma força em relação a outras, poder da força de afetar e ser afetada (DELEUZE, 2006). Esta distribuição flexível por pontos singulares é o que melhor define a relação entre as forças, de tal maneira que estas não emanam de um ponto central, pois são estratégias anônimas que mobilizam matérias e funções não estratificadas. As forças podem mudar de direção dentro de um mesmo campo, podem criar novas estratégias, podem retroceder, girar, desdobrar outras relações. Por isso as forças constituem possibilidades de resistência, pois escapam às formas estáveis.

É a partir desta afinidade entre a possibilidade de resistência e as relações de forças que podemos afirmar o primado das forças sobre as relações formais, pois, apesar da pressuposição recíproca entre os planos do saber e do poder que se atravessam, a capacidade da força de resistir é uma característica da própria força, tendo em vista a sua dispersão por pontos singulares, suas ligações móveis e não localizáveis. Assim, podemos tomar a resistência no sentido prático de uma estratégia, enquanto exercício das relações de forças em seu poder de afetar e ser afetada.

O primado das relações de forças é, nesse sentido, interligado ao primado da resistência, pois, ao mesmo tempo que o diagrama de poder se comunica com a formação estratificada que o estabiliza, ele possui uma natureza absolutamente distinta que os mantém abertos, instáveis, agitados. O caráter instável das relações de forças manifesta, conforme aponta Deleuze, que (2006, p. 96)

É sempre do lado de fora que uma força é afetada por outras ou afeta outras. Poder de afetar ou de ser afetado, o poder é preenchido de maneira variável, conforme as forças em relação. O diagrama, enquanto determinação de um conjunto de relações de forças, jamais esgota a força, que pode entrar em outras relações e dentro de outras composições

Até o momento apresentamos as relações entre os planos e situamos o primado das relações de forças como estratégias de resistência a partir da sua dispersão em pontos singulares, mas ainda não sabemos em que ponto e de que forma a linha do Fora se articula entre os planos. É necessário entender de forma mais precisa como o Fora se constitui enquanto uma terceira linha, isto é, como ele se diferencia tanto do saber quanto do poder. Pelo que vimos sobre as relações de forças, podemos verificar uma ressonância que aproxima o plano do poder e a linha do Fora. Contudo, apesar de estarem “contidas” nos diagramas de poder, a realidade das forças é anterior a estes, isto significa que é a partir da própria relação

entre as forças que se constitui o plano do poder.

Chegamos a um ponto importante, e torna-se necessário destacar alguns elementos fundamentais que permitem afirmar a singularidade da linha do Fora. O primeiro ponto que podemos levantar é a questão da natureza instável, descontínua, difusa das forças; o segundo é que o diagrama enquanto conjunto de relações de forças jamais esgota a força; e o terceiro, que se refere à possibilidade das forças entrarem em outras composições e modos existenciais. Este cenário nos mostra a existência de uma experiência do Fora que é, necessariamente, irreduzível, na medida em que nem o plano do saber, o estratificado, nem o plano do poder, o diagrama, podem conter o “devir mutante” das forças. As forças podem se compor e se recompor de múltiplas formas e, nesse sentido, a irreduzibilidade do Fora se constitui como um potencial ou como “um terceiro poder que se apresenta como capacidade de resistência” (DELEUZE, 2006, p. 96).

Estamos propondo que a linha do Fora não se encontra apenas “contida” nos diagramas de poder. Ainda que as forças se constituam em relação diagramática com o plano do poder, a experiência do Fora, em sua natureza mais radical e heterogênea, não se limita a este plano e, nesse sentido, também não se reduz ao plano do estratificado. O Fora é o espaço das relações não estratificadas, mutáveis, e a capacidade de resistência se constitui como esse poder da força de afetar e ser afetada, poder de inventar composições novas.

A noção de pluralismo comentada por Deleuze acerca do pensamento de Foucault nos auxilia a entender esta distância irreduzível que é característica das relações de força. Para Deleuze, o dualismo peculiar a Foucault ao nível do saber, entre o visível e o enunciável, possui um sentido muito preciso. Esse dualismo “estratégico” é apenas uma “divisão preparatória que opera no seio de um pluralismo” (2006, p. 90). O dualismo intrínseco ao plano do saber, dividido entre visível e enunciável, desemboca na multiplicidade das relações de forças, sendo que estas se dispersam e se liberam de toda forma estratificada.

A capacidade de resistência configura uma relação muito próxima como o devir mutante das forças, pois, como já colocamos, as forças podem ser contidas nos diagramas, mas possuem um potencial de transgressão e resistência irreduzível em relação a eles. Podem transbordá-los, formando focos de resistência, de tal forma que “a última palavra do poder é que a resistência tem o primado” (DELEUZE, 2006, p. 96).

Se retomarmos mais uma vez a lógica de contradição, veremos que, dentro desta perspectiva, a dimensão do Fora será sempre tomada como uma particularidade exterior ao pensamento ou como um elemento estranho à totalidade da consciência. Nesse sentido, pode-

se dizer que há um “fora do pensamento” em contraste com o “pensamento do Fora”. Isto é, em uma lógica de contradição o Fora é incorporado ao pensamento de modo a ser nele interiorizado. Dentro desta operação, qualquer possibilidade ou foco de resistência será apropriado ou subjugado dentro de uma totalidade e de uma interioridade. Nestas condições, torna-se impossível manter uma relação com a linha do Fora e, menos ainda, estabelecer uma experiência que efetivamente conduza ao primado da resistência.

Na contramão da perspectiva do “fora do pensamento” pensamos que é apenas na relação do pensamento com o Fora que a capacidade de resistência e transgressão serão possíveis com relação às modalidades de assujeitamento aos padrões estabelecidos, as normas sociais hegemônicas. Pois, se tomamos o Fora como a experiência de um espaço sem lugar pré-definido, é exatamente porque o Fora é a própria experiência de produção desse “não-lugar”. Tomemos como exemplo o projeto da literatura moderna, onde a literatura constitui o seu próprio Fora, isto é, ela mesma é a experiência do “não-lugar” e, através deste desdobramento, pode referir-se a si mesma sem nunca constituir uma interioridade, nesta passagem para o Fora, “(...) o artista é aquele que perdeu o mundo e que também se perdeu, uma vez que já não pode mais dizer Eu” (LEVY, 2003, p. 29).

Como no exemplo da literatura moderna, que substitui a intimidade do sujeito pela experiência do Fora que se constitui na própria linguagem, no pensamento do Fora não é mais possível delimitar o pensamento e a subjetividade na interioridade de um Eu, na medida em que, tornando-se ele e Outro, está em constante desdobramento no Fora. Ele se coloca sempre fora de si mesmo, exposto ao Outro e ao acaso, sem se fixar a uma interioridade. O pensamento do Fora, portanto, inaugura uma nova modalidade da experiência “em que as coisas não são ainda”, isto é, “como se tudo estivesse por acontecer” (LEVY, 2003, p. 32). Se não está mais localizado na intimidade do Eu, o pensamento do Fora, ultrapassa os limites do interior para se expor ao impensado no pensamento.

Como aponta Deleuze (2006, p. 93), ao distinguir entre a forma da exterioridade o plano das forças do Fora, “pensar é chegar ao não estratificado”, ou seja, o pensamento em relação com o Fora entra em contato com todas as experiências sem forma, “significa que pensar não é um exercício inato de uma faculdade, mas deve suceder ao pensamento”. A realidade do pensamento vem das forças que desmembram o seu interior.

Ao se colocar cada vez mais longe de si mesmo, o pensamento do Fora, ao invés de redobrar-se sobre si, no lugar de interiorizar-se, abre-se em um outro espaçamento, produz uma distância, e, dessa forma, há o desdobramento infinito que faz do Fora o seu ser mais

próprio, sua matéria bruta. Este pensamento, destituído das certezas do Eu, expõe-se a uma distância irreduzível que diz respeito às relações entre forças. Portanto, este “vazio” que se abre é o vazio de um espaço que não possui uma realidade em si, na medida em que sua realidade íntima é a diferença, a abertura para o exterior. Isso significa que a força não possui uma realidade interior a ela mesma, “(...) a tal ponto que qualquer força só poderá ser pensada no contexto de uma pluralidade de forças. O plano de intensidades do Fora é indissociável desta pluralidade de forças.” (PELBART, 2009, p. 107).

Que efeitos se produzem quando o pensamento entra em contato com o Fora? Como este desdobramento se implica com a subjetivação?

O pensamento do Fora, como já apontamos, se diferencia radicalmente da lógica de contradição, pois aqui não se trata de um retorno para a interioridade, mas ao contrário, no Fora o interior é desdobrado, perdendo seu lugar de origem. Desse modo, ao avizinhar-se do Fora, o pensamento e a subjetividade remetem, pois, à diferença entre as forças. E, se a realidade do Fora é mesmo a diferença, o distanciamento entre as forças, logo, o Fora será sempre um espaçamento entre, isto é, “criação de um espaço pela diferença entre forças”. (PELBART, 2009, p. 107). O espaço “entre” diz respeito às intensidades e aos processos de singularização provenientes das relações de forças, espaço de abertura para o novo e para o acaso dos encontros.

Mas seria possível suportar a existência neste espaço entre forças intensivas absolutamente Fora de qualquer interioridade? Certamente, como já temos apontado, o plano do Fora é irreduzível às formas de interioridade e as estratificações de saber que integram os diagramas de forças. No entanto, só é possível constituir uma prática existencial caso as singularidades de forças descontínuas se dobrem para um “lado de dentro”. Isto é, para que uma experiência subjetiva aconteça, há que se fazer um exercício sobre si, uma operação sobre as forças. Da mesma forma, uma prática existencial na descontinuidade e no abandono se produz quando a linha intensiva das forças, o espaço do Fora, cria ele mesmo estratégias de resistência, pontos de singularidade.

Neste exercício sobre si que constitui a dobra das forças, duas questões importantes estão em jogo e dizem respeito ao nosso campo problemático. A primeira é que, ao tratarmos a descontinuidade e o abandono na perspectiva de uma prática existencial em ressonância com o Fora, forjamos uma operação que despersonaliza a experiência do abandonar. A segunda questão se refere a esta despersonalização mesma, porém, não na forma de pura impessoalidade, mas como a criação de outros sentidos e modos de existência.

Despersonalização como uma abertura para o “espaço entre as forças” onde o sujeito é destituído do tradicional lugar de origem da experiência. Tomamos a descontinuidade e o abandono enquanto modos existenciais que se constituem na linha entre as forças, linha das intensidades, de tal forma que não cabe mais determinar nenhuma interioridade, nenhuma contradição, mas acessar a dimensão das singularidades, encontrar os focos de resistência, pegar as coisas “no meio”, no próprio Fora.

A afirmação do primado da resistência nos aponta para a dimensão irreduzível das forças, o seu potencial de afetar e ser afetada, o seu grau de abertura, instabilidade e mudança. Nesse sentido, retomemos a releitura deleuzeana do pensamento de Foucault para desenvolver sucintamente o plano da subjetivação. A resistência é primeira em relação aos planos do saber e do poder, de tal maneira que “(...) um campo social mais resiste do que cria estratégias” (DELEUZE, 2006, p. 96). Este princípio essencial que atravessa o pensamento foucaultiano é muito singular, na medida em que ele nos indica uma linha de intensidades que leva o pensamento e a subjetividade para fora dos limites da racionalidade, da consciência e da reflexividade. O domínio das relações de poder só pôde ser ultrapassado e desdobrado, quando Foucault descobriu esse ponto intensivo das vidas, ponto das singularidades, onde se travam os combates e os choques com o poder. Haveria, portanto, uma terceira linha de força. A zona de subjetivação é então proveniente da potência da vida, “o lado de dentro do lado de fora” (2006, p. 104).

Este é o ponto onde as singularidades e as forças da vida tocam e resistem ao poder, ponto a partir do qual o pensamento e a subjetividade intensificam a relação com a diferença. A terceira linha é, portanto, uma experiência de saída dos impasses que o poder nos coloca e, na perspectiva do nosso campo problemático, constitui-se, também, como saída para o impasse que antes nos enclausurava, a lógica de contradição. Os modos de subjetivação constituem assim uma linha intensiva de comunicação com o pensamento do Fora. Ao traçar esse plano comum entre pensamento e subjetividade estamos sustentando que a possibilidade de resistência atravessa qualquer modo de subjetivação e a relação com as formas estabelecidas de poder. Todavia, as relações de forças dispersas em pontos singulares não constituem práticas existenciais por si mesmas, elas precisam compor modos de subjetivação, devem portanto ser experimentadas, inventadas, de modo que a relação com as intensidades do Fora torne possível uma estética existencial.

Em suma, a intercessão com o pensamento do Fora e a zona de subjetivação mostra como é possível pensar em possibilidades de resistência aos padrões dominantes que elegem

formas de pensar, existir, desejar. Trata-se de deslocar a posição central do sujeito para dar lugar ao plano das forças e intensidades impessoais que forçam o pensamento a sair de si para produzir o pensar. Em contraste com tudo aquilo que habitualmente designamos como categorias e experiências exteriores ao pensamento e a subjetividade normalizada, isto é, todas as coisas que não se enquadram ou não se integram aos ditames convencionais, o primado da resistência entre as forças e o pensamento do Fora nos aproxima de um plano de composição que questiona radicalmente todos estes padrões e normas instituídos, mas, que fique claro, não estamos com isso defendendo uma revolta contra as instituições, os dispositivos de poder e os saberes, estamos apenas apontando para uma linha de forças intensivas que é intrínseca aos processos de subjetivação.

Precisamos cada vez mais forjar estratégias que alcancem possibilidades de resistência enquanto uma modalidade de subjetivação possível face aos mecanismos que tentam se apropriar das singularidades existenciais. Acreditamos que este é um dos pontos essenciais que atravessam o pensamento de autores como Foucault, Deleuze e Guattari, ou seja, pegar as coisas pelo meio “rachar as coisas e as palavras” para encontrar os focos de resistência que estão por toda parte, dentro e fora dos dispositivos de poder. É nesse sentido que podemos afirmar práticas existências em consonância com processos de singularização.

No texto *O que são as Luzes* (2005, p. 337), Foucault nos apresenta a maneira singular como Kant coloca a questão da *Aufklärung*, Kant a define como uma experiência de “saída”, uma “solução”. Segundo Foucault, “Ele não busca compreender o presente a partir de uma totalidade ou de uma realização futura. Busca-se uma diferença: qual a diferença que ele introduz hoje em relação a ontem?”. Esta saída aponta para o processo de nos libertarmos do estado de menoridade. No entendimento de Kant, menoridade pode ser traduzido como um certo estado da nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro, seja ele um “outro” moral, institucional, político, religioso. Na concepção de Kant, para que o homem deixe o estado de menoridade, uma das principais condições é a discriminação entre o que decorre da obediência e o que decorre da razão.

O mais interessante, contudo, é a forma como Foucault toma esta concepção kantiana para pensar a questão da atualidade. Foucault se indaga se não poderíamos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história; “por atitude quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade, uma escolha voluntária que é feita por alguns (...)” (2005, p. 342). Nesse sentido, Foucault está se referindo a uma maneira de se conduzir, de agir, de pensar, uma prática de liberdade. Entretanto, para desenvolver uma

atitude de modernidade é preciso não somente criar uma forma de se relacionar com o presente, mas, ao mesmo tempo, estabelecer um modo de relação singular consigo mesmo. Seguindo as pistas deixadas por Baudelaire, Foucault diz que “o homem moderno não é aquele que parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida, ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo” (2005, p. 344)

Na esteira desta atitude de modernidade ou nesta relação do homem consigo mesmo, acreditamos que o processo de liberar o pensamento da interioridade do Eu tem por objetivo liberar as forças que atravessam a experiência da subjetividade. Tal procedimento é essencial, na medida em que ele instaura e provoca a irrupção do Outro que nos constitui. Pensar está no domínio das forças, se dá no encontro com o Fora, e, ao mesmo tempo, a subjetivação se produz a partir deste encontro com o Fora, com o Outro.

### **3.5 O desdobramento do plano das forças**

A história mantém diversos modos de relação com a dimensão da experiência que estamos chamando de linha do Fora. Na experiência vivida e no acaso dos encontros, certos acontecimentos confrontam as formas hegemônicas que constituem o plano comum, os saberes dominantes, a racionalidade majoritária. Em determinados momentos na história dominante, novas forças irromperam, colocando em xeque a ordem social instituída. Já em outros períodos, o espaço da diferença foi reduzido ao confinamento e excluído da vida comum na sociedade. A relação entre a experiência do Fora em suas discontinuidades e a história jamais foi ou será pacífica, de modo que os pontos de resistência sempre travam conflito com a realidade social hegemônica. Apesar dos silenciamentos e reclusões legitimados por uma racionalidade padrão que procura invisibilizar as lutas minoritárias cotidianas por afirmação da diferença, as singularidades minoritárias chocam-se com o poder, mobilizando estratégias que o confrontam, manifestando o potencial de resistência que é característico das forças.

É importante ressaltar que não estamos afirmando que em determinados períodos da história houve um silenciamento total da experiência do Fora e das possibilidades de resistência. Muito pelo contrário, pois é sempre a partir de uma experiência no Fora, ou na relação entre as forças, isto é, na luta pela afirmação da diferença, que se constituem

processos de mudança e devires minoritários na dinâmica subjetiva, política e social. Lembremos que os diagramas de poder não esgotam o potencial das relações de forças. A partir disso, podemos afirmar que a história é atravessada por pontos de singularidade, de modo que o devir das forças produz a emergência de um Fora irreduzível no interstício do processo histórico.

Neste sentido, entre esta história dominante e a experiência do Fora há uma linha indissociável que faz com que os dois planos coexistam e se atravessem. Nietzsche (1976) já nos alertava, em suas *Considerações Intempestivas*, dos perigos decorrentes do abuso da história e que a sua sobrevalorização provoca a degenerescência da vida. O pensador alemão estava se referindo ao sentido histórico continuísta que destituía a própria vida em sua capacidade de produzir-se a si mesma. O excesso de história, diagnosticado por Nietzsche, reduz o potencial de diferenciação que caracteriza a singularidade vital. A conservação da linha de continuidade histórica como primeira em relação à linha de intensidades da vida em seus desvios de percurso e variações de sentido implica em um certo uso abusivo de historicismo que se sobrepõe às forças vitais, se tomarmos a vida como manifestação das relações de força em seu processo de criação e diferenciação. Na contramão deste abuso de história, nada mais urgente do que afirmar a própria vida não mais em razão da história ideal e continuísta.

Ao seguirmos pela linha do Fora não estamos mais orientados pelo elemento especulativo da contradição dialética e, ao mesmo tempo, não estamos conformados com esta abordagem continuísta do pensamento histórico que se sobrepõe à vida. De modo que, no lugar da lógica de contradição, há a afirmação do elemento prático da diferença (DELEUZE, 1976).

Em seu livro sobre Nietzsche, o filósofo Gilles Deleuze considera o pensamento do filósofo alemão como aquele que introduz na filosofia os conceitos de sentido e valor. Para realizar esta tarefa de uma filosofia crítica, Nietzsche cria o conceito novo de genealogia. Nesta nova perspectiva histórica e filosófica, coloca-se em questão a forma como se concebia o caráter absoluto e universal dos valores, pois a genealogia instaura a inversão crítica, Nietzsche substitui o princípio da universalidade, herança da filosofia kantiana, e ao mesmo tempo o princípio da semelhança, pelo elemento diferencial, isto é, o elemento prático da diferença e da distância (DELEUZE, 1976).

Afinal, como a genealogia pode nos servir de ferramenta teórica e metodológica na montagem deste sentido existencial na experiência do Fora? De que maneira podemos

articular a perspectiva genealógica ao campo problemático da descontinuidade e do abandono?

O ponto que mais nos interessa é o elemento prático da diferença, pois, como sugere Deleuze, genealogia não significa apenas origem ou nascimento, mas diferença na própria origem. Desse modo, a genealogia aponta desde o seu começo para o elemento diferencial, a distância entre forças. Esta perspectiva ressoa em nosso campo problemático na medida em que o elemento diferencial se constitui também como “elemento positivo de uma criação” (1976, p. 2). O nosso exercício na montagem do campo problemático é também, dar condições de visibilidade para que esta modalidade da experiência se torne possível enquanto criação de um elemento diferencial, modo existencial.

Ao interpretar a genealogia de Nietzsche, o filósofo Michel Foucault (1979) lança mão do conceito de *Entstehung*, traduzido para o português como emergência, o ponto de surgimento, a maneira como as forças lutam umas com as outras ou o modo como a força entra em luta contra si mesma. Para Foucault, a emergência é a entrada em cena das forças, designa um lugar de confronto, mas, vale ressaltar, ninguém pode ser responsável por uma emergência, na medida em que ela sempre se produz no interstício.

Nesse sentido, a operação que está em jogo na perspectiva genealógica é desnaturalizar uma certa forma histórica estabelecida pela metafísica, “que teria por função recolher em uma totalidade bem fechada sobre si mesma a diversidade, enfim reduzida, do tempo” (p. 26). Contra esta “história de historiadores”, que supõe uma consciência sempre idêntica a si mesma, Nietzsche, segundo Foucault, dirá que é preciso despedaçar o jogo dos reconhecimentos, isto é, reintroduzir na história a experiência de descontinuidade. Por outro lado, mantêm-se ainda toda uma tradição racionalista e dialética que “tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal” (p. 28). Na abordagem genealógica, porém, os acontecimentos são considerados em sua singularidade, em sua capacidade de produzir e compor outras relações entre forças, de tal maneira que as forças em jogo na história só obedecem ao acaso da luta, do combate.

Nesta perspectiva, ainda segundo Foucault (1979, p. 34-35)

A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam.

A necessidade de trazer à cena dissertativa a perspectiva histórica da genealogia deu-se

em função da emergência da descontinuidade em sua relação com o elemento prático da diferença. Tomar a descontinuidade a partir da genealogia significa adentrar no espaço intensivo das forças que arruína os princípios de uma história dominada pela linearidade e continuidade. Significa também colocar em questão a excessiva preocupação com os fundamentos da verdade que nos levou por tanto tempo a sacrificar o movimento descontínuo da vida em razão de valores superiores à existência. Habitados a uma imagem continuísta dos acontecimentos e da história, somos agora confrontados a pensar diferentemente os processos de subjetivação no tempo presente.

Tomemos como imagem do pensamento a noção de poder tal como formulada por Foucault ao longo da fase genealógica de sua obra, ou seja, poder como relação de forças, forças em ação sobre forças que incitam, induzem, ampliam ou limitam os corpos e as relações entre as subjetividades. A partir desta perspectiva foucaultiana inspirada no pensamento de Nietzsche, o poder não é mais concebido como uma entidade unitária e centralizadora que apenas reprime, confina ou reprende o jogo das forças. Muito pelo contrário, o legado filosófico de Foucault nos ensinou que o poder incita e produz, que é muito mais exercido do que possuído por uma individualidade, pois ele passa por dominados e dominantes, está em toda parte, não pertence a ninguém.

A analítica do poder é um elemento singular e estratégico para pensarmos as relações que se estabelecem entre a experiência do Fora e a descontinuidade que atravessa os processos de subjetivação. Na experiência da loucura, se esta for traduzida na perspectiva de uma relação entre as forças, podemos ver que a prática do poder disciplinar impôs um certo regime de confinamento que excluiu qualquer possibilidade de relação social com esta experiência. Porém, na medida em que designamos o poder não mais em termos de unidade e totalidade, mas como pluralidade de forças, chegamos a uma nova concepção que deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

Esta outra perspectiva do poder ocorre através de uma passagem, no plano do conhecimento, entre o período clássico e o período moderno, de ruptura com o pensamento filosófico dominante. Precisamos entender brevemente como ocorreu esta passagem de um período ao outro e que efeitos ela produziu.

Para Foucault (2003), Nietzsche foi um dos responsáveis por esta mudança de perspectiva no plano do conhecimento. O abalo nos princípios metafísicos da filosofia ocidental provocado por sua crítica genealógica colocou em questão alicerces até então

fundamentais como os ideais de identidade, unidade e continuidade. Vale lembrar que, na tradição filosófica clássica havia uma relação de continuidade entre o conhecimento e natureza ou entre conhecimento e mundo. O pressuposto que assegurava esta continuidade se sustentava no princípio de identidade e semelhança, que afirmava a capacidade do pensamento de representar objetivamente o mundo e a natureza.

A noção de homem, por exemplo, tal como esta foi percebida na idade clássica, nesse período histórico, segundo Deleuze (2006) todas as forças componentes do homem são referidas a uma força de “representação”, o homem aparece entre as ordens de infinito, sendo que estas tinham o primado em relação ao homem em sua finitude existencial. O aparecimento do homem, como forma específica, acontece quando as forças componentes entram em relação com novas forças que se esquivam ao modelo clássico da representação. O que nos interessa, porém, não é entender as vicissitudes do composto humano resultante desta nova relação de forças, mas as relações componentes com a linha do Fora.

O trabalho genealógico de Nietzsche irá romper radicalmente com este princípio do “infinito”, ao afirmar que, entre conhecimento e mundo, só há relação de poder, de dominação, de violação. Trata-se, portanto, de desnaturalizar a relação entre conhecimento e mundo, transformando assim os princípios universais da identidade e do sujeito que eram até então considerados os fundamentos de todo o pensamento filosófico ocidental. Nietzsche desmonta o edifício filosófico sustentado nos princípios universais do Ser, da Razão, do Sujeito, para afirmar a descontinuidade original entre o pensamento e a natureza, de tal forma que todas as coisas e até mesmo o pensamento são produzidos por relação de forças.

O pensamento da descontinuidade, em Nietzsche, estabelece o primado da não semelhança entre conhecimento e mundo, desmontando assim os fundamentos que asseguravam uma essência ou uma verdade dos fenômenos. Trata-se agora não mais do princípio de “contradição no interior da razão” como diria a dialética hegeliana, mas, pelo contrário, de colocar todas as coisas, categorias e a própria subjetividade sob a égide das relações de poder, de força e de dominação. Não há razão, portanto, para falar em continuidade e semelhança entre conhecimento e mundo ou entre conhecimento e natureza. A genealogia atrelada ao pensamento da descontinuidade revela o embate de forças que desmonta o edifício da interioridade.

Para Deleuze (1976, p. 7), em *Nietzsche e a filosofia*, o pluralismo essencial nietzschiano rompe radicalmente com a concepção dialética de contradição, ao afirmar o domínio da pluralidade e da relação entre forças, de modo que

Em sua relação com uma outra, a força que se faz obedecer não nega a outra ou aquilo que ela não é, ela afirma sua própria diferença e se regozija com esta diferença. O negativo não está presente na essência como aquilo de que a força tira sua atividade, pelo contrário, ele resulta desta atividade, da existência de uma força ativa e da afirmação de sua diferença. O negativo é um produto da própria existência (...)

A superação da lógica de contradição, esta que opera a inclusão do Fora, implica a tomada de uma outra posição de combate. Esta mudança de perspectiva se refere à própria relação que se estabelece com a experiência do Fora. A abordagem dialética toma a posição de “combate contra” a experiência do Fora enquanto o pensamento não dialético, não totalitário, assume o lugar do “combate entre” as forças. Nesse sentido, superar a dialética tal como pretendiam Deleuze e Foucault impõe necessariamente a afirmação do Fora da clausura. Possuímos uma herança de pensamento que obedece a operação dialética de inclusão ou interiorização do Fora. No entanto, podemos de agora em diante assumir outra direção não dialética do pensamento e da subjetividade. Estamos apostando na forma do *combate entre*. Nesse sentido, fazemos uma importante modulação no exercício do combate, na medida em que afirmamos a relação entre as forças.

No texto *Para dar um fim ao juízo*, Gilles Deleuze (1997) aponta uma direção muito interessante que deixa mais claro a diferença do combate contra para o combate entre. Trata-se de dois níveis de combate: no primeiro deles, o combate aparece contra o juízo, suas instâncias e seus personagens. Podemos traduzi-lo como um modo de combate mais “superficial”, na medida em que todos os seus gestos e movimentos se constituem como defesas, esquivas, ataques, ou seja, são combates exteriores que têm o objetivo preciso de destruir ou repelir uma força. Por outro lado, em um nível mais profundo, o combate entre se refere às próprias relações entre forças. Ao contrário do combate contra, que procura repelir as forças, no entre, trata-se de “apossar-se de uma força (...)”. Nesse sentido, no exercício de somar-se a outras forças, o próprio combatente tem a possibilidade de lançar-se no Fora e no Devir. O combate entre permite a composição de forças, de tal forma que os próprios modos de existência se criam através do combate.

O combate entre forças, em ressonância com a noção de descontinuidade, ganha importância em nosso campo problemático, pois se encontra em uma linha de intensidades que constitui a experiência do Fora. Desse modo, a construção de um sentido existencial ganha consistência ao pensarmos a linha do Fora como uma certa prática que desmonta os fundamentos de continuidade, identidade e unidade na relação entre sujeito e objeto ou entre o ser e a existência.

Como destaca Deleuze (1992, p. 113), ao dizer de sua concepção comum da filosofia com Foucault

É nos agenciamentos que encontraríamos focos de unificação, nós de totalização, *processos de subjetivação*, sempre relativos, a serem sempre desfeitos afim de seguirmos ainda mais longe uma linha agitada. Não buscaríamos origens mesmo perdidas ou rasuradas, mas pegariamos as coisas onde elas crescem, pelo meio: rachar as coisas, rachar as palavras.

Félix Guattari, no livro *Caosmose*, também nos aponta uma direção possível neste *entre* forças, ao propor que devemos evitar a utilização de categorias universais como autismo e dissociação “para qualificar a estranheza esquizo; a perda do sentido vital para as depressões (...)”. Pensar, nesse sentido, a relação entre diferença e subjetividade para além da perspectiva Eu. Há uma subjetividade em descontinuidade consigo mesma: “eu é um outro” disse Rimbaud, uma multiplicidade de outros, “encarnado no cruzamento de componentes de enunciações parciais extravasando por todos os lados a identidade individuada” (GUATTARI, 1992, p. 97).

Essa breve passagem de Guattari em *Caosmose* nos auxilia na elaboração de um novo sentido para esta experiência da descontinuidade, de tal maneira que o enunciado “eu é um outro” interroga a noção clássica de identidade sustentada na lógica de representação, colocando em questão pelo menos três postulados filosóficos fundamentais: da identidade, da unidade da consciência e da representação.

Nesta mesma direção, ao tratar da noção de instituição, Félix Guattari, animado pelas experiências de Psicoterapia Institucional, alertava-nos para os riscos de se tomar o sujeito como um indivíduo. Afirma que “o sujeito não é forçosamente o indivíduo, e nem mesmo *um* indivíduo” (2004, p. 67). Sua intenção era, na verdade, apontar para a definição do sujeito como sujeito inconsciente, sujeito em relação com as forças do Fora, como agente coletivo de enunciação. A simples identidade entre sujeito e indivíduo, nos coloca o risco de cristalizar tanto a noção de instituição quanto os processos de subjetivação.

A loucura é um modo singular de experiência existencial que abole os limites entre dentro e fora, e, nesse sentido, tudo o que daí decorre: interioridade, unidade, identidade, história, continuidade. A diluição dentro e fora, na experiência da loucura, abre um outro plano de intensidades impessoal, coletivo, heterogêneo, que, como aponta Guattari, extravasa por todos os lados a identidade individuada.

Nietzsche, em sua crítica aos ideais da modernidade no livro *Além do bem e do mal*, já anunciava que “está aberto o caminho para novas versões e refinamentos da hipótese da alma” (2005, p. 19). Alma como pluralidade do sujeito, alma como estrutura social dos impulsos e

afetos, estas e outras versões da alma, segundo o pensador alemão, querem ter direitos de cidadania na ciência.

A subjetividade para Nietzsche não pode ser pensada no sentido de um indivíduo determinado, um ser com uma essência pré-definida, mas sempre como um vir-a-ser. Com Nietzsche, a concepção de uma identidade do sujeito é problematizada, na medida em que não há nenhuma garantia de continuidade entre o ser e a realidade. Por outro lado, os instintos no homem que não se descarregam para fora voltam-se para dentro – e isto ele denomina interiorização no homem, “é com isso que cresce primeiramente no homem aquilo que mais tarde se denomina sua ‘alma’” (GIACÓIA JR., 2012, p. 161). Determinada como uma interioridade, a subjetividade permanece delimitada ao domínio de uma instância íntima da realidade do próprio sujeito.

Para o homem “tornar-se o que se é”, Nietzsche escolhe uma via de pensamento muito distinta do “conhece-te a ti mesmo” socrático, pois o movimento nietzschiano, como já dissemos anteriormente, marca uma ruptura com a tradição do pensamento filosófico ocidental sustentado na identidade, na interioridade e na semelhança. Dentro desta nova perspectiva, a ruptura com o idealismo filosófico da interioridade joga o pensamento para o plano das intensidades no Fora. A partir de Nietzsche, em sua crítica aos ideais superiores a subjetividade passa a se configurar como um processo constante de luta entre forças, de modo que o processo de subjetivação torna-se o trabalho de invenção de novas possibilidades existenciais, a constituição de verdadeiros estilos de existência.

### **3.6 O Fora interior**

O ser dividido entre as substâncias *res cogitans* e *res extensa*, a materialidade do corpo de um lado e alma ou a mente do outro, tal como Descartes o postulava, transforma-se radicalmente com a entrada em cena dos processos de descontinuidade e da linha do Fora. Este ser substancial perde a identidade que lhe era assegurada pelo princípio de continuidade e semelhança. O processo de fragmentação deste ser cartesiano colocou a exigência de se criar condições de possibilidade existências em meio à própria vida e seus movimentos descontínuos de variação e mudança. Passamos para uma outra perspectiva da existência, trata-se agora não de um sujeito mas de uma singularidade em constante flutuação e

metamorphose entre ser e não ser, eu e outro, dentro e fora, fora e interior.

A experiência de descontinuidade nos atravessa como esse Fora interior, uma pluralidade de forças e intensidades que constitui o pensamento e a subjetividade como uma espécie de *Fora dentro*. Ainda que ocorram processos de captura do Fora no decorrer da vida face às forças de controle no contemporâneo, a experiência do Fora resiste e cria modos de existência, de algum modo, dissonantes dos mecanismos de poder. Há uma certa “tendência estatizante” que nos atravessa inevitavelmente. Entretanto, tendo em vista a natureza instável e mutável das forças, o seu poder de afetação e transformação, novas composições existenciais de forças se confrontam com essas capturas estatizantes que operam por mecanismos de controle sutis.

O Fora interior, na dinâmica da subjetividade, produz uma relação de violência e tensão no limite entre o dentro e o fora. Esta violência é a própria relação de forças que se encontra na base de qualquer forma instituída, seja o Estado, o Ser, a Razão, o Homem. Criar modos de existência na experiência do Fora é se confrontar com este campo de forças em constante transformação, é travar combate entre forças de subjugação e forças de afirmação, mesmo quando tudo parece dominado pela “soberania do controle”, do governo ou das forças de captura do capitalismo.

Sabemos que a linha intensiva do Fora atravessa não apenas a subjetividade, não está de forma alguma contida na realidade individual. Esta linha atravessa as dimensões social, institucional, os corpos, as relações de poder. Em todas estas composições a experiência do Fora estabelece combates entre forças. Há uma linha de descontinuidade coextensiva à linha do Fora que é ao mesmo tempo irreduzível, heterogênea e múltipla. Nesse sentido, a visibilidade da loucura no campo social, através das mudanças provocadas com a desinstitucionalização, sinaliza para esta linha de descontinuidade de modo que nos coloca um problema fundamental, ou seja, a tensão de forças que é intrínseca aos processos de subjetivação institucionais, políticos e à própria vida, que é por definição experiência dinâmica, variável e descontínua.

Há, portanto, uma dimensão irreduzível do Fora que deve ser pensada como relação entre forças, na medida em que extrapola o regime das formas institucionalizadas e dos próprios dispositivos de poder. A direção que tomamos no decorrer deste capítulo nos conduziu a esta linha do Fora interior que atravessa o nosso campo problemático. Neste sentido, podemos tomar a linha de intensidades do Fora na perspectiva de um *Fora interior* aos processos institucionais, sociais, subjetivos e políticos. Portanto, não cabe mais pensar a

experiência de descontinuidade e do abandono em termos de oposição ao pressuposto da continuidade.

Não se trata mais de contrapor um plano do exterior ao plano de forças que se conservam na dinâmica institucional. O combate não é contra o interior ou o exterior, mas entre as forças, em ressonância com as intensidades que não operam pela lógica da interioridade ou da exterioridade. O combate é, nesse sentido, entre as forças em sua capacidade de resistência.

## 4 CAPÍTULO TERCEIRO

### 4.1 As modulações no contemporâneo

A proposta deste terceiro e último capítulo não é de estabelecer uma conclusão que tente responder ao problema da descontinuidade e o abandono. Não estamos colocando um ponto final na questão, pelo contrário, a função deste cenário político é, na verdade, disparar sentidos que possam ser compartilhados com os centros de atenção psicossocial e o movimento da reforma psiquiátrica. O objetivo da dissertação foi, desde o início, fazer a montagem do campo problemático de tal forma que, ao colocar o problema, estamos apontando para a emergência de uma questão que atravessa o campo da saúde mental.

A questão da descontinuidade e do abandono é muito complexa e constituída por relações de forças que engendram variações singulares entre as formas de tratamento institucionalizadas. Desse modo, só podemos colocar o problema a partir de certas condições de possibilidade históricas, isto é, em interlocução com os equipamentos de cuidado, os centros de atenção psicossocial. Estamos afirmando que a produção do campo problemático é intrínseca ao contexto político, histórico e institucional da reforma psiquiátrica. Nesta perspectiva, a montagem do problema está diretamente relacionada e atravessada pelas forças em jogo na contemporaneidade.

Em tempos de reforma psiquiátrica, as relações entre forças se atualizam em determinadas formas e modos de funcionamento muito singulares que podem, de alguma maneira, confrontar as novas institucionalidades, ou seja, a experiência da loucura é atravessada por novas composições existenciais. Portanto, cabe aos equipamentos substitutivos desenvolver estratégias de cuidado e acompanhamento em consonância com as forças descontínuas que o atravessam nos sentidos institucional, existencial e político. Este ponto é muito importante na medida em que não estamos colocando o problema da descontinuidade e do abandono a partir de categorias individualizantes e, menos ainda, em termos de responsabilização dos próprios serviços pela “não adesão” ao tratamento. Colocar o problema não significa, simplesmente, delimitá-lo ou incluí-lo dentro de uma categoria explicativa, mas trata-se de possibilitar a multiplicação de sentidos da experiência. Entendemos que as experiências de descontinuidade e abandono estão em ressonância com as forças em jogo no contemporâneo.

Antes de tratarmos mais especificamente das modulações políticas no contemporâneo

e suas implicações no campo da saúde mental, precisamos elucidar o que estamos chamando de contemporâneo. Aparentemente é uma questão muito simples, mas afinal, de que se trata quando falamos em contemporaneidade?

De forma distinta da mais habitual que estabelece uma identidade entre contemporâneo e o atual, tomamos a noção de contemporaneidade a partir de outra perspectiva, de tal maneira que não se trata tão somente de designar a contemporaneidade como o tempo atual em que vivemos, isto é, o presente imediato ou este período histórico que para alguns é chamado de “pós modernidade”. Para pensar o contemporâneo precisamos, antes de tudo, problematizar o que significa ser contemporâneo. Somos contemporâneos a quê ou a quem?

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2009), no ensaio *O que é o contemporâneo*, indica-nos um modo de interpretação para a relação com o tempo presente. Ele inicia um dos capítulos com esta pergunta muito aguda e perspicaz: “De quem e do que somos contemporâneos?”. O italiano (AGAMBEN, 2009, p. 58) recorre à força do pensamento de Nietzsche e aponta que contemporâneo é o *intempestivo*, ou seja,

É verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo

Apostamos nesta interpretação da contemporaneidade na medida em que ela provoca uma mudança de perspectiva na forma de olhar o presente, sobretudo, em relação a tudo aquilo que nos é dado e estabelecido enquanto norma social. Desse modo, entendemos o contemporâneo enquanto uma determinada experiência de deslocamento e de não coincidência com o tempo que sugere um afastamento crítico em relação ao que se toma como mais habitual ou comum, seja nos planos subjetivo, institucional ou político. Há uma força intempestiva ou inatual que atravessa o presente e que faz irromper outros processos de subjetivação.

O modo como Agamben interpreta a contemporaneidade através da noção de intempestivo mostra que a experiência de “não coincidir” com o tempo não diz respeito a um indivíduo que, porventura, esteja inadequado a alguma norma ou valor moral e social, mas aponta para uma dimensão positiva e afirmativa da não adesão que se refere a uma experiência de distanciamento do tempo imediato. O sentido positivo da experiência intempestiva diz respeito à capacidade de produzir outras formas de relação e existência no presente. O que está em questão não são as características individuais de alguém que

permanente ou eventualmente não adere às normas e aos padrões sociais instituídos, não se trata, portanto, de apreender as individualidades subversivas e contraditórias. Entendemos que o intempestivo se refere ao movimento de não adesão e deslocamento que se produz entre singularidades existenciais e os mecanismos de poder, isto é, são jogos entre forças impessoais que se constituem na atitude de “não coincidência” com o plano atual e com certos modelos estabelecidos. A impessoalidade do intempestivo não significa que os fluxos contemporâneos de tempo sejam dominados por relações entre forças dispersas ao acaso, porém aponta para uma dimensão da experiência temporal com o presente que é irreduzível às determinações individuais.

Desse modo, seria mais adequado falar em uma experiência da não adesão com o tempo presente e contínuo, distanciamento da norma, sem que isto signifique, necessariamente, um processo de ruptura ou a quebra dos vínculos afetivo e social. A dimensão paradoxal do intempestivo reside na própria experiência subjetiva de “não ser” e “ser outro” no mesmo plano de tempo.

Há no movimento de não adesão um processo de distanciamento que preferimos chamar em nosso campo problemático de experiência de descontinuidade e abandono. Ao tomarmos a não adesão na perspectiva da descontinuidade e do abandono ao tratamento estamos sustentando a existência de uma dimensão paradoxal suscitada pela experiência ao se confrontar com o modelo da continuidade. Há, portanto, um sentido positivo no distanciamento e no abandono que questiona a lógica da adesão. A dimensão positiva, entretanto, não se refere a um determinado valor, trata-se apenas de tomar o campo problemático como uma experiência paradoxal que pode afirmar um desvio da norma contínua. Neste sentido, o trabalho que desenvolvemos para confrontar o princípio dialético da contradição, no capítulo anterior, pode ser agora vislumbrado, pois, ao colocarmos o problema em termos de relações entre forças em ressonância com a experiência do Fora, estávamos apontando na direção destes modos existenciais “desviantes” dos modelos institucionalizados. Há uma força intempestiva na contemporaneidade que produz e intensifica linhas de singularização.

Estamos às voltas com forças intempestivas que atravessam os planos do pensamento, da política, da subjetividade, das relações institucionais de poder. A relação entre a contemporaneidade e o intempestivo nos leva a pensar as dissonâncias entre certos modos de existência em relação com as modelagens institucionais, dissonância no sentido de instabilidade entre relações de poder que são produzidas, principalmente, quando a

capacidade de resistência das forças, o seu poder de afetar e ser afetada, encontra saídas e possibilidades de desvio das formas e padrões que se pretendem universais e homogêneos. Há, nesse sentido, uma experiência intensiva na “não adesão” que é imanente aos processos de subjetivação contemporâneos. As forças do intempestivo, a descontinuidade e a própria experiência do abandono se constituem a partir de uma relação entre forças que pode gerar focos de resistência, pontos de singularização que desestabilizam os modelos, confrontam as normas.

A característica fundamental do contemporâneo, como destacamos com Agamben, refere-se ao processo de “não coincidência” plena ao tempo presente, isto é, contemporânea é a experiência que não adere, que produz desvios e rupturas no plano da atualidade. A atitude de não adesão implica, sobretudo, em um exercício prático entre as forças, de tal maneira que os pontos de resistência emergentes podem produzir outra experiência temporal da subjetividade consigo mesma. A partir desta perspectiva, tomamos a descontinuidade e o abandono como um exercício prático, na relação entre as forças institucionais, subjetivas e políticas, que intensifica processos de singularização.

Em meio a este jogo entre as forças, a dinâmica da continuidade passa a ser atravessada por forças de descontinuidade, o modelo da adesão perde o seu lugar hegemônico em razão do anacronismo produzido pelas intensidades intempestivas. A subjetividade entra em relação com uma dimensão Outra que a diferencia de si mesma, pois, ao entrar em relação intempestiva com o seu tempo, a subjetividade entra em contato intensivo com a experiência do Fora que a desterritorializa<sup>15</sup>.

O movimento intempestivo não deve ser compreendido tão somente como um modo existencial de recusa, de ruptura ou de rechaço, mas diz respeito à experiência da subjetividade que opera um desvio e um distanciamento sobre o tempo e sobre si mesma. Trata-se, em nossa perspectiva, da própria descontinuidade e do combate entre forças em relação intensiva com a experiência do Fora. Mais do que um modo individual de recusa e de “evasão”, o que está em jogo são as relações intensivas entre os processos de subjetivação e o plano político-institucional. O intempestivo e a experiência de não adesão ressoam na problemática da descontinuidade e do abandono ao tratamento em saúde mental, ao

---

<sup>15</sup> Segundo Zourabichvili (2004) podemos distinguir dois sentidos para o movimento de desterritorialização, um “relativo”, que consiste em se reterritorializar de outra forma, mudar de território; e outro, “absoluto”, que se refere a viver sobre uma linha de fuga. Nos interessa apenas apontar que está em jogo uma dinâmica existencial na experiência de “não adesão”, no contemporâneo, que implica em um processo de produção da descontinuidade e do abandono. Ao se desterritorializar, a subjetividade e o pensamento entram em uma nova relação com o espaço e o tempo. Esta relação subverte o domínio da continuidade e da interioridade, produzindo um distanciamento.

apontarem para as linhas de intensidade, pontos singulares de resistência, que são característicos da contemporaneidade.

Ao sustentarmos esta dimensão positiva da não adesão intensificada pela força do intempestivo, estamos, ao mesmo tempo, provocando uma mudança de sentido sobre o conceito de resistência. Segundo o Dicionário Houaiss (2009), resistência designa “o que se opõe ao movimento de um corpo” “uma força que se opõe a outra”, “luta em defesa”, “oposição ou reação a uma força opressora”, “recusa a submeter-se a vontade de outrem”. Em nosso campo problemático, não se trata apenas de pensar a resistência como uma experiência de recusa ou de oposição entre um elemento individual e outro político e institucional, pensamos a resistência em outra perspectiva, isto é, enquanto uma experiência produzida entre relações de forças capaz de criar novas composições existenciais. Nos desviamos do sentido tradicional da oposição e da reação para pensar a resistência no sentido prático da descontinuidade e do abandono.

Se retomássemos a lógica de contradição, confrontada no capítulo segundo, não haveria outra saída senão pensar a resistência enquanto “uma força oposta a outra”. Todavia, através da relação com a experiência do Fora e com a força intempestiva da não adesão, deixamos o princípio da interioridade para assumir uma atitude de afirmação frente aos modos existenciais dissonantes.

Estamos apostando que há uma modulação em jogo no contemporâneo entre os processos de subjetivação e as dimensões política e institucional, sendo que esta variação de intensidades está implicada na relação que se estabelece com a experiência da descontinuidade e do abandono. Colocamos em questão, no campo da saúde mental, as formas clínico-políticas de se relacionar com os “modos intempestivos” de existência, na medida em que estes descontínuos modos produzem linhas de dissonância face aos dispositivos de tratamento.

O conceito de dissonância é uma forma de substituir a categoria de dissociação, pois esta indica um processo de “separação, decomposição, desagregação”, sugere a desintegração de elementos que antes possuíam uma coerência interna. Como não partimos da separação entre as dimensões institucional, existencial e política no que tange aos processos de descontinuidade e abandono, seria mais adequado dizer que há uma dissonância entre certos modos singulares de existência e o plano político-institucional sustentando na lógica da continuidade. Há, portanto, uma tensão entre forças que produz processos de subjetivação em dissonância com determinados modelos de funcionamento institucionalizados. Vale lembrar

que a dissonância sugere “falta de harmonia, discordância entre duas ou mais coisas”. Na música, a dissonância indica pelo menos três sentidos: “relação entre notas próximas que gera tensão”; “combinação simultânea de notas convencionalmente aceitas como em estado de irresolução harmônica”; intervalo sem resolução harmônica em consonância. Na etimologia da palavra, dissonância aproxima-se de diferença.” (HOUAISS, 2009, p. 698).

Mas, afinal, podemos afirmar que a tensão entre forças, no campo da saúde mental, pode produzir linhas de intensidades na experiência da descontinuidade e do abandono ao tratamento? É possível sustentar, na prática, esta experiência intensiva que confronta a lógica da continuidade e da adesão?

#### **4.2 A descontinuidade e o abandono ao tratamento: uma breve interlocução com o campo da saúde mental**

A fluidez e a variação dos mecanismos de normatização da subjetividade, no contemporâneo, está em relação com a experiência de descontinuidade, pois as formas de controle atuais são mais sutis, finas e flexíveis. Deleuze (1992) é um de nossos intercessores para analisar a passagem da sociedade de modelo disciplinar para a sociedade de controle. O filósofo francês sinaliza que nos encontramos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento. A sociedade de controle não substitui a disciplinar, no entanto, o fenômeno do “controle a céu aberto” tende a se tornar um novo modelo político e social hegemônico, dissolvendo os limites entre o dentro e o fora, o interno e o externo.

Na contemporaneidade, anunciam-se formas de controle rápido e contínuo sobre as subjetividades. Assistimos ao surgimento de novas práticas de liberdade e processos de singularização que, no modelo disciplinar, eram reduzidas às normas totalizantes e individualizantes. As modulações capitalísticas, em tempos de controle, operam sobre as subjetividades seguindo menos as modelagens rígidas do confinamento que visavam, sobretudo, a “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deveria ser superior à soma das forças elementares” (DELEUZE, 1992, p. 223).

Esta forma de controle contemporânea, que funciona pela rapidez dos fluxos de tempo, incide sobre as subjetividades provocando um modo de gestão dos corpos que ultrapassa a

tecnologia de individualização disciplinar. Os processos políticos e institucionais de gestão do tempo e da subjetividade passam a engendrar dispositivos que operam, principalmente, sobre a lógica da “continuidade do controle”, ou seja, em contraste com a tecnologia disciplinar que concentrava as individualidades dentro dos limites de um determinado espaço, o controle contínuo e “a céu aberto” está às voltas com relações muito mais intensivas e processos de singularização que excedem as totalizações disciplinares. Ao operar sobre a fluidez no espaço aberto, as tecnologias de controle passam a se confrontar com relações de forças mais flexíveis, descontínuas, dispersas, menos totalizadas e, portanto, sujeitas a variações de tempo e espaço.

Entendemos que a lógica da continuidade do controle se refere ao conjunto de estratégias e dispositivos políticos e institucionais que funcionam com o objetivo de se apropriar dos processos de singularização mantendo de forma mais flexível a gestão das subjetividades, ou seja, a tecnologia do controle parte do pressuposto de que os processos de singularização e os focos de resistência devem ser tomados dentro de um modelo capaz de gerir as intensidades e forças. O controle contínuo do tempo modula as singularidades existenciais, opera um mecanismo de inclusão da experiência, a partir do princípio da continuidade. Ao incluir em seu modo de funcionamento a experiência do Fora e as discontinuidades, o dispositivo de controle produz uma nova relação com as subjetividades, na medida em que estabelece um regime de continuidade sobre o tempo.

Em razão de novas forças que surgem no cenário contemporâneo as crises e instabilidades atravessam o interior de todas as formações institucionalizadas, tais como hospital, fábrica, escola, família, etc. Estas novas relações entre forças não substituem certos modelos disciplinares ainda vigentes, mas operam em um processo intensivo sobre as vidas, isto é, na medida em que as configurações entre as subjetividades e a política se transformam, outras práticas de liberdade e outras sujeições passam a ser enfrentadas. Nesse contexto, os dispositivos de controle contínuo do tempo passam a modular as formas de incidir sobre as intensidades da vida e os processos de singularização. Podemos dizer que as crises que abalam certos sistemas totalitários e disciplinares se constituem na esteira das modulações em jogo no contemporâneo.

A lógica da continuidade do controle transforma as relações políticas, sociais e institucionais entre as categorias de interior e exterior, dentro ou fora, pois o que antes era objeto de exclusão e institucionalização, a loucura como um fato histórico e social, passa a ser paulatinamente objeto de “humanização”, ou seja, a loucura deixa de ser a figura da pura

exterioridade “para incorporar-se ao humano como o seu próprio mais originário” (PELBART, 2009, p. 204).

A partir da incorporação da experiência da loucura em meio aos processos de humanização, ou seja, a loucura incluída no sistema de trocas afetivas, simbólicas e sociais, entra-se em consonância com o surgimento de novas liberdades que se tornam possíveis em tempos de controle contínuo sobre os processos de subjetivação, pois, na medida em que se libera da clausura em espaços de confinamento, a experiência do Fora em ressonância com a loucura passa a funcionar e a se espalhar por toda a parte do campo social. A entrada em cena dos processos de humanização permitiu a inscrição da experiência da loucura na dinâmica social, produziu a abertura de novos espaços de cuidado, mudou radicalmente as formas de assistência em contraste com o período de exclusão manicomial. Contudo, vale ressaltar que apesar de todos os efeitos positivos que produziu no espaço social, a “humanização da loucura” está implicada na lógica de controle contínuo sobre as subjetividades, ou seja, humanizar também significa, de certa maneira, criar modos alternativos e mais flexíveis de gestão da experiência.

O cenário político contemporâneo tem sido marcado por avanços importantes no plano de defesa dos direitos às diferenças, no reconhecimento da cidadania e das lutas por expressão das singularidades minoritárias. Em relação à loucura, por exemplo, podemos destacar os movimentos de trabalhadores de saúde mental, as associações de usuários e familiares que lutam pela consolidação do movimento antimanicomial e pela autonomia dos usuários dos serviços públicos de saúde mental. Este processo de abertura e de luta em defesa dos direitos e da autonomia de grupos minoritários mostra que as cidades podem abrigar os processos de singularização dando passagem aos fluxos heterogêneos e às linhas de intensidades descontínuas. É no espaço aberto da cidade que passam e transitam todas as singularidades existenciais, os focos de resistência. Em suma, é em relação com a cidade que novas composições entre forças podem ser desenhadas.

No entanto, a fluidez dos movimentos descontínuos se choca com a “fixidez” e o endurecimento das normas, das práticas e das instituições que atravessam o corpo social. O contemporâneo aponta para duas faces que se cruzam, por um lado, experimentamos a crise dos meios de confinamento, por outro, estamos em meio a uma experiência política e institucional marcada por processos excessivamente burocráticos que regulam a vida, as subjetividades, o desenvolvimento humano, enfim, as modulações políticas contemporâneas implicam em mecanismos de controle muito sutis e sorrateiros, a crise da tecnologia

disciplinar cedeu espaço para a gestão “flexível” das singularidades.

No atual momento de desconstruções manicomiais, reformas institucionais e reestruturação dos dispositivos de tratamento em saúde mental, dispararam-se movimentos de fluxo ilimitado, variação contínua, rotação rápida e de curto prazo. Na era do controle, segundo Deleuze (2010) de confinado o homem passa a ser o *homem endividado*. O louco não confinado tem em seu horizonte de possibilidades a escolha do tratamento em serviços substitutivos abertos, na comunidade, próximo ao seu território existencial, em um fluxo de tempo que lhe permite manter uma outra experiência de cuidado, no entanto, de “confinado a endividado”, dentro da lógica de continuidade de controle do tempo, ele permanece sob olhares externos, mais sutis e flexíveis.

A partir desta nova perspectiva, o louco passa a assumir o compromisso com o seu tratamento, a responsabilidade compartilhada com o serviço de referência técnica pela continuidade do mesmo, o uso contínuo da medicação, a frequência às atividades propostas. Nesse sentido, o sujeito em tratamento exerce uma certa modalidade da experiência de cuidado sobre si mesmo atrelada a uma nova institucionalidade mais aberta, porém, controlada em um fluxo contínuo de tempo.

As implicações deste novo regime de controle são diversas, mas, o que interessa em nosso campo problemático é pensar em que medida a lógica da “continuidade do controle” interfere e atravessa as experiências de descontinuidade e abandono ao tratamento na saúde mental. Estamos afirmando que há um modelo de continuidade e adesão que é intrínseco à tecnologia do controle contínuo sobre o tempo, ou seja, os modos de funcionamento dos dispositivos efetuam certo manejo com a experiência da loucura que se sustenta na perspectiva da “adesão ao tratamento”. Em contraste com este modelo de continuidade-adesão, o campo problemático da descontinuidade e do abandono suscita uma modulação ou uma variação a este modo de funcionamento. Não se trata de colocar um modelo em contradição ao outro, mas de poder sustentar os processos de singularização que podem emergir das descontinuidades.

O cenário dos serviços de saúde mental em ressonância com a lógica da continuidade do controle, a princípio, parece sugerir um processo intensivo de adesão ao tratamento. Em outras palavras, através desta lógica, quanto mais aderido estiver um usuário ao projeto terapêutico e ao serviço, mais positivos serão os efeitos e resultados do tratamento proposto. Em um modelo pautado pela perspectiva da adesão, os processos de descontinuidade e de abandono são reduzidos a categorias como “evasão” ou “desistência”.

É importante destacar, entretanto, que em certas situações clínicas e terapêuticas específicas o modo de funcionamento sustentando na continuidade e na adesão pode se constituir positivamente. No entanto, se for tomada como um princípio fundamental de tratamento, a adesão levada à radicalidade pode gerar processos de totalização e de homogeneização que irão submeter as singularidades existenciais a mecanismos de regulação e controle contínuo sobre o tempo de permanência no serviço, a efetiva participação nas atividades, o uso regular da medicação, etc. Sob a ótica da “adesão integral”, as discontinuidades e o abandono ao tratamento podem ser tomados tão somente como um “risco”, e, nesta perspectiva, os riscos devem ser evitados na medida em que a institucionalidade aglutina e incorpora em si mesma as subjetividades.

A partir deste cenário, podemos tomar outra perspectiva e anunciar que as discontinuidades podem ser produzidas, ou seja, ao colocar o problema da discontinuidade e do abandono estamos sustentando que esta experiência pode se tornar uma forma de resistência ao presente, aos modelos instituídos. Há, portanto, na experiência de discontinuidade e abandono uma produção de sentidos e processos de singularização que podem ser afirmados no contexto da saúde mental. Sustentar a experiência não significa simplesmente contrapô-la ao modelo da continuidade, mas, trata-se de apontar para um plano de intensidades e forças que se constitui para além da adesão.

O campo problemático da discontinuidade e do abandono ao tratamento em equipamentos de saúde mental, coloca em cena modos “intempestivos” de existência que, ao interpelar os serviços, podem revelar as discontinuidades que os atravessam em suas dimensões política, existencial e institucional. Das discontinuidades, emergem focos de resistência e pontos singulares que desestabilizam as formas instituídas. Nesse sentido, deve-se colocar em questão as formas como as experiências de discontinuidade e de abandono interpelam a dimensão política e clínica da saúde mental e em que medida a experiência de não adesão pode remeter a outros processos de singularização.

Os processos políticos contemporâneos que funcionam a partir da lógica de continuidade do controle sobre o tempo e as subjetividades exigem a criação de uma nova perspectiva de cuidado e atenção por parte dos serviços substitutivos de saúde mental. O controle contínuo estabelece outra relação com o tempo e, nesse sentido, a experiência de cuidado com o tempo da loucura precisa estar em consonância com os modos descontínuos de existência. Este cenário aponta a necessidade de desenvolver práticas de cuidado resistentes aos apelos de continuidade de controle.

O enfrentamento das experiências de descontinuidade e de abandono está na contramão da lógica da continuidade ou esta experiência é um possível efeito produzido por este modelo? Os dispositivos tomam as descontinuidades e o abandono como modos existenciais singulares ou apenas se apropriam destes enquanto fenômenos que embaralham o pressuposto da adesão ao tratamento?

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar o problema da descontinuidade e do abandono ao tratamento em interlocução com o campo da saúde mental, o nosso objetivo é provocar um desvio da lógica de adesão e continuidade. Pressupomos que o modo de funcionamento sustentando na continuidade não toca em alguns pontos singulares, linhas de forças descontínuas, processos intensivos não redutíveis à dimensão institucional.

Ao percorrer os sentidos institucional, existencial e político, percebemos que há uma linha intensiva no Fora que confronta o modelo da contradição, isto é, há um plano das forças que atravessa a dinâmica da interioridade. As descontinuidades atravessam os processos de subjetivação marcando uma experiência de tensão entre as forças. Podemos afirmar que os pontos de resistência se constituem a partir das descontinuidades, sendo que estes pontos abrem a possibilidade de novas composições existenciais.

Na contemporaneidade, os movimentos de descontinuidade produzem efeitos no campo da saúde mental. Nesse contexto, novas condições de possibilidade históricas implicam em dispositivos clínico-políticos que assumam o desafio de cuidar de uma experiência intempestiva, ou seja, as estratégias de saúde mental devem entrar em linhas de ressonância com certos modos singulares de existência.

As tecnologias de “controle a céu aberto” afirmam a transformação das modalidades de tratamento. O cenário contemporâneo tende a dissolver certas formas hegemônicas que anteriormente se sustentavam em mecanismos disciplinares. Neste sentido, torna-se necessário poder afirmar as descontinuidades e o abandono para além de um modelo pautado na continuidade.

A montagem do campo problemático não se finaliza com o texto da dissertação. Não temos a pretensão de responder às inquietações da descontinuidade e do abandono ao tratamento. Esperamos que o trabalho possa disparar novos sentidos, estratégias de cuidado em sintonia com as resistências que emergem no cenário clínico, político e existencial na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEM, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- BARROS, R. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009
- BASAGLIA, F. **Escritos selecionados** em saúde mental e reforma psiquiátrica. AMARANTE, P. (org.), Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em Saúde Mental: 1990-2004**. 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CASTEL, R. **A Ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- CASTEL, R. **A Gestão dos Riscos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CAVALCANTI, M. T. (et al.). Critérios de admissão e continuidade de cuidados em centros de atenção psicossocial, Rio de Janeiro, RJ. *Rev. Saúde Pública*. [online]. 2009, vol.43, pp. 23-28.
- CORBISIER, R. **Hegel: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- DELEUZE, Gilles. Pós-Scriptum sobre a Sociedade de Controle. Em **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: editora Rio, 1976.
- DICIONARIO HOUAISS DA LINGUA PORTUGUESA. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FOUCAULT, M. O que são as Luzes? In: **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e escritos v. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. In: Ditos e escritos v. 5. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. O Pensamento do Exterior. In: **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Ditos e escritos v. 3. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d.

FOUCAULT, M. O asilo ilimitado. In: **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Ditos e escritos v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, M. Prefácio (Folie et Dérison). In: **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Ditos e escritos v. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006c.

GOULART, M. S. B. **As raízes italianas do movimento antimanicomial**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

GUATTARI, F. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, F. Da análise institucional à esquizoanálise (...). In: **Revolução Molecular**: pulsações política do desejo. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: **Micropolítica**: cartografias do desejo. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JONES, M. **A comunidade terapêutica**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LEVY, T. **A experiência do Fora**: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MELO, A. P. S.; GUIMARÃES, M. D. Fatores associados ao abandono do tratamento psiquiátrico em um centro de referência em saúde mental em Belo Horizonte. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 2005, vol. 27, n. 2, pp. 113-118.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, F. **Considerações Intempestivas**. Editorial Presença. Martins Fontes. (...)

PASSOS, E. BARROS, R. B. (et al.). A dimensão instituinte da avaliação. In: **Pesquisa avaliativa em saúde mental**: desenho participativo e efeitos de narratividade. Onocko-

Campos (et al.). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PELBART, P. P. **A nau do tempo-rei**: sete ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PELBART, P. P. **Da clausura do fora ao fora da clausura**: loucura e desrazão. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PELISOLI, C. L.; MOREIRA, A. K. Caracterização epidemiológica dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Casa Aberta. **Rev. Psiquiatr. Rio G. do Sul**. [online]. 2005, vol. 27, n. 3, pp. 270-277.

POLACK, J. C. **A íntima utopia**: trabalho analítico e processos psicóticos. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

POL-DROIT, R. **Michel Foucault, entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006.

RODRIGUES, H. As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, IMS/UERJ, 1994. In: BARROS, R. B. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009

SCHNEIDER, P. Georg Buchner: **Lenz**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

YASUI, S. **Rupturas e Encontros**: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.